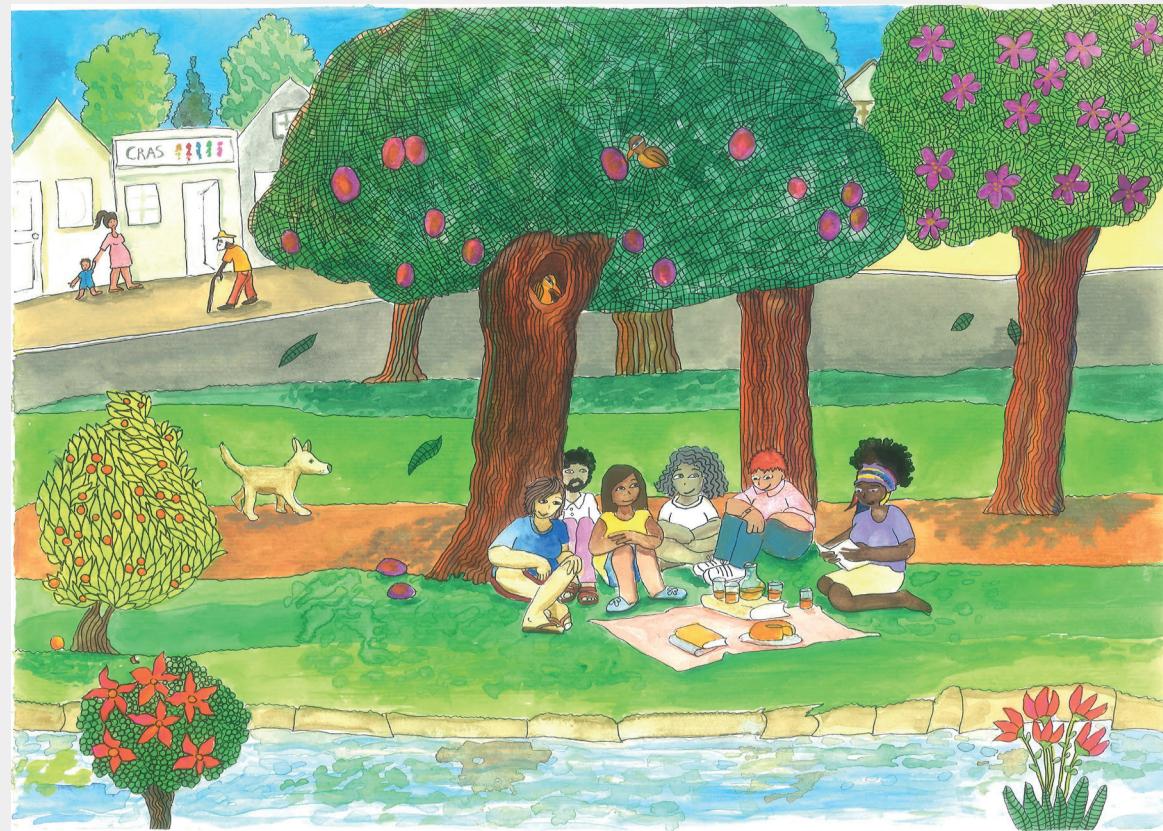


# 20 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

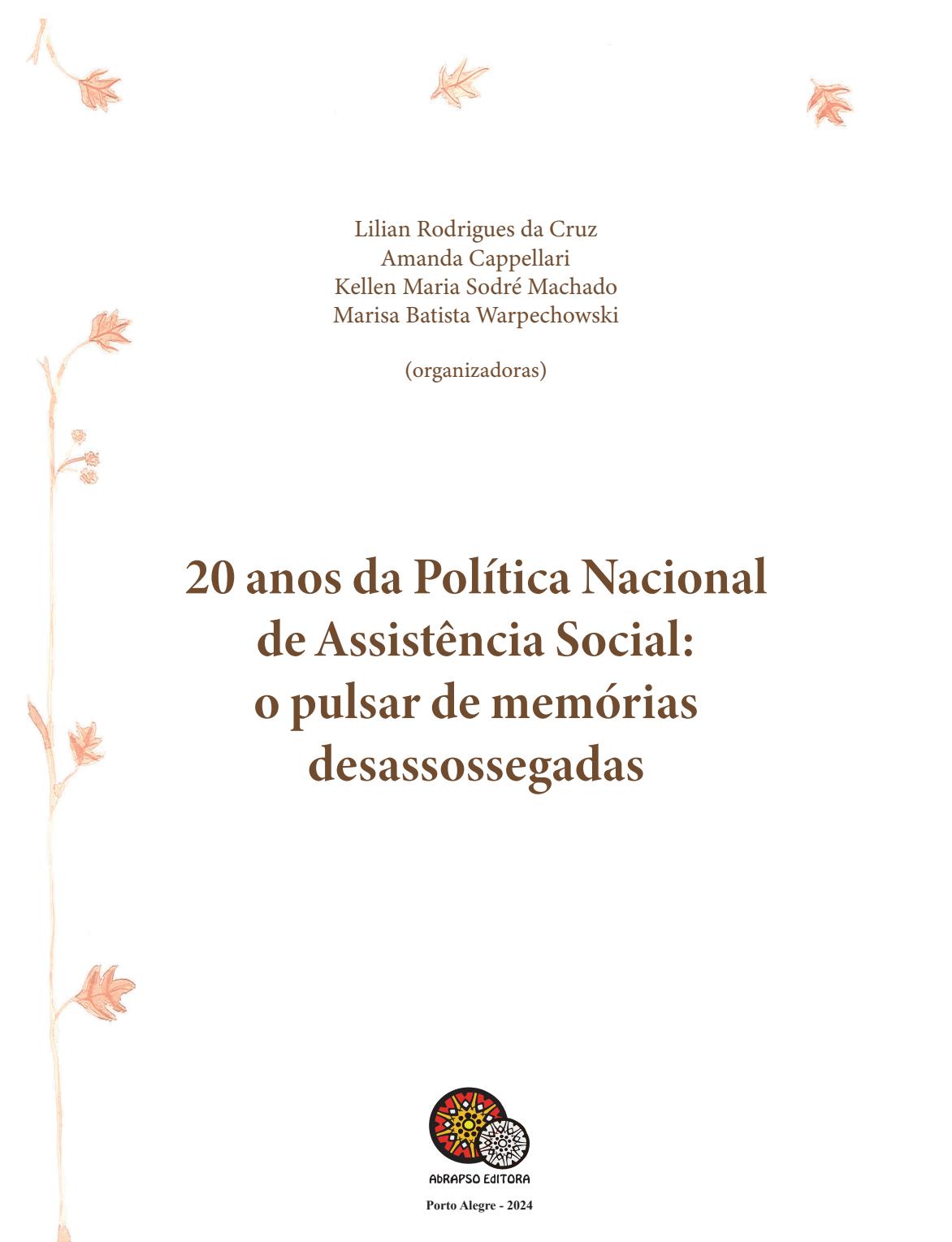
*O PULSAR DE MEMÓRIAS DESASSOSSEGADAS*



LILIAN RODRIGUES DA CRUZ | AMANDA CAPPELLARI

KELLEN MARIA SODRÉ MACHADO | MARISA BATISTA WARPECHOWSKI  
| ORGANIZADORAS |





Lilian Rodrigues da Cruz  
Amanda Cappellari  
Kellen Maria Sodré Machado  
Marisa Batista Warpechowski  
  
(organizadoras)

# 20 anos da Política Nacional de Assistência Social: o pulsar de memórias desassossegadas



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre - 2024



A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

## **Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2024-2025**

Presidenta: Iolete Ribeiro da Silva

Tesouraria: José Fernando de Andrade Costa

1<sup>a</sup> Secretaria: Suzana Santos Libardi

2<sup>a</sup> Secretaria: Edinaldo dos Santos Rodrigues

Direção de Comunicação: Caní Jakson Alves da Silva

Direção de Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos:

Adriana Eiko Matsumoto e Solange Struwka



AbRAPSO EDITORA

A ABRAPSO Editora é a editora da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Ela busca garantir um dos objetivos estatutários da associação, qual seja, o de “propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social”. Assim, ela promove a editoração de obras de Psicologia Social propostas pelos seus associados, Regionais, Diretoria Nacional e profissionais da área, sob a forma de coleções, livros dos Encontros Nacionais da ABRAPSO e obras propostas.

Sua gestão é realizada por uma Editoria Geral e uma Editoria Executiva. A Editoria Geral é selecionada por meio de edital público junto a seus associados, sob responsabilidade de Comissão designada para esse fim. Além disso, a Editora conta com um Comitê Editorial composto por pesquisadores reconhecidos no campo e que contribuem para o desenvolvimento das ações sob responsabilidade da Editora.

<https://site.abrapso.org.br/publicacoes/editora/>

### **Editor científico**

Emerson Rasera

### **Editora Executiva**

Ana Lídia Brizola

### **Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ;

Andrea Vieira Zanella - UFSC;

Benedito Medrado-Dantas - UFPE;

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal;

Francisco Portugal – UFRJ;

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha;

Maria Lívia do Nascimento - UFF;

Pedrinho Guareschi – UFRGS;

Peter Spink – FGV;



A Editora da ABRAPSO utiliza a licença Creative Commons CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam o material em qualquer meio ou formato, desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.

Projeto gráfico  
Arnoldo Bublitz

Design da capa e diagramação  
Estúdio Semprelo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

20 anos da Política Nacional de Assistência Social  
[livro eletrônico] : o pulsar de memórias  
desassossegadas / (organizadoras) Lilian  
Rodrigues da Cruz...[et al.]. -- 1. ed. --  
Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora, 2024.  
PDF

Vários autores.

Outras organizadoras: Amanda Cappellari, Kellen  
Maria Sodré Machado, Marisa Batista Warpechowski.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-32-0

1. Assistência social - Brasil 2. Centro de  
Referência de Assistência Social (CRAS) 3. Política  
Nacional de Assistência Nacional (PNAS) 4. Psicologia  
social 5. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)  
I. Cruz, Lilian Rodrigues da. II. Cappellari,  
Amanda. III. Machado, Kellen Maria Sodré.  
IV. Warpechowski, Marisa Batista.

24-218667

CDD-361

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Assistência social : Bem-estar social 361

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# **Sumário**

**Prefácio / 11**

Betina Hilesheim

**Fazer pulsar a diversidade na assistência social / 16**

Lilian Rodrigues da Cruz

Amanda Cappellari

Kellen Maria Sodré Machado

Marisa Batista Warpechowski

**Carta às trabalhadoras-gestoras do/no SUAS: (pa)lavrar para (r)existir / 22**

Helena de la Rosa da Rosa

**Traços de vida-morte no cotidiano de trabalho de um CREAS: insistências/resistências possíveis / 29**

Marisa Batista Warpechowski

**E a psicologia em meio a tudo isso? /40**

Camila Pereira Lisboa

**Práticas desassossegadas para sujar o pensamento /48**

Gabriela Lopes de Aquino

Anita Guazzelli Bernardes

**Não escrevo para adormecer a Assistência Social brasileira, mas para acordá-la de seus sonos assistencialistas e salvadores / 56**

Luane Macedo Souza Pereira

**O insustentável projeto de assistência social na cidade do doce / 62**

Marcos Bruno Silva

**O CRAS que queremos: cenários, pelejas e organização da luta política dos trabalhadores de um CRAS da Cidade do Recife /77**  
Robélia do Nascimento Lopes

**No SUAS? Escuta lá, orienta aqui! O SUAS é... / 86**  
Felipe Ferreira Pinto

**Rastros do Cotidiano: trabalhando por entre a desigualdade racial / 90**  
Raquel Hack da Rosa

**Possibilidades de desconstruir os efeitos da outremização no CREAS / 97**

Lidiane Coutinho da Silva

**Abya Yala, sobre a nossa terra Amazônia / 104**

Valber Luiz Farias Sampaio  
Cyntia Santos Rolim  
Rafaele Habib Souza Aquime

**Amazônia que se conta pelas suas vozes / 113**

Flávia Cristina Silveira Lemos  
Manoel Ribeiro Moraes Júnior  
Leila Cristina da Conceição Santos  
Mário Tito Barros Almeida  
Leif Ericksson Nunes Grünewald

**O Príncipe da Chuva: testemunho sobre silêncios periféricos /121**  
Ray Carvalho

**Silêncios e escutas: vibrações, reverberações e capturas na Assistência Social / 141**  
Fabiana Meijon Fadul

***Se eu pudesse querer... Por uma política do devir / 151***  
Kellen Maria Sodré Machado

**Revolução de uma gestora padrão / 157**

Carolina Monte Lague

**Estranhamentos de uma história única: sons que tocam um serviço de abordagem social / 164**

Elisa Scolmeister Consiglio

Letícia Dalla Costa

William Riter Fernandes

**Ruir das paredes, levante dos sonhos... / 177**

Patrícia dos Passos

**Implicações e intervenções nos modos de vidas no acolhimento institucional / 184**

Fabiane Asquidamini

**Rememorar... acolhimento institucional / 191**

Amanda Cappellari

Lilian Rodrigues da Cruz

**Escuta clínica versus razão de estado. Sobre como ser revolucionário nas bases da assistência social brasileira.**

**Posfácio como alavanca de novas leituras / 197**

Eduardo Sugizaki

A arte foi feita generosamente por Joana Puglia, que se apresenta também através de palavras.

*Sou Joana. Nascida em Porto Alegre, residindo em Venâncio Aires, no interior do RS. Intrigada pelas questões que sempre me atravessaram, enviesadas, tornando meu percurso estranhamente, agora eu sei, mais interessante. Talvez, desnecessariamente. Mas o fato é que nunca ter sido suficientemente branca, ou adequadamente feminina, convenientemente ajustada, convincentemente boa e, agora, nem mais visivelmente jovem, trouxe-me até aqui. Sou psicóloga, Mestra em Promoção da Saúde, com ênfase em estudos de gênero e sexualidade, Especialista em Abordagens da Violência Contra Crianças e Adolescentes, Especialista em Trans-torno do Espectro Autista, com ênfase na Inclusão. Tenho formação em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e sou especializada em Gênero e Sexualidade. Desde criança, encontrei no desenho, inicialmente nas calçadas, nas bordas dos cadernos, para depois me experimentar em telas e páginas dos livros, a melhor ferramenta para me comunicar, traduzindo nos traçados imperfeitos e nas cores iverossímeis, muitas vezes, o indizível para mim. Encantada pelas imagens, também me arrisco nas palavras, despretensiosamente. Por diversão mesmo, me derramando nas tantas histórias que ouço no exercício de minha profissão, nem tão lindas, nem tão justas, mas tão reais quanto posso suportar.*

# Prefácio

Betina Hillesheim

**O** que pulsa e vive no SUAS? Esta é a pergunta que costura os textos que compõem este livro e que buscam problematizar os 20 anos de PNAS. Para nos auxiliar a pensar, somos apresentadas/os a variadas histórias, narradas na perspectiva de trabalhadoras/es da Assistência Social que atuam em diferentes regiões do país. No momento em que escrevo, estou ainda sob efeito destas narrativas e são elas que me movimentam aqui.

Qual a função de contar histórias? Em uma entrevista, Mia Couto (2017) nos dá algumas pistas. Ele diz que a África em que vive é uma sociedade que escuta, sendo que a conversa tem um ritmo: um tempo de fala e um tempo de escuta. Contar histórias não é algo da ordem da transmissão de algo que foi feito, mas sempre se coloca como criação. A história existe a partir da construção de uma rede interpessoal, constituindo uma capacidade de estarmos juntos e de nos tornarmos outros. Contar histórias, nesta perspectiva, implica escutar o mundo e perceber as vozes (não só humanas, mas também dos animais e das plantas, em geral silenciadas pelo antropocentrismo) que têm sido, sistematicamente, anuladas. Contar histórias possibilita, assim, um certo descentramento de nós mesmos. Pelas histórias, podemos reinventar o mundo em que vivemos.

Portanto, são as escutas realizadas nos espaços do SUAS que determinam que agora também é tempo de falar/escrever. É preciso tornar conhecidas estas histórias, compartilhá-las com outros atores, fazê-las pulsar. E elas pulsam, sangram, escorrem pelas pala-

vras escolhidas para contá-las, deixando um rastro de impotência, assombro, interrogações, esperança, revolta – um misto de sentimentos tão confusos e complexos quanto as vidas (de usuárias/os e trabalhadoras/es do SUAS) tecidas por estas narrativas. Histórias, como sublinha uma das autoras destes textos, Luane Macedo Souza Pereira, que não tencionam fazer adormecer, mas acordar aos que ainda dormem. Nesse intento, acionadas pelo convite das organizadoras Lilian Rodrigues da Cruz, Amanda Cappellari, Kellen Sodré Machado e Marisa Batista Waspechowski, somam-se outras vozes – Helena, Camila, Gabriela, Anita, Marcos, Robélia, Felipe, Raquel, Fabiana, Valber, Cyntia, Rafaele, Flávia, Manoel, Leila, Mário, Leif, Lidiane, Carolina, Ray, Elisa, Letícia, William, Patrícia, Fabiane –, as quais transformam suas escutas em histórias.

É preciso um aviso aqui: não são histórias que nos acalmam ou que conseguimos ler e esquecê-las em seguida. Elas falam das violências de uma política executada, em sua maior parte, por mulheres; do racismo; das precariedades de recursos e equipamentos públicos que também dizem dos corpos a quem se dirigem; das impossibilidades; das políticas de morte; do cuidado; das lutas cotidianas; da exaustão; da incompreensão; das desigualdades; das práticas colonizadoras... Por outro lado, também falam de viver, que, como definido pelo Coletivo MDC da psiquê, no dicionário *Estátuas de Nuvens*, “é sobre viver. É estar continuamente vivo, bem, alguns apenas matéria viva. Consequência de nascer” (Costa, Bandeira, & Corrêa, 2017, p. 224).

Se viver é sobre viver/sobreviver, narrar estas histórias também retoma o ritmo da conversa: aos/às leitores/as cabe, agora, acolher tais narrativas, deixando que elas os/as transformem, pul-

sem em outros lugares, transbordem os limites do SUAS, invadam suas casas e sonos, sendo contaminados/as pela angústia das trabalhadoras/es que buscam, todos os dias, efetivar a política em situações concretas. Dessa maneira, cria-se uma grande roda de conversa, pontuada pelos tempos de escuta e narração, permitindo que possamos pensar em outros mundos possíveis e buscarmos, coletivamente, formas de enfrentamentos às estratégias que nos adoecem e produzem morte.

Afinal, como cantam os Titãs (1989), “o pulso ainda pulsa...” Na sua crueza, as histórias aqui narradas nos evidenciam que, sim, o SUAS ainda pulsa e são pessoas corporificadas que lhe dão forma e existência, para além das cartilhas e prescrições universalizantes. Viver é sobre viver.

(a quem coube escutar/ler estas histórias, para depois falar/escrever sobre elas, de maneira a manter o ritmo da conversa. Agora é sua vez, leitor/a. Que depois de ler/escutar, também tome a palavra e permita que essas narrativas habitem outros espaços).

## Referências:

- Costa, Luciano Bedin, Bandeira, Larisa da Veiga Vieira, & Corrêa, Tatiele Mesquita (Orgs.). (2017). *Estátuas de nuvens*: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Sulina.
- Couto, Mia (2017). O poder de contar e ouvir histórias (Entrevista ao Fronteiras do Pensamento). <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/o-poder-de-contar-e-ouvir-historias>
- Titãs (1989). O pulso. (Álbum *O Blésq Blom* [vinil LP, 34 min.]). Warner Music/BR.

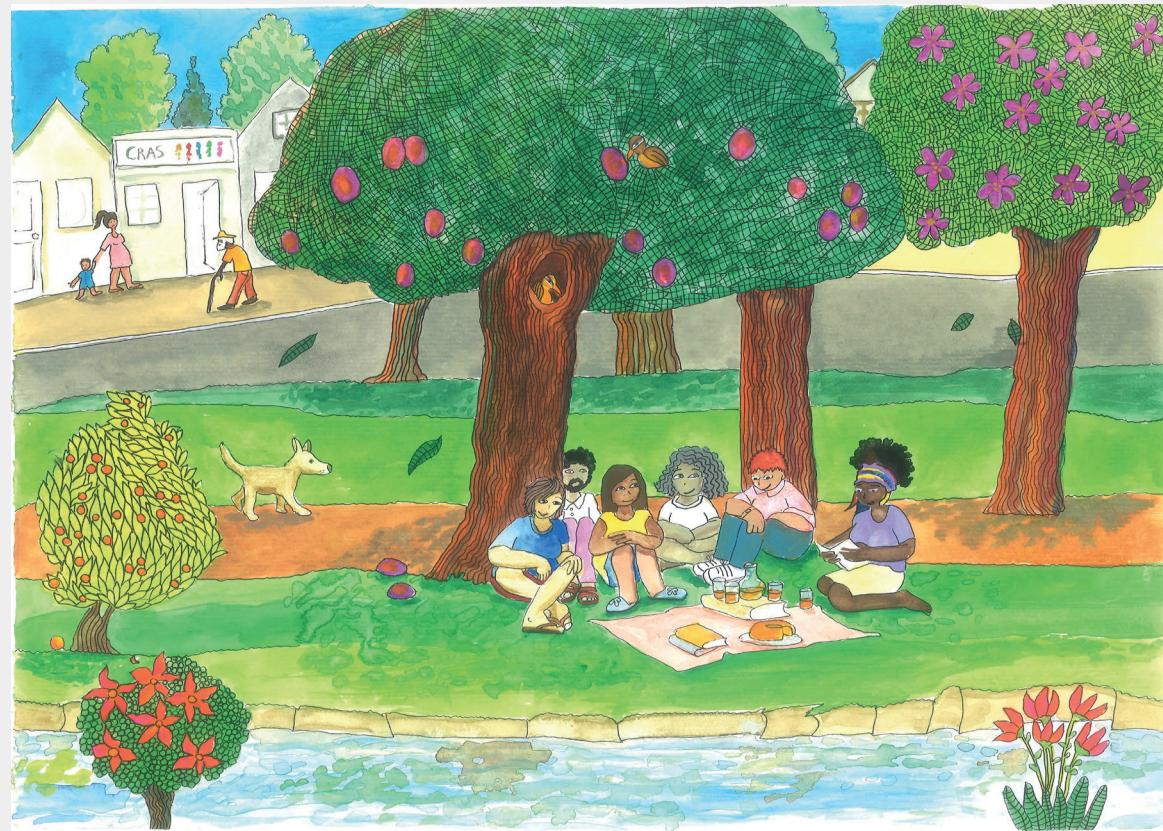
**Betina Hillesheim**

Alguém que ama os livros e, por meio deles, tornou-se psicóloga e professora. Nestes caminhos, povoados de palavras e afetos, foi parar numa universidade comunitária (UNISC), no interior do Rio Grande do Sul, onde encontrou pessoas generosas, como Lílian e Amanda, as quais também organizam este livro. Acredita que ser professora é contar outras histórias e que os afetos construídos pelos tempos de fala e de escuta fazem com que seu ofício tenha sentido.

E-mail: betinah@unisc.br

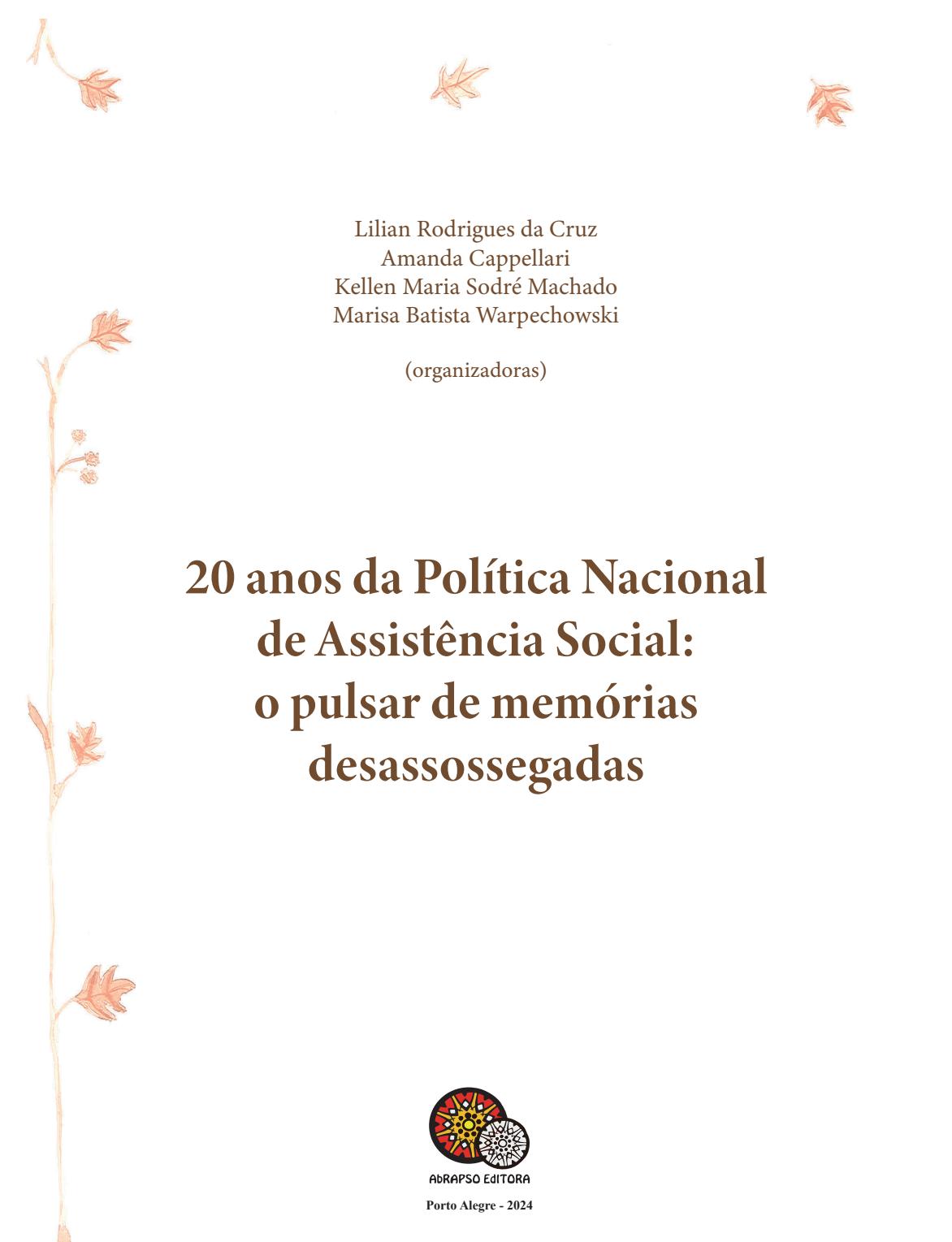
# 20 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*O PULSAR DE MEMÓRIAS DESASSOSSEGADAS*



LILIAN RODRIGUES DA CRUZ | AMANDA CAPPELLARI

KELLEN MARIA SODRÉ MACHADO | MARISA BATISTA WARPECHOWSKI  
| ORGANIZADORAS |



Lilian Rodrigues da Cruz  
Amanda Cappellari  
Kellen Maria Sodré Machado  
Marisa Batista Warpechowski  
  
(organizadoras)

# 20 anos da Política Nacional de Assistência Social: o pulsar de memórias desassossegadas



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre - 2024

Projeto gráfico  
Arnoldo Bublitz

Design da capa e diagramação  
Estúdio Semprelo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

20 anos da Política Nacional de Assistência Social  
[livro eletrônico] : o pulsar de memórias  
desassossegadas / (organizadoras) Lilian  
Rodrigues da Cruz...[et al.]. -- 1. ed. --  
Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora, 2024.  
PDF

Vários autores.

Outras organizadoras: Amanda Cappellari, Kellen  
Maria Sodré Machado, Marisa Batista Warpechowski.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-32-0

1. Assistência social - Brasil 2. Centro de  
Referência de Assistência Social (CRAS) 3. Política  
Nacional de Assistência Nacional (PNAS) 4. Psicologia  
social 5. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)  
I. Cruz, Lilian Rodrigues da. II. Cappellari,  
Amanda. III. Machado, Kellen Maria Sodré.  
IV. Warpechowski, Marisa Batista.

24-218667

CDD-361

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Assistência social : Bem-estar social 361

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



# **Fazer pulsar a diversidade na assistência social**

**Lilian Rodrigues da Cruz**

**Amanda Cappellari**

**Kellen Maria Sodré Machado**

**Marisa Batista Warpechowski**

**D**o encontro de pessoas inquietas e desassossegadas com a Política Nacional de Assistência Social desabrocha este livro. Antes do porvir, te convidamos a escolher uma cadeira ou uma canga e sentar junto a nós na sombra deste pé de manga. Veja que na roda há chimarrão, tereré, café, suco de cupuaçu, açaí, e pão de queijo. Os sotaques são diversos - Créas/Crêas - e assim tecemos redes de cuidado e pensamento acolhidas/os/es por essa árvore imaginária.

Somos 4 mulheres brancas integrantes do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGSSI) da UFRGS. O GEPS busca produzir conhecimento, no âmbito da pesquisa e da extensão, relacionado prioritariamente à política pública de assistência social em suas interfaces.

Em abril de 2023, não podemos dizer que cantávamos “*levava uma vida sossegada, gostava de sombra e água fresca*”, pois os desassossegos acadêmicos são inúmeros, ainda mais depois de vivermos 4 (ou mais) anos no desgoverno de Bolsonaro que desmontou as políticas públicas e atacou de forma constante as universidades, principalmente as públicas. Contudo, nossa aparente serenidade foi interpelada pelo convite do professor Eduardo Sugizaki, coordenador do Grupo de pesquisa La Folie (PUC-Goiás) para participarmos de um evento para discorrer sobre a atual situação das políticas públicas de assistência social no Brasil.

Desafio posto, como falar de forma ampliada sobre a situação das políticas públicas de assistência social no Brasil, sendo esse um país plural, com tanta diversidade? Naquele momento estávamos há tempos sem fazer eventos de extensão e, quando fizemos, o foco era em profissionais majoritariamente de Porto Alegre. Como dar conta desse desafio? Foi então que na esteira das possibilidades online que a pandemia deixou como herança, realizamos, com o apoio do Grupo de Pesquisa La Folie o “Ciclo de Debates Contemporâneos na Política Pública de Assistência Social”, convidando para o diálogo diferentes profissionais trabalhadoras e trabalhadores da assistência social das 5 regiões do país para em 4 encontros virtuais, na modalidade roda de conversa, entre psicólogas e assistentes sociais para conhecer os desassossegos que permeiam o cotidiano dos serviços. Neste sentido, acreditamos que compartilhamos os principais desafios contemporâneos no que se refere ao dia a dia dos equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, bem como da gestão da Política Nacional de Assistência Social, considerando o contexto brasileiro. Dentre as principais questões, problematizamos as intersecções entre gênero, raça, classe e outras categorias sociais que atravessam os serviços; promovemos a troca de experiências, a partir dos contextos locais e singulares em que se dão as intervenções socioassistenciais.

Muitas foram as inquietações manifestadas pelas trabalhadoras(es) e embora permeadas pelas especificidades regionais, se entrelaçam quando dizem da angústia dos entraves e impossibilidades que se apresentam no fazer diário da assistência social, assim como do desejo de dar conta, de fazer diferença nas vidas

que por ela passam ou são atravessadas. São muitos os desafios, e pensar o “como” se faz necessário: como continuar a acreditar? Como sustentar um governar feminista? Como age o racismo ambiental? Como trabalhamos com a família que já chega narrada como ‘aquela que não presta’? Como sobreviver sem ser ‘empurrada para o abismo ético’? O compartilhar de nossas experiências nos fortalece e inspira para que nossos incômodos possam seguir nos movimentando na produção de caminhos possíveis.

Quando terminou o evento, sentimo-nos revigoradas; mas afinal, se tantas mazelas foram compartilhadas, por que nos sentimos assim? Só conversávamos sobre a potência das trocas feitas. E, concomitantemente, recebemos mensagens para saber se não haveria continuidade e/ou alguma maneira de continuarmos em diálogo. Dadas as reverberações de nossas partilhas, convidamos as e os participantes a darmos duração ao nosso encontro e continuarmos em diálogo através da escrita de pequenos textos desassossegados. Apostamos no testemunho do vivido, inspiradas pelo poeta Waly Salomão, “a memória é uma ilha de edição” (2014, p. 209).

Inicialmente pensamos em um capítulo de cada participante para compor um livro. Contudo, somos muitas/muitos e não teria como publicar coletânea tão extensa. Foi quando esboçamos a ideia de que o aniversário de 20 anos da PNAS pudesse ser aludido através de uma coletânea com textos curtos e sensíveis. Curtos para fazer caber o bando e sensíveis para desassossegar leitoras e leitores. Propomos aos membros desse coletivo, então, a tessitura de crônicas curtas e ficamos faceiras com uma ótima receptividade. Nessa trajetória de escrita, desafios se colocaram, pois, afinal,

como se caracteriza uma crônica? Será que sabemos fazer crônica? Nessa expectativa de receber os textos, algumas pessoas anunciam que não poderiam compor; vocês bem sabem que o cotidiano da assistência social (e na vida) tem dessas. Não estão conosco na materialidade desta empreitada, mas fazem parte do coletivo e em breve estarão juntas em outros projetos. Foi assim que mais 3 convites foram feitos a pessoas que tem sua atividade profissional/vida/pesquisa transversalizada pela PNAS.

*Agente faz o SUAS com gente para gente.* O evento corporificou, de alguma maneira, a idiossincrática trajetória profissional de cada participante, que inclui território, raça, gênero, lugar de fala, dentre outros. Neste sentido, consideramos mais apropriado que a breve descrição de titulação e trabalhos, que comumente fica em nota de rodapé ou no final do livro, ganhasse destaque, afinal, são nossas memórias desassossegadas que compõem os textos. Maior liberdade de apresentação foi instigada a cada autora e autor. Liberdade para se apresentar ou biografia disruptiva, como disse a Flávia Lemos.

A interrogação fez morada quando da chegada dos primeiros textos: será que se caracteriza como crônica? Narrativas potentes, em diversos formatos: carta, memória, história, experiência, testemunho, crônica, ensaio, desabafo, e, assim que fomos lendo, a dúvida se dissipou, pois a diversidade de expressões narrativas foi justamente o que conformou o empoderamento, que é sempre coletivo e diverso. Entendemos que a pluralidade das narrativas compõem um inventário. Para Márcio Seligmann-Silva, o inventário é um movimento que possibilita a invenção, talvez enquanto um outro momento dela. O autor afirma que “sem os saberes de-

positados e inventariados na nossa mente, não poderíamos criar ou inventar” (2022, p. 59). Apostamos, portanto, nos fragmentos de memórias (reais ou inventadas) como testemunho do já vivido, mas também como faíscas para que sigamos esboçando futuros.

Esses encontros foram para muitas de nós um alargamento de vida, tal como gostaríamos que a Assistência Social fosse para as famílias que cruzam com ela. Testemunhamos os afetos contraditórios que emergem do esforço e da coragem de se colocar fazedoras de políticas públicas em um Brasil tão desigual. Sim, é mesmo um trabalho de formiguinha, mas há de se cantar feito cigarra também. Tal como nossa imaginária mangueira, precisamos sonhar os próximos 20 anos da PNAS.

Agradecemos, especialmente, à Betina, com quem há muitos anos pensamos sensivelmente e nos alegramos em ter suas palavras para a abertura deste livro; à Joana, pela generosidade em fazer, de modo tão sensível, a arte do livro; e ao Eduardo, que com o convite para aquele primeiro momento de diálogo, nos impulsionou a querer saber mais e teceu o robusto pósfacio. Com o coração aquecido pelo abundante encontro com a palavra dita e escrita das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS que gentilmente construíram esse livro, nosso abraço de agradecimento e o desejo de seguirmos em partilha.

## Referências

- Salomão, Waly. (2014) *Algaravias: Câmara de ecos* [1996]. In Poesia total / Waly Salomão (pp. 209-262). São Paulo: Companhia das Letras.  
Seligmann-Silva, Márcio (2022). *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.



*Carta às trabalhadoras-gestoras  
do/no SUAS:  
(pa)lavrar para (r)existir*

**Helena de la Rosa da Rosa**

**E**sta escrita começa na capital mais ao sul do Brasil, à beira de águas um tanto turvas, indecisas entre serem rio ou estuário, entre fluir e transbordar. Tem sido um invernar de muitas chuvas por aqui, talvez águas necessárias para fechar ciclos e trazer promessas de vidas outras. Assim, estas linhas navegam no desejo de alargar horizontes com os encontros que elas possam proporcionar.

Numa fronteira tênue, entre fluir e transbordar, partimos de uma experiência ainda viva, que se coloca em interrogação, há poucos meses da entrega de um dito Cargo de Coordenação, período em que o diário de campo, a escrita, foi se tornando um dos recursos, método para sustentar tempos difíceis.

Quatro décadas depois de Glória Anzaldúa (2000)<sup>1</sup> convocar as escritoras do terceiro mundo, nos espantamos ao perceber a necessidade de, ainda, colocarmos as “tripas no papel”, não permitir que tinta e sangue coagulem em nossas canetas, ou melhor, que hoje gangrenem os dedos que parecem precisar do teclar para manter a vida em movimento. Por aqui, as palavras têm transbordado, como referido pela Chicana, a partir das vísceras e tecidos vivos, emergem dos “nós da garganta” e “vertigens estomacais” sentidas nas travessias de Trabalho na Assistência Social, especialmente pelos dez anos na experiência de Gestão da Política. Como acreditamos que essas linhas-experiências possam “falar” de outras vivências,

---

<sup>1</sup> Falando em línguas, uma carta para as mulheres escritoras da América Latina. Glória Anzaldúa.

*mesmo na diversidade dos mais de cinco mil “SUAS” pelo Brasil, elas carregam, sobretudo, o desejo de escutá-las. Há um tempo estamos a imaginar: que força teria o encontro de nossas narrativas? Seriam potentes para sustentar existências outras? Mesmo face ao fascismo contemporâneo, nosso (des)envolver de palavras seria capaz de encontrar brechas para “alargar horizontes” na construção de uma vida coletiva?*

*Embora não seja possível datar com precisão, foi no início de 2021 que uma trabalhadora passou a se (re)conhecer “gestora-escritora”, provocada por um lugar-analisador: coordenadora, “chefe.” Para esse lugar, uma mesma frase ressoava, “ainda estamos te conhecendo”... convocando-nos ao processo... sim, os lugares não se encontram, constroem-se, também nesse trabalho de gerir que exige tempo, nessa que se pretende Pública, chamada Política.*

*Esse (re)conhecimento foi no mesmo período em que os efeitos de um “Minuano”<sup>2</sup> desconhecido, gélido “vento” de origens orientais, denominado Covid-19, atravessou nossas palas e escancarou nossa DESproteção. Vivemos os efeitos do medo, do isolamento, da exposição sem proteção, das durezas e apatias de vidas expostas, diariamente, às incertezas de conseguir garantir o que temos de mais fundamental, a própria existência. Contudo, não são justamente esses os efeitos, realidades de vida de tantos em nós? Mulheres, jovens, negros, pessoas e territórios em processos de vulnerabilização?*

*Efeitos que buscaram outorgar a uma Pandemia que nos levou muito além de uma inimaginável crise sanitária. Mas, sabemos, intensificou (ou desnudou?) as estruturas que continuam ree-*

---

<sup>2</sup> Corrente de ar gelado que sopra a partir do sudoeste do Rio Grande do Sul. Típica do inverno gaúcho, geralmente depois das chuvas, e mais sentida na região da campanha, onde nasceu quem hoje escreve.

*ditando-se através de muitos de/em nós. Nestas terras, precisamos contar-lhes, as relações de poder, sim, chegam às vias da violência; o que poderia parecer uma caricatura do horror, fala, ainda, de realidades cotidianas. “Um estupro tem que ser por partes”, é a frase de um gestor em uma reunião com duas mulheres que compõem a sua equipe. “Um estupro tem que ser por partes”, é a frase repetida três vezes, antes de cada nova pauta.*

*Em linhas que podem dizer muito mais do que contam, emerge uma estrutura que transborda, afoga. Res-piram os é necessário... p(arar).*

*Sim, é preciso p(arar), brechas nesses solos-estruturas não são facilmente encontradas. Enquanto os ventos só revolvem terras áridas, essa, e tantas escritas, começam e (re)começam. Por muitas vezes, ao colocar as vísceras nas pontas dos dedos, é a “dureza das palavras” que questionamos, a efetividade e contribuições dessas narrativas às políticas Públicas, a gestão do Trabalho Social. Não seriam os processos de planejamento, fluxos, orçamentos, monitoramento, que uma dita coordenação da Rede especializada deveria sistematizar?*

*Essas ações não deixam de acontecer no cotidiano do trabalho, mas pedimos-lhes que sustentem essa questão, pois em meio a ela, é o corpo que (re)volta, que continua a reivindicar espaço na escrita. Como entender esse peso que entorpece as pernas? Como pode ser no “corpo-pernas” que uma reunião “termina”, paralisa? É mulher, e sussurra no mesmo tom. “É assim que continuarás”... recado mais que dado “é como te ordeno que coordenarás”... a estrutura que transborda, entre todas nós reedita-se. Enquanto a outra, “capaz”, cumpre o formato/serviço com o qual não te propões*

*a “cooperar”. É ainda a RUA, também “mulher”, nua... Por aqui ainda “capitã do mato a ressoar”?*

*Em uma política predominante executada por mulheres, somos lançadas, cotidianamente, ao desafio de como operar em lugares de coordenação sem nos assujeitar ou reproduzir as estruturas indissociáveis do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcal. Os lábios que tremem à nossa frente são de um corpo de mulher, a lágrima escorre em uma face negra. Uma colega busca denunciar as injúrias raciais vividas no trabalho e o nosso corpo treme, vibra na dor e na impotência; entre muitos nós, mais um marcador, um dito vínculo, um contrato que também diz muito além do que conta, chamado de parcerização, por onde os caminhos parecem ter encontrado uma resolução institucional: “trata-se de uma questão trabalhista.”*

*Ainda precisamos dizer-lhes, uma mulher branca, criada nessa estrutura de branquitude brasileira, não pode ocupar um lugar de fala que não lhe pertence, mas, sobretudo, também não pode silenciar, como nos provocaria a Chicana, fugir do “dever de casa” da mulher branca, não esperar ser carregada pela mão, e é novamente o corpo e a escrita que pedem passagem.*

*Enquanto isso, a rádio corredor já organiza e anuncia as próximas “sucessões”, os “nomes cotados” aos poderes que entre trabalhadores se passou a desejar. Surgem aqueles conhecidos Bodes, ou “cabras”, também chamadas de loucas, que outrora foram “tidas” como “mulher-gestora”, que “demite-se” por ter “fragilidades psíquicas” para suportar o peso da gestão, ou que foi substituída, pela dureza com que conduziu suas ações. Numa roda viva, pelo “excesso” ou tentativa de controle do afeto, pelo corpo expresso ou negado,*

*continuamos a ser colocadas em “fogueiras contemporâneas”, entre nós, revezamos os lugares possíveis, as coordenações que algumas passarão a merecer, a partir das quais se acredita que novos ciclos virão, pelo menos, até a emergência de novas “cabras”, “loucas”, ou mesmo, “amigas demais, para uma gestora”.*

*Nessa territorialidade intensamente viva e movimentada por todas as disputas que, ainda, nos constituem, nas intersecções de gênero, classe, raça, nesse contraditório território chamado Brasil, seria mesmo possível planejarmos, escrevermos, operarmos o trabalho sem esse corpo que se impõe? A escrita “paralela” se tornaria ferramenta, meio de sobreviver ao temor de nos tornarmos restos de nós mesmas, limitadas a ser um tanto de “carne jogada aos pés da loucura, da fé ou do Estado”, enquanto outras brechas são ainda tateadas?*

*Retomemos as questões que lhes pedimos que sustentassem, que colocam em dúvida nossa própria escrita e, talvez, de tantas de nós... Não estariam também elas impregnadas de um “extermínio epistêmico”, onde os conceitos construídos a partir de estereótipos de masculinidade, como razão e objetividade, parecem os únicos possíveis, na escrita e na gestão? Nesse lastro, nos pomos a pensar, que fazeres continuamos a sustentar? Como estamos a operar e a narrar os nossos ofícios? Sobretudo, como isso reverbera sobre a possibilidade de trabalho Social com famílias no SUAS? Seria possível construirmos e sustentarmos uma gestão e metodologias Feministas?*

*Sustentar as questões, por vezes, pode ser o possível durante uma travessia... com elas, nos (re)lançamos a travessia de, literalmente, desistência de um modelo de gestão, sustentando os desafios de uma trajetória que se propõe a (re)escrita enquanto retorna a*

*gestão que não se encerra, a gestão inerente ao trabalho para o cuidado das pessoas que ainda precisam de Políticas Sociais.*

*Antes de impor uma pausa ao teclar, nesse espaço limitado, talvez necessário para uma digestão, já que é pelo/no corpo que as narrativas acontecem, retomamos, sobretudo, o desejo de que essas questões encontrem experiências outras... Nestes pagos, seguiremos costeando o rio-estuário, que entre seus desafios, ainda, nos possibilita olhar o horizonte, por onde imaginamos “chegar” o palavrão de vocês.*

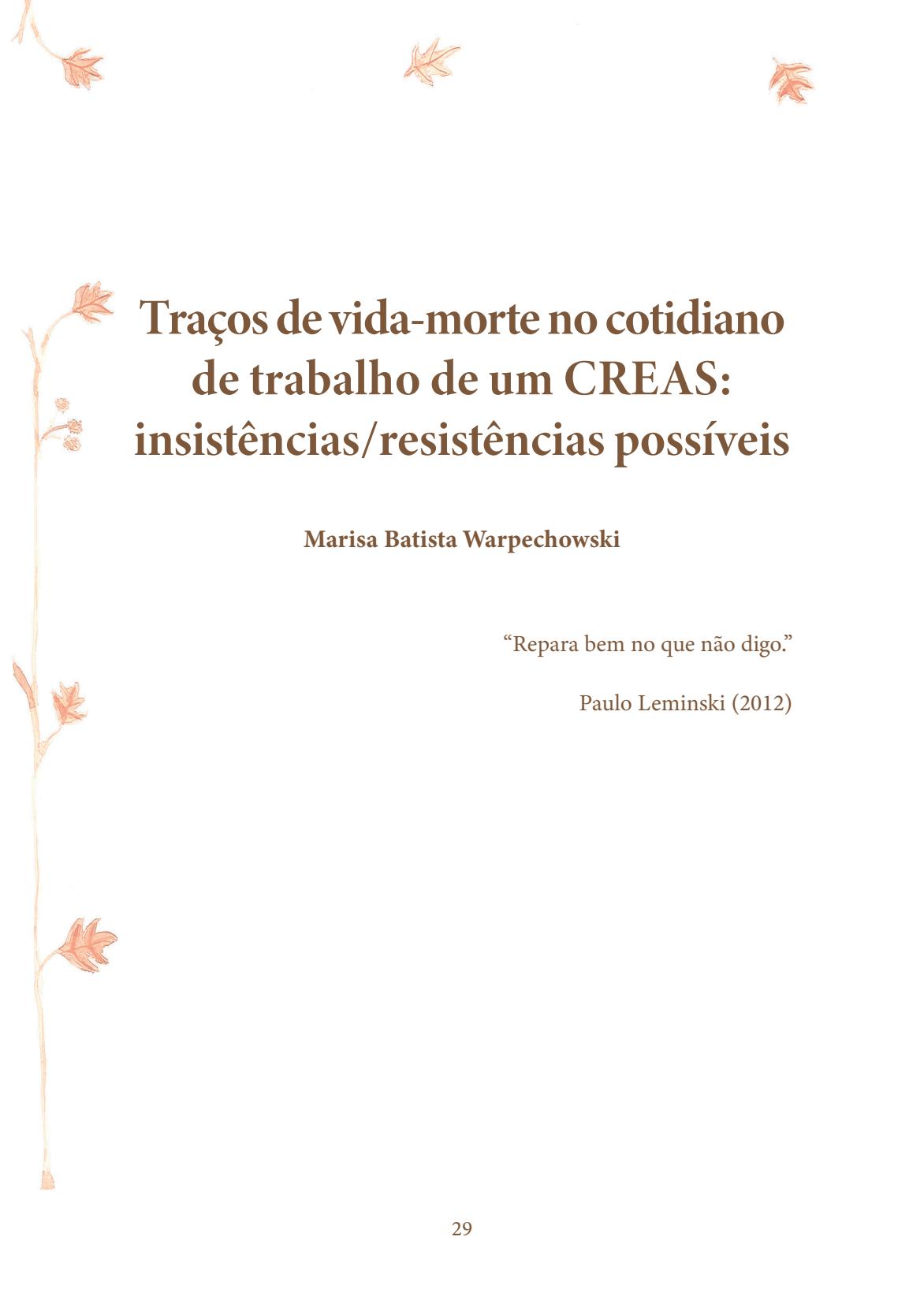
## **Referências**

- Anzaldúa, Glória (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-236. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>
- Noal, Débora (2017). *O Humano do Mundo: diário de uma psicóloga sem fronteiras*. Editora Astral.

### **Helena de la Rosa da Rosa**

Psicóloga de formação, é a inquietação pelo trabalho em Políticas Públicas que tem constituído o percurso como trabalhadora. Após três anos por entre as redes do/no SUS, a chegada na Assistência Social, em um CREAS, ocorre junto com a implantação do SUAS na capital gaúcha, tempos de esperançar. Mais três anos de/no acompanhamento psicosocial, buscando brechas na vida que resiste em meio à violência sexual, na gestão entre o prescrito e o real do trabalho, tornam-se a inspiração para o mestrado e o “combustível” para aceitar um novo desafio: Referência técnica PAEFI e Coordenação da Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Uma década (re)tramando(-se) pelo/no Trabalho Social, no diverso território chamado Porto Alegre, a coordenação da Proteção Social Especial, em 2021, passa a ser o lugar-analisador por onde desterritorializações não param de acontecer.

E-mail: hdelarosadarosa@gmail.com



# Traços de vida-morte no cotidiano de trabalho de um CREAS: insistências/resistências possíveis

Marisa Batista Warpechowski

“Repara bem no que não digo.”

Paulo Leminski (2012)

**U**m telefonema, relatório, solicitação judicial; é comum que as histórias, as vidas nos cheguem assim... uma demanda que chega mediada por tantos outros, escola, unidades de saúde, judiciário, centros de referência, casas de acolhimento. Antes das pessoas, chegam suas histórias, histórias comumente marcadas por traços de violências, apresentando como personagens principais mulheres e seus filhos. São tantas Marias, Cláudias, Denises, Cíntias, narradas por muitos... e elas? Qual o lugar de suas narrativas? Como escutá-las sem obturar nosso ouvido com as tantas versões de outros sobre elas? Como alargar nosso olhar para o sujeito, encontrando suas potências? Como operamos no trabalho na Assistência Social para que ergam a voz (bell hooks, 2019)<sup>1</sup>?

...Alô, alô, Mirna... somos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, do CREAS ... recebemos um relatório... podemos conversar?

Foi no ano de 2021 em meio às durezas de uma pandemia que depois de algumas andanças e insistências conseguimos falar com Mirna. Nesse primeiro telefonema, vai logo dizendo que não conseguiria vir até o CREAS para uma conversa-atendimento e nos conta que lhe era muito difícil sair de casa com 3 crianças pequenas e sem ter um carrinho de bebê para auxiliar, mas que precisava muito de ajuda, estava sem nada em casa para dar de comer para as crianças. Estava com as gêmeas de 9 meses mais a

---

1 Alusão ao livro de: bell hooks (2019). Erguer a voz. Elefante.

guriazinha maior de 5 anos. O guri maior, o conselheiro já havia nos contado, estava com o pai, mas Mirna devia buscá-lo, afinal o pai parecia sujeito que “não se podia confiar”, uma vez que sobre ele havia uma denúncia de abuso sexual com a guriazinha maior, o que levou Mirna a ter de sair de casa e morar com sua mãe, dividindo com esta o pouco que tinha. Uma mulher negra, 4 crianças pequenas para cuidar, a violência sofrida pela filha, a casa perdida... “*Que país é este?*<sup>2</sup>... Lembram da canção? Que Estado é esse que reproduz violência e coloca mãe e filhos em desproteção?

Fomos ao seu encontro... percorrendo ruelas, subindo morro, pedindo informação na comunidade, levando alimentos e agasalhos, porque os tempos têm sido gélidos por estes rincões. Alimentar, aquecer, conhecer, escutar... assim fomos nos aproximando... e lá voltamos muitas outras vezes. Em algumas dessas visitas... surpresa... Mirna tinha se mudado, foi em busca de um barraco mais barato, nova busca pelo território, pergunta aqui e ali até chegarmos a sua nova morada. Mirna nos contava que se mudava na tentativa de encontrar um lugar que conseguisse pagar, só tinha o dinheiro “do Bolsa”, sabe aquele Bolsa Família que muitos dizem que é para beber cachaça??? Pois é, aqui é o que paga o barraco da família. Chegar nas casas exigia esforço e preparo, escaladas e derrapadas fazem parte em territórios de ocupação e de difícil acesso. A casa de Mirna passava por várias alterações, o quarto virava cozinha, a cozinha passava a ser o quarto, Mirna vivia readequando a casa para fugir das goteiras que insistiam em aparecer a cada chuvarada e, apesar das penúrias, ainda acolhia uma cachorra com uma enorme ninhada de

---

2 “*Que país é esse?*” Música do Legião Urbana, 1987.

filhotinhos recém-nascidos, dizendo: “Não sei o que vou fazer, mas as crianças adoram os cachorrinhos”.

Nossos encontros eram intensos, Mirna sempre muito angustiada quanto às demandas das crianças. As gêmeas Sarina e Estella, Sarina ficava com Mirna e a outra estava quase sempre com a irmã adolescente, filha mais velha de Mirna que morava com a avó paterna e ficava com a irmã para dar um alívio para a mãe. Sarina “era mais lenta”, contava Mirna, dizia que ela “tinha problema”, “tinha a cabeça pequena” e a encontrávamos sempre em cima da cama, com seus olhinhos atentos a nos acompanhar. João, o guri, às vezes estava com Mirna, que se queixava que ele lhe incomodava muito, não obedecia, queria brincar na rua, e que já tinha mandado embora para a casa do pai, mas ele voltava, insistia em voltar. O guri nos olhava de longe e se mantinha afastado, com carinha triste ao ouvir as palavras da mãe. Maria, a guriazhina maior, parecia gostar de nossas visitas, com ela conversávamos sobre se gostaria de ir para a escola, conversávamos sobre a irmãzinha e percebíamos que ela era a ajudante da mãe no cuidado com a irmã. Pensando em encontrar alternativas para Mirna no excessivo que escutávamos em suas queixas do cansaço no trabalho de cuidado com as crianças, passamos a buscar por vagas na escola de educação infantil e avaliação médica para averiguar as queixas de Mirna de que Sarina tinha problemas de desenvolvimento. Peregrinamos nas escolas em busca de vagas, até que, em contato com o conselheiro, para nossa surpresa, ele nos diz que já havia conseguido as vagas, mas Mirna não estava levando as crianças. Muito estranho, o que se passava...? Mãe negligente? Epa!! Calma!! Vamos ouvir... Retomamos a conversa com Mirna, que nos conta que na creche

só havia vaga para uma das gêmeas e para a guriazinha maior, e que lhe era difícil sair com as 3, sem carrinho e ainda ter de trazer uma de volta para casa; além disso, sentia vergonha de dizer que não tinha os materiais solicitados na lista da escola, lencinhos umedecidos, fraldas, mamadeira, pomada Hipoglós. Para acessar a creche, precisava escalar uma trilha escorregadia até conseguir sair de casa e acessar a rua principal e depois fazer uma caminhada longa ladeira abaixo. Sim, era difícil, como fazer esse esforço todo dia com frio, chuva, sol? E com varizes latejando nas pernas? Começamos a entender por quê, apesar das vagas, Mirna não levava as filhas... Fomos conversar com a direção da escolinha na tentativa de sensibilizá-los a acolher mais uma criança compartilhando as dificuldades daquela família e a importância desse espaço para as crianças e para a mãe. “Não há vagas, não dá.” “Já estamos atendendo além da nossa capacidade, mas ela pode trazer as outras duas”. Faltam vagas na educação infantil, lembram a canção ... “*Que país é este*”?

O tempo vai passando, já é quase verão ... vamos percebendo que Estella fica mais com a irmã mais velha do que com a mãe e então voltamos a insistir para que Mirna levasse as meninas para a escolinha, afinal estava somente com as duas em casa e conseguimos a doação de um carrinho de bebê. Muitas conversas para que Mirna entendesse que, se levasse as meninas para escola, teria mais tempo para cuidar de si, cuidar de sua saúde, buscar trabalho... e o que mais desejasse fazer... e as meninas também teriam mais espaço e crianças para brincar; entendíamos que a escola seria um espaço protetivo para as meninas, visto que, a cada dia, Mirna se mostrava mais agressiva no trato com as filhas, parecia

sempre a “ponto de explodir” com a menor demanda das crianças, e Maria não escapava de uns puxões de cabelo, mesmo em nossa presença, se não atendia a mãe imediatamente. Também surgiram relatos da Unidades de Saúde que, certo dia, a mãe teria agredido o filho na sala de espera do posto, causando indignação em todos os que assistiram.

Mirna prometia que na segunda-feira levaria, mas o tempo passava e as crianças continuavam em casa: “Não levei, não consigo, estou com dor nas pernas”. Mirna, sempre a nos contar de suas impossibilidades, dizia: “vocês podem chamar o Conselho, e levar elas para o abrigo, não vou levar, vou me sumir, não aguento mais...”. Desabafos e xingamentos eram comuns, afinal quem são essas mulheres que vêm aqui me dizer o que tenho que fazer??? Mulheres com outras histórias, certamente, a começar pela cor, mulheres brancas que compartilham privilégios numa estrutura de branquitude e que talvez não consigam alcançar o que pulsa em Mirna, o que lhe atravessa e lhe marca o corpo, a história, a vida. Interrogação necessária!!! Como estamos construindo nossas intervenções? O que não conseguimos escutar dessa mulher? Como garantir direitos e proteção às crianças quando aquilo que entendemos como “o melhor para elas” não é acolhido ou reconhecido pelos pais? Como seguir? Como suportar não fazer nada? Não avançar? Acolhíamos a indignação de Mirna ... e pensávamos: qual a direção? ... Poderíamos fazer um relatório para o Conselho Tutelar informando que a família não cumpria as orientações e desligá-la do acompanhamento ... sim, essa poderia ser uma direção ..., fizemos o relatório, vários... mas insistimos... escutávamos que ali havia sofrimento, a vida parecia pesada demais, a pobreza,

a casa caindo, as crianças chorando.... A cesta básica que levávamos parecia ser o elo que ainda nos aproximava e permitia sempre um retomar, um tentar de novo. Tentar de novo com uma nova marcação de consulta com o pediatra para avaliar uma das gêmeas que Mirna sempre dizia que tinha problemas. Nessa primeira consulta, acompanhamos a família, nas seguintes, funcionamos como secretária, avisando do horário, levando os vales transportes para o ônibus. Mas aqui também a repetição, seguiam as impossibilidades... “Não consegui levar, a guria tava com diarreia, eu tava com dor de cabeça e dor nas pernas, choveu muito, não deu” .... Mirna queixava-se, construía demandas, mas não conseguia sustentar... havia sempre dificuldades... mesmo com a ajuda que recebia.

Que plano de acompanhamento temos conseguido desenvolver com essa família? Não temos avançado, desligar do acompanhamento? Chamar o Conselho Tutelar? Acolher as crianças? Discutir na microrrede, discutir com o posto de saúde, facilitar as marcações de consulta? Muitos desassossegos... seguíamos desdobrando perguntas... nos questionamos em equipe... quem sabe se a incluíssemos em um programa de transferência de renda e com ela construíssemos combinações? Quem sabe se com as necessidades mínimas atendidas conseguíssemos mais envolvimento de Mirna no cuidado das filhas e no seu próprio cuidado?

Como abrir espaço para escutá-la para além das suas demandas com as crianças..., Mirna dizia que tinha vontade de morrer, não aguentava mais... dizia isso assim, no meio da casa, com os filhos correndo e chorando por perto... procurávamos apaziguar o insuportável e preservar as crianças da mãe “descontrolada”, procurávamos ver uma forma de Mirna ir até nosso encontro no

CREAS e poder conversar com ela sem as crianças por perto, tentar abrir um espaço onde pudéssemos acolher tudo que lhe pesava a vida... onde fosse possível acolher a mulher para além da mãe, onde outras dimensões do sujeito pudessem se desdobrar. Não vinha... sempre uma dificuldade ... só aparecia quando precisava assinar o contrato para o programa de transferência de renda, e quando nos posicionamos de que não iríamos levá-lo em sua casa, que precisava vir, tentando assim uma brecha para um encontro em espaço diverso de sua casa e na apostila de que algum lampejo iluminasse a escuridão.

E assim seguimos, um caso que produzia muitos desassossessos na equipe... parecia não haver evolução na situação familiar..., as crianças sem ir para a escola de educação infantil, o menino numa transição constante entre a casa da mãe e do pai sem cuidados efetivos de nenhum dos dois, com baixa frequência na escola... e abandono do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, apesar de seus olhinhos brilharem quando conseguimos a vaga para ele.

Nova mudança de casa - Mirna se muda, mas não muda, segue muda... será? - para uma outra comunidade, mais próxima de seus familiares e escolas para as meninas. Esse ano vai ... seguem as apostas. As gêmeas finalmente começam a frequentar uma nova escola, estavam se adaptando, a guriazinha maior com vaga em escola mais distante, e Mirna na promessa que essa semana iria fazer a matrícula da guria na escola.

Numa de nossas visitas encontramos um rapaz em sua casa, mais tarde soubemos que se tratava de um namorado/companheiro e que já estava morando com Mirna. Esperança de que esse

encontro pudesse produzir deslocamentos. A essa novidade se seguiram outras. Pouco tempo depois em um dos raros momentos em que Mirna esteve no CREAS, desabafa... “passei um final de ano horrível ... ele me agrediu”, “está um inferno”, contava que o companheiro a ameaçava, não a deixava sair, era muito ciumento. A essas revelações, seguiram-se nossas orientações de que buscas-se proteção, que fosse à delegacia da mulher e o denunciasse, pedindo uma medida protetiva. Dito assim parece fácil... Marcamos novo atendimento para seguirmos escutando, sabemos das tramas que enlaçam as relações violentas... amor, ódio, acolhimento, desejo, expectativas, proteção, agressão, reconciliação, desculpas, medo... são tantos os fios dessa trama, há que ter espaço - tempo para seguir tecendo o cuidado.

Mirna começava a nos encontrar no espaço do CREAS. Passados poucos dias da revelação de violência, retorna ao CREAS e conta aliviada que estava livre, que o companheiro havia sido expulso de sua casa por sua família. Nesse dia, vem ao CREAS bem arrumada, bem bonita, usava um vestido amarelo com estampas florais e estava acompanhada de seus filhos maiores, João e Maria. Mirna nos conta das dificuldades vividas, das ameaças e da exploração patrimonial sofrida, sente-se muito mal, sofre, mas diz que agora está livre, que agora vai retomar sua vida, faz planos. Esses acontecimentos pareciam marcar também um outro tempo nesse acompanhamento. Convidamos Mirna a participar de um grupo de mulheres que iniciariámos no CREAS, ela aceitou nosso convite e combinamos em breve lhe passar a data do encontro. A conversa seguiu com as crianças falando da necessidade de providenciar as vagas para que eles iniciassem o ano letivo. Chamamos

João para conversar, e ele nos conta que não quer morar com o pai, que deseja estar com a mãe e as irmãs, pois com o pai sente-se “muito solitário”, longe das irmãs, *muito solitário...* João tem nove anos.... Assim nos despedimos, esperançosos de que esse ano seria diferente, de que havia alguns lampejos a iluminar, apesar da violência. E as palavras de João a reverberar, *muito solitário...* e a imagem de Mirna, bonita, vistosa em seu vestido amarelo, hoje muito diferente da mãe “descabelada e louca” de outros encontros.

Passados alguns dias... uma manchete de jornal nos atropela, atordoá, emudece... “mulher assassinada com 4 disparos de arma de fogo dentro de casa”... João... *muito solitário...* agora ainda mais solitário.

Lembram a canção? “*Que país é esse?*”... o sangue anda solto manchando os papéis...

Desassossego, ruptura, o que podemos diante das violências? Como tecer uma trama simbólica para esses acontecimentos que nos deixam emudecidos? Como inscrever a história de Mirna e de tantas outras mulheres e fazer resistência ao seu apagamento? Como podemos relançar o trabalho na Assistência Social atraídos por essa experiência? ...

“De vez em quando Deus me tira a poesia. Olho pedra, vejo pedra mesmo”.

(Prado, 2015)

## **Referências**

- bell hooks (2019). *Erguer a voz*. Elefante.
- Legião Urbana (1987). *Que país é este?* (Álbum: Que país é este? LP, 36:31 min.). EMI-Odeon.
- Leminski, P. (2012). *Catatau: um romance-ideia*. Iluminuras.
- Prado, A. (2015). *Poesia reunida* (1a. ed.). Record.

### **Marisa Batista Warpechowski**

Psicóloga, psicanalista, muito cedo na graduação tive um bom encontro com a psicanálise, o que me levou a construir um percurso de formação psicanalítica que segue produzindo interrogantes e que vem sendo tensionado e transversalizado pelo trabalho na política pública de Assistência Social. Trabalhei especialmente na Proteção Social Especial de Média Complexidade como técnica no atendimento em CREAS na cidade de Porto Alegre. No período de 2018 a 2021, experienciei o trabalho na gestão desta política compondo a coordenação da Proteção Social Especial e atualmente estou na coordenação do CREAS Partenon. Trabalhar na Assistência Social sempre produziu muitos desassossegos e interrogações que me levam a desdobrá-los na escrita e na pesquisa nos percursos de um mestrado e de um doutorado em curso. Nestas pesquisas, tenho o campo das adolescências e juventudes como foco de interesse e como efeito a escrita do livro *Adolescências, vulnerabilidade e desamparo: intervenções clinicopolíticas na Assistência Social*, lançado em 2018 pela Editora Juruá.

E-mail: marisabw@gmail.com



# E a Psicologia em meio a tudo isso?

Camila Pereira Lisboa

**Q**uantos desassossegos podem compor as linhas desta crônica? Quantos outros podem caber no cotidiano de uma profissão? Como materializar as ambições de uma política tão complexa e abrangente como a Assistência Social brasileira? Como garantir a viabilidade concreta de sua definição, conforme anunciada na PNAS?

política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2005, p. 89)<sup>1</sup>

Uma descrição nada modesta. Como converter essas palavras em prática, uma prática implicada com a promoção de cidadania e direitos fundamentais - propostos por um Estado que os regula-menta, mas cambaleia na hora de os assegurar? Onde eu estaria em meio a tudo isso?

Em 2011, acontecia minha entrada na Assistência. Foi escolha (tive o privilégio de poder escolher). Identificada com a “questão social” antes mesmo de conhecer a Psicologia, era a política pública em que o engajamento me parecia mais natural. Ademais, julgava, quatro anos de pesquisa durante a Faculdade e mais um ano de estágio - boa parte na “área social” - me fariam uma profissional com boas habilidades para estar ali.

---

<sup>1</sup> MDS, 2005, p. 89

Primeiro dia de trabalho com um grupo. A atividade que amava. O objetivo: facilitar um conjunto de oficinas de orientação profissional para jovens atendidos pelos CRAS da cidade. Também ali, achava que tinha sorte: uma das minhas atividades de estágio era justamente facilitar grupos; além disso, tive contato com especialistas em orientação profissional durante a graduação. Sentia-me ansiosa, embora a sensação de estar “preparada” aplacasse um tanto das minhas inquietações. Planejamento em mãos, material separado, informações sobre cursos e o vestibular. Em uma das primeiras falas (era uma apresentação através de figuras), um jovem me daria grande lição... Ao escolher a imagem de uma moeda de 1 real para representá-lo, dizia que não adiantava pensar sobre o futuro, quando, em sua vida, diziam que ele não valia nem mesmo aquela moeda. Em sua justificativa, ele contava histórias e descrevia uma realidade que eu custava a entender.

Eu não estava preparada. Sequer encontrava livros ou textos que versassem sobre oficinas de orientação profissional para jovens de periferias - das várias delas. Periferia quanto à renda, classe social, gênero, cor da pele, local de moradia, qualidade da educação. Os jovens dos manuais em orientação profissional eram uma perfeita caricatura do estudante de classe média ou média alta, para o qual era bem natural pensar no vestibular. Tampouco eu queria criar caricaturas sobre jovens de periferias. Eu desejava apenas compreender melhor aquele contexto, sentia que muito do que eu aprendera não funcionava ou era insuficiente para trabalhar ali.

Nesse início da atuação no SUAS, e também na década que se seguiu, muitas vezes eu não sabia o que fazer. Aos poucos, fui entendendo que os conhecimentos adquiridos pela formação de-

veriam ser reinventados e que pouco servia uma identificação com a “questão social” se não houvesse uma reflexão sobre o emaranhado que ela representava. Existem cadeias políticas, econômicas, históricas e estruturais - complexas a perder de vista. Por outro lado, há também as realidades locais, em suas múltiplas potencialidades e sofrimentos (aqueles advindos, muitas vezes, da ausência ou violação dos direitos básicos à vida). Existe também o caso a caso, o sofrimento que ganha identidade na história de alguém. Esse sofrimento pode ser percebido numa família. Ou talvez em um indivíduo – aquele não raramente visto perambulando em equipamentos da Assistência Social, quase pedindo desculpas por solicitar do Estado aquilo o que acredita ser um “favor”. Indivíduo ao qual muitos direitos lhe foram negados, mas que segue depositando em si a culpa pelos infortúnios da vida, fracassos que julga serem apenas seus.

A psicologia brasileira está se transformando e seu compromisso social já é notório no campo das políticas públicas. Quisera a frase anterior fosse uma notícia de jornal ou o título de um livro. Antes, representa uma esperança, diante dos inúmeros desafios colocados a uma profissão de formação ainda muito ligada ao sofrimento individual e ao atendimento clínico – aquele que não se deve fazer no SUAS. O que sobra é uma prática de inquietações. Sofrimentos para o(a)s profissionais também.

*Foi desafiador, menina, às vezes eu chorava: “Meu Deus do céu, será que eu tô fazendo certo? Será que eu tô fazendo efeito na vida das pessoas? Será que eu tô ajudando alguém? O que que eu vou fazer aqui, se eu só sei fazer clínica? E se não pode fazer clínica, o que eu vou fazer aqui?”*

Esse é um trecho do relato de Maria, psicóloga atuando em CREAS, que gentilmente cedeu sua entrevista para minha pesquisa de doutorado. Meu foco de estudo não era a saúde mental desse(a)s trabalhadore(a)s, mas falas assim eram tão frequentes, que me levaram a pensar que não é apenas a política de Assistência ou o(a) usuário(a) do SUAS o(a)s mais afetado(a)s pelo não saber fazer do(a) profissional. O(A) próprio(a) profissional também se converte na vítima dos vícios de uma formação. Precisamos nos reinventar. Sim, a Psicologia tem mudado muito, mas é preciso mais. Nos currículos universitários, nos estágios, nas extensões, pós-graduações, em eventos, debates, livros, textos, em seus espaços de protagonismo e luta política... É preciso muito mais.

Diante de seus limites, a Psicologia também tem aprendido a dar as mãos. Eu aprendi. No cotidiano do trabalho, me fortaleci com parceiro(a)s de diferentes formações. Aprendi com o(a)s muito(a)s colegas assistentes sociais, cujo saber e práticas ajudaram muito a repensar as minhas próprias estratégias. Aprendi o sentido do “trabalhar em rede”, estando essa “rede” expressa visceralmente em sua máxima potência em cada atendimento que eu fazia. Pluralidade radical, interlocução necessária. Rede de trocas, apoio, informação, luta conjunta, rede que encaminha e acolhe, rede que discute, discorda, busca por solução. Quando era possível atuar nessa perspectiva, a pergunta “Onde eu estaria em meio a tudo isso?” ganhava um novo significado. O “eu” se convertia num “nós” e, mesmo diante de tantas dúvidas e desafios, era possível trabalhar com a sensação de não estar só. Entendi que cada usuário(a) e os múltiplos agentes dos territórios são rede também, tecendo uma política que luta por garantir seu princípio de “participação social”.

“Lutar” é verbo obrigatório quando se trabalha na Assistência, desassossegar-se também. Nas palavras de Adaíza Sposati (2004), em celebração aos 10 anos da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS: “A menina LOAS ouve dizer que é tudo complexo, é tudo complicado. Sente que passa o tempo e tudo continua o mesmo. Parece até, que o mundo é um caminho sem rumo”<sup>2</sup> (p. 7). Hoje, a menina LOAS, em seus 20 anos, é uma jovem mulher. Como tantas outras jovens mulheres brasileiras – especialmente negras, de baixa renda, das tantas periferias que compõem as desigualdades do país – segue na incerteza de seu futuro. A depender da política governamental, ela vivencia sustos, muitas incertezas, inúmeras privações e o risco real de ter uma vida cerceada cedo demais. Eis o futuro do medo e da incerteza, não o futuro da esperança – este último mais congruente com as palavras da nossa própria Constituição (1988), que determina<sup>3</sup>:

*Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.*

Sendo esses direitos invioláveis, por que às vezes perdemos a capacidade de acreditar que é possível assegurá-los? Desejar uma política efetivamente garantidora de direitos (não de mero assistencialismo que titubeia diante de instabilidades governamentais) pode parecer um sonho distante em alguns momentos, assegurar sua construção pela lógica da participação social também. Seja sonhando ou lutando, que não nos esqueçamos da Psicologia...

---

<sup>2</sup> Sposati, 2004, p. 7

<sup>3</sup> Constituição, 1988

Aquela Psicologia comprometida com a transformação social. Aquela que fala sobre injustiças e desigualdades, que se indigna, que quer também ofertar sua contribuição. Aquela que dá as mãos na luta constante pela construção e efetivação de uma política, que aprende e age com outras categorias profissionais, uma luta nunca solitária. Diante dos inúmeros desafios que convidam a retroceder, é preciso continuar sonhando com a concretização do Art. 5º da Constituição acima mencionado - artigo que bem poderia ser traduzido nas palavras do Artigo 7º dos “Estatutos do Homem”. Nele, fala o poeta amazonense Thiago de Mello (2014, p. 20)<sup>4</sup>

Por decreto irrevogável fica estabelecido  
O reinado permanente da justiça e da claridade,  
E a alegria será uma bandeira generosa  
Para sempre desfraldada na alma de um povo.

A nós, psicólogas e psicólogos, a política de Assistência Social continua nos apresentando um convite à resistência. Resistência que exige também transformações por parte da nossa profissão. Sigamos com coragem.

## Referências

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Constituição da República*. Senado Federal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Mello, T. (2014). *Faz escuro, mas eu canto* (24a. ed). Global.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Autor.
- Sposati, A. O. (2004). *A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social*. Cortez.

---

<sup>4</sup> Mello, 2014/2017, p. 20

**Camila Pereira Lisboa**

Psicóloga no SUAS por dez anos em Nova Lima/MG, transitei pela vigilância socioassistencial e por iniciativas de inclusão produtiva no município. No percurso, fui me deixando inquietar com as provocações trazidas pelo mestrado e doutorado em Psicologia Social. Pelos desafios do cotidiano, fui ser especialista em gestão pública. Atualmente, sigo como professora da Universidade Estadual de Feira de Santana/BA.

E-mail: camilalisboa@usp.br

# Práticas desassossegadas para sujar o pensamento

Gabriela Lopes de Aquino  
Anita Guazzelli Bernardes



Figura 1 - Crianças brincam na rua.  
Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

**O**s territórios periféricos que percorremos para o desenvolvimento deste texto<sup>1</sup> e de nossas discussões estão localizados na região Centro-Oeste do Brasil, na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Ao chegar nesses espaços, é possível ver as ruas – em sua maioria de chão de terra vermelha – ocupadas por pessoas de todas as idades, animais, bicicletas, carroças, motos e carros. No comércio local – a barbearia, o mercadinho, o bar, a loja de roupa, entre outros – sempre há pessoas que estão conversando. Aqui, nosso sotaque se apresenta com um *r* forte e puxado e, entre uma frase e outra, é possível escutar a expressão “*eita pega*”, quando há algumas situações de espanto ou surpresa.

Em frente às casas, há pessoas sentadas em uma roda de *tereré*. Bebida típica e muito comum na região, feita com erva-mate e água gelada, às vezes acrescida de limão, ou mesmo de ervas com alguma propriedade medicinal. O traço cultural é resultante dos hábitos que traduzem a miscigenação do espaço, estabelecido entre fronteiras, aquelas do estado com o Paraguai que se estendem também até a Bolívia. É possível observar a vida acontecer através desses pequenos acontecimentos, que são os movimentos culturais, que as pessoas experimentam e produzem ao ocuparem esses locais.

---

1 Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos financiamentos que possibilitaram a realização do presente trabalho.

A imagem que abre esse capítulo traz algumas crianças brincando em uma rua. A escolhemos por querer fazer dela um convite a você, leitora e leitor, para que caminhe conosco por esses territórios.

A imagem anuncia a diversidade de corpos, histórias, diálogos, cheiros, sons, vozes, cores e texturas. E são esses elementos – humanos e não humanos – que compõem e se encontram nesses espaços que os tornam dinâmicos, vivos. Assim, para que possamos percorrê-los, é preciso desacelerar, chegar devagar, pisar com cuidado e respeito. Afinal, não pertencemos a ele, não o habitamos.

A primeira autora percorre esses lugares ao atuar como profissional da psicologia na política social, inicialmente pela Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e, alguns anos depois, também devido aos espaços oriundos do sistema de medidas socioeducativas no âmbito de privação de liberdade.

Os modos de circulação nestes últimos territórios são ainda mais controlados que os da Proteção Social Básica. As grades de ferro, os muros altos, as concertinas e cercas elétricas que compõem a arquitetura das unidades de internação das medidas socioeducativas demarcam a segregação dos corpos que estão privados de liberdade. E, em certa medida, a segregação de seus pensamentos e de suas subjetividades, ao serem oprimidas pelo sistema.

No entanto, podemos perceber alguns pontos de intersecção entre os corpos que habitam os territórios periféricos, os que acessam a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e aqueles que são capturados e colocados em privação de liberdade, sendo estes ainda mais marginalizados. Tais corpos estão marcados por sistemas de opressão que excluem, invisibilizam e

produzem violências e desigualdades sociais. E, sob estes, recaem as lógicas do processo de colonização que subalternizam os corpos que fogem ao modelo hegemônico, ou seja, que são lidos como divergentes dos corpos que são brancos, masculinos, cisgêneros, heterossexuais, letrados, pertencentes a uma classe social com poder econômico.

Assim, entendemos que os corpos que recorrem à Proteção Social Básica e a juventude que é privada de liberdade pelo Sistema de Medidas Socioeducativas criam estratégias de sobrevivência e de insistência na vida. (Aquino & Bernardes, 2023)

Luiz Antônio Simas (2019) chama a atenção para as miudezas do cotidiano como meio para pensar a pluralidade da vida e suas possibilidades e potencialidades; para ele, “é a miudeza que vela e desvela a aldeia, as suas ruas e as nossas gentes” (Simas, 2019, p. 8). Ao olharmos para esses detalhes, percebermos conexões e desconexões incessantes que acontecem nos territórios em que estão os equipamentos das políticas de assistência social e do sistema de medidas socioeducativas, e acreditamos que seja por esse cotidiano que se manifesta o encantamento que Luiz Rufino e Luiz Antônio Simas (2020) colocam. Para esses autores,

A vida, afinal, é aquilo que praticamos cotidianamente e está em constante ameaça, a partir do veneno da serpente que, uma vez inoculado, espalha a mortandade, descredibilizando o ser e os seus saberes. Para a maioria dos seres que não experimentam o mundo a partir dos alpendres da Casa Grande, das sacadas dos sobrados imperiais e das salas de reunião de edifícios de grandes corporações, cabe entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma. (Rufino & Simas, 2020, p. 6)

Compreendemos as políticas sociais como direito conquistado e necessário dentro de uma lógica neoliberal que produz desigualdades sociais, uma vez que envolve relações de produção fundadas no capital e em sua acumulação por determinados segmentos da sociedade. Assim, entendemos as políticas sociais como estratégia para a garantia de direitos e para mitigar as situações de vulnerabilidade e precarização da vida. E, é por compreendê-la desse modo, que nos propomos a pensar as aflições que tais instrumentos nos provocam.

Como desassossegos, podemos pensar sobre a população que é atendida pela política de assistência social e refletir sobre como determinadas vidas passam a valer mais que outras; como determinadas vidas são submetidas a condições insalubres e muitas vezes desumanas para se viver e para trabalhar, bem como pensar em como não reproduzir as violências que incidem sobre os corpos que já são violentados diariamente. E, ainda, pensar em práticas que rompam com os processos que inscrevem determinados corpos em um jogo colonizador e violento de produção de um Outro, de um inimigo a ser desumanizado e submetido às condições de precarização da vida e, até mesmo, de tortura. Esse processo de produção de um Outro é o que Toni Morrison (2019, p. 23) denomina de “ou-tremização”.

Esses desassossegos nos fazem recordar de uma situação vivenciada enquanto técnica de referência em um Centro de Referência de Assistência Social, na qual um usuário entregou seus documentos para realizar a atualização de seu Cadastro Único

(CadÚnico)<sup>2</sup> e seus documentos estavam danificados. O entrevistador que estava realizando o cadastro desse usuário afirmou que documentos danificados não tinham validade. O usuário então justificou que sua casa era feita com madeira e que na última chuva o móvel em que ele guardava seus documentos molhou e os estragou. Nessa situação, foi concedido o auxílio da segunda via do documento de identidade ao usuário, mas nos chama a atenção o fato de se avaliar o documento a partir da perspectiva do sujo/danificado e se naturalizar a condição de se viver em uma casa em que a cada chuva se danifica os pertences dos indivíduos que ali residem.

A partir dessa situação, podemos entender que o que está em jogo é a inscrição dessas pessoas na sujeira, na abjeção. E, por isso, se naturaliza que essas pessoas vivam em condições de sujeira, de vulnerabilidade e precarização da vida.

Para se pensar em estratégias para conseguir resistir a práticas violentas que produzem vulnerabilidade, precariedade, insalubridade, fome, mortes, propomos seguir pelos territórios nos guiando pela Psicologia Suja, proposta pela psicóloga Sofia Favero (2022), que nos ajuda a pensar a partir de outros lugares e nos dá pistas para compreender os processos de produção do sujo, do abjeto, daquilo que é repudiado e nos convida a olhar o mundo a partir dessa sujeira sem, no entanto, querer limpá-la.

---

2 Cadastro Único é uma base de dados do Governo Federal na qual é inserida informações de famílias e de indivíduos com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. É um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica. O cadastro é realizado principalmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (Ministério da Cidadania, 2022).

A proposta de Sofia Favero (2022) sobre a Psicologia Suja parte do giro epistemológico que descoloniza o pensamento e nos permite afirmar que aqueles e aquelas que são inscritos na sujeira, ou seja, que têm seus corpos marcados pela lente que permite que a sociedade os enxergue apenas como abjetos, passem a ser afirmados como produtores de outros agenciamentos.

A psicologia suja participa afirmando as identidades marginais como produtivas e capazes de embargar os investimentos emocionais que estruturas como branquitude, magreza e heteronormatividade impõem ao humano. E se o sujo é o valioso sentido compartilhado por alguns, para aprender esse idioma será necessário abrir mão de uma moral asséptica: não ver como engano, promiscuidade, toda e qualquer coisa que não pareça tocada pelo divino. (Favero, 2022, p. 194)

Sujar a prática psicológica na Política de Assistência Social é uma aposta ética e nos dá pistas para resistir às violências impostas pela própria política, assim como para fortalecer alianças entre e com corpos que são produzidos como esse Outro. Para então criar possibilidades de práticas que rompam com esses processos colonizadores que produzem os efeitos que mantêm vidas em condições de precariedade. Dessa forma, a Psicologia Suja nos ajuda a sujar o nosso pensamento sobre essa dimensão da vida cotidiana.

## Referências

- Aquino, G. L. & Bernardes, A. G. (2023). Processos e enredamentos comunitários: cartografar as redes da assistência social. In C. N. Sathler & E. A. Oliveira (Orgs.), *Intervenções psicossociais: percorrendo territórios de saúde, trabalho e cidadania* (pp. 183-203). Devires.
- Favero, S. (2022). *Psicologia Suja*. Devires.
- Ministério da Cidadania. (2022). Manual do Sistema de Cadastro Único. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Autor. [https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual\\_Cadastro\\_Único.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual_Cadastro_Único.pdf)

- Morrison, T. (2019). *A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura*. Companhia das letras.
- Rufino, L. & Simas, L. A. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Mórula Editorial.
- Simas, L. A. (2019). *O corpo encantado das ruas*. Civilização Brasileira.

### **Gabriela Lopes de Aquino**

Os desassossegos no SUAS começam ao atuar como psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social, em um dos territórios com maiores índices de violência e vulnerabilidade da cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Outro desafio foi atuar como psicóloga no SINASE, com adolescentes que estavam submetidos à medida socioeducativa de privação de liberdade, o qual também produziu muitos desassossegos diante das violências que a sociedade e o Estado produzem. Assim, a violência, a vulnerabilidade e as desigualdades – as quais entendo a partir da intersecção de gênero, raça/etnia e classe – vêm me afetando desde o início da minha atuação na psicologia. Diante de tantos espaços desassossegantes, tento produzir outras estratégias para as inquietudes a partir de investigações no processo de doutoramento.

E-mail: gabiliaquino@gmail.com

### **Anita Guazzelli Bernardes**

Primeiro neta e filha: foram elas e eles que me trouxeram para um mundo de afetos, trabalho e também de alianças com as amizades, a psicologia, a docência e a pesquisa. Depois de aprender com as ancestralidades das epistemologias subalternizadas, passei também a experimentar aquelas outras que, antes das minhas, permitiram que estivesse aqui: foram esses corpos matáveis que insistentemente lutaram e lutam, que sobrevivem, que fazem o nosso presente algo ainda possível de ser vivido e compartilhado, portanto, aquilo com o qual assumimos uma obrigação ética incontornável em termos de práticas no campo da Psicologia e da vida.

E-mail: anitabernardes1909@gmail.com



**“Não escrevo para adormecer  
a Assistência Social brasileira,  
mas para acordá-la.”**

**Luane Macedo Souza Pereira**

**C**onceição Evaristo (2017) diz que, quando mulheres negras estão escrevendo, lhe vem à memória a função que mulheres africanas tinham de contar histórias para adormecer a Casa Grande durante o escravismo e que, hoje, nossos textos tentam borrar essa imagem, fazendo do ato de escrever um sentido de insubordinação às injustiças que atravessam nossas vivências, por isso uma escrevivência. Não mais escrevemos para adormecer os da Casa Grande, mas para acordá-los dos seus sonos injustos. A exemplo de Evaristo, esta escrevivência, portanto, nasce de mais um desassossego, por isso não se quer branda ou acalentadora, embora se pretenda aqui narrar algo além do horror.

Desde 2016, quando pela primeira vez pus os pés em uma unidade socioeducativa para adolescentes em cumprimento de medidas em meio fechado, nunca mais me conformei com a privação ou restrição de liberdade desses meninos e meninas, os quais quase todos são afroindígenas e de periferia. Algo que iniciou essas inquietações foi a questão de por que o encarceramento de adolescentes persiste, mesmo após o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerando que ambos, em tese, se propõem a uma quebra de paradigmas político-ideológicos?

Caminhando por esse campo-tema, fui me dando conta de que apesar da Doutrina da Proteção Integral, promovida pelo ECA, abordar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, portanto, pri-

mordiais em proteção social para a família, Estado e sociedade, ainda se autoriza o encarceramento de adolescentes com medidas socioeducativas em meio fechado, semelhante à abordagem realizada em “Casas de Correção” desde o primeiro Código Penal do Império.

Além das medidas socioeducativas em meio fechado, temos as medidas em meio aberto, operadas no seio da Assistência Social brasileira pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Percorrendo a PNAS, percebo que, embora se proponha a “uma visão social inovadora” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005, p. 15), tendo em vista rompimentos com o paradigma caritativo-cristão no período colonial e imperial, ou ainda com o racionalista-científico na primeira república, algo de resto desses períodos anteriores persiste. Por exemplo, as noções de “vulnerabilidade” e “risco” como base para intervenções nos territórios vivenciados pelos sujeitos, muitas vezes até invisibilizando o protagonismo comunitário.

Nesse sentido, não proponho invalidar tantas lutas travadas no século anterior por movimentos sociais e pela própria Psicologia a fim de reivindicar direitos no processo de construção do ECA e PNAS. A proposta com esta esrevivência-desassossego é que não cedamos ao adormecimento dessas conquistas, nos contentando com o presente e percebendo-o como máxima da proteção social, deixando de questionar perversidades que continuam cerceando a liberdade de nossas crianças, adolescentes e nossos territórios.

Nêgo Bispo, mestre quilombola que sempre me nutre em conhecimento, traz à tona experiências de Palmares, Canudos, Cal-

deirão e Pau de Colher, comunidades quilombolas fruto do projeto de auto-organização e autodeterminação do povo negro como tática e estratégia de libertação, baseado na afirmação da vida em comunidade. Esse projeto quilombista, segundo a historiadora e quilombola Beatriz Nascimento, foi trazido por homens, mulheres e crianças africanas documentado em seu próprio corpo-memória. Trata-se do sentido de quilombo como território existencial e físico, que transmigrou para a América um sentido de nação africana e bantu.

Por um lado, os quilombos africanos renascem no Brasil da exigência vital de uma sociedade livre organizada, como um sistema social alternativo a fim de resgatar a liberdade e dignidade dos povos africanos, originários e empobrecidos (Nascimento, 2021). Por outro lado, a PNAS distancia-se de perspectivas quilombistas referentes ao “território” ao enxergá-lo majoritariamente como alvo de intervenção de políticas públicas para superação de riscos e vulnerabilidades, o que tenho chamado de “sonos assistencialistas e salvadores”. Persiste um tipo de gesto-tutor que insiste em focalizar mais no poder de intervenção do Estado que nas capacidades auto-organizativa e autodeterminante dos territórios.

Beatriz Nascimento nomeou de “paz quilombola” as redes de apoio tecidas desde dentro, costurando o território existencial e físico, por exemplo, com terreiros, samba, blocos de afoxé, coletivos, movimentos sociais, educação popular, economias colaborativas, associações, entre outras tecnologias ancestrais. Essa capacidade de vida e liberdade presente em territórios quilombolas e periféricos são frequentemente ignoradas pelas políticas públicas ou, quando não, sistematicamente sofrem uma desorganização e

despotencialização. Basta lembrarmos de como políticas de segurança pública atravessam esses territórios por meio da violência policial, continuando a interdição das vidas majoritariamente de pessoas negras e indígenas.

Nesse sentido, decido caminhar com a construção de horizontes quilombistas, que não pretendem adormentar a Casa Grande, nem suas continuidades político-institucionais, mas me propenso a tecer e torcer narrativas que sejam despertadoras para uma Assistência Social não mais assistencialista e salvadora, não mais atribuindo aos sujeitos pertencentes a esses territórios o lugar do escravizado, vulnerabilizado, alvo de tutela estatal, mas a agência política inerente às transformações que o aquilombamento pode produzir em suas vidas nos territórios, especialmente com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas por meio dos CREAS.

Como Saidyia Hartman (2020), me dedico a profanar o arquivo do encarceramento, escrevendo com e apesar dele, buscando conjurar alguma coisa nova convocando presença de epistemologias africanas e quilombistas para abordar problemas e potências que abrangem sobretudo seus remanescentes. Não há somente sonos assistencialistas no campo das políticas públicas, mas escolho continuar a não descansar com a atual conjuntura, e manter de pé a luta para que o reconhecimento sobretudo de nossas produções de vida aconteça.

## Referências

- Evaristo, C. (2017). Não Escrevemos. Estação Plural. Entrevista concedida a TV Brasil em 09/06/2017. <http://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/nao-escrevemos-para-adormecer-os-da-casa-grande-pelo-contrario-diz-conceicao>
- Hartman, S. (2020). Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 1233. [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27640](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Autor.
- Nascimento, M. B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos* (1a ed.). Zahar.

**Luane Macedo Souza Pereira** é uma mulher cis negra, quilombola, psicóloga (CRP 22-04404) orientada pela Psicologia Africana, MBA em Gestão de Pessoas (USP), mestrandona em Psicologia (UFPE).

E-mail: luane.macedo@ufpe.br



# O insustentável projeto de assistência social na cidade do doce

Marcos Bruno Silva



Neste ano de 2023 o mundo perdeu Milan Kundera. Autor da obra *A insustentável leveza do ser* (2008) deixou por meio dela uma importante mensagem sobre as certezas: todas ilusórias, transitórias, precárias, pois elas podem desaparecer num instante com um simples estalar de dedos da morte. Mas, por que razão a alusão a Kundera para esta crônica-ensaio-relato-desabafo? Porque paira sobre quem a escreve uma sensação de (im)potência no que se refere, que fique claro, tão só à minha experiência profissional no campo da política de assistência social, mais dolorosa que deleitosa. Oito anos trabalhando nesse campo e me sinto vagando em meio a escombros de ideais, desejos e sonhos de cidadania que diariamente colidem e explodem frente à dura, cinzenta e ardilosa realidade.

Antes sustentava, com entusiasmo, alegria e convicção, ideais, ideias, conceitos e práticas junto a esse campo, marcado por um sombrio drama existencial, que tem como principal característica condições de vida indignas a que está sujeita a maioria da população da cidade do doce<sup>1</sup>. Além do baque com a realidade concreta dessas vidas despotencializadas, vulnerabilizadas e violadas, também me desapontei com a complexa estrutura por trás de uma política tão importante como a da Assistência Social. Entendi que eu e os outros profissionais da equipe somos como

---

1 Não estamos nos referindo a Nerópolis. Aliás, além da cidade a que nos referimos há outras que fazem doces em Goiás. É possível também que a narrativa deste texto não represente apenas uma cidade!

os peões num jogo de xadrez, ou melhor, no curral politiqueiro do município<sup>2</sup>, no qual alguns poucos mandam, outros tantos fingem que mandam e a grande maioria, como em geral acontece, obedece sem questionar. Como diz uma das minhas queridas colegas, “somos os chapeiros, os peões, os limpadores, somos o que eles querem que sejamos: a ralé do serviço público, pois lidamos com pobreza, vagabundagem, e ninguém de fato quer saber disso”; “afinal”, continua ela, “manda quem pode, obedece quem tem juízo e, além disso, fome, contas para pagar e um emprego a manter”.

Prefeito, vereadores, corpo jurídico e os secretários todos bem unidos para a manutenção da ordem, do *status quo*, de uma cidade de quase 25 mil habitantes. A população é, em geral, apática quanto à participação política. Mas quando se aproxima o período eleitoral, a população é convocada pelos candidatos e mobilizada em prol de seus interesses espúrios. Assim, o velho círculo vicioso de compra de votos continua a girar: perto das eleições os candidatos se aproximam do povo e fazem suas promessas, e o povo em contrapartida vende seu apoio em troca de favores. A cidade do doce, incrivelmente, possui uma boa estrutura para a realização dos serviços socioassistenciais e, nos dados oficiais promovidos pelos índices do Estado, aparece como modelo a ser seguido por outras cidades.

Comparando-a com as estruturas de mesma natureza em outros municípios goianos e de outros estados que conheço, é de

---

2 Curral é melhor, uma vez que na cidade do doce prevalece um traço característico de todo o Estado de Goiás: o latifúndio, eufemizado, hoje como agronegócio.

sentir orgulho da cidade em que trabalho. Mas muitos desses espaços, que poderiam servir para ofertar mais serviços de qualidade à população, não possuem a quantidade necessária de profissionais para a execução efetiva do projeto da assistência social como direito. O município se vale majoritariamente de processos seletivos para contratarem os profissionais. Salários precários, cargas horárias abusivas, de 44 horas semanais! Devido à pouca mão de obra interessada em atuar no município em virtude dessas maravilhosas condições de trabalho, os serviços socioassistenciais são ofertados de forma fragmentada, priorizando mais benefícios a serem entregues ao público prioritário que todo o restante preconizado pelas normativas: projetos e programas para a superação das situações de vulnerabilidade.

No concurso do ano de 2015 em que fui aprovado, no edital estava especificado para o cargo de psicólogo o salário de R\$ 1.202,00 para uma jornada de 44 horas semanais! Um absurdo, um ultraje ao profissional que se dedica cinco anos para se formar num curso, Psicologia, diga-se de passagem frágil, epistemológica, política e socialmente. Uma “Ciência” e profissão mal representada por conselhos, tanto federal como estaduais, na sua tarefa de proteger os seus, de ajudar na construção de um imaginário social e de um espaço concreto, político, que defende a subjetividade de todas as tentativas de seu apagamento seja pela técnica, seja pela tecnologia. Nunca estivemos tão maquinais, nunca estivemos tão desprovidos de humanidade.

O município do doce, de acordo com os discursos sempre amargos das autoridades políticas, sempre passa por problemas de arrecadação, o que ocasiona atrasos de salários do funcionalismo pú-

blico municipal. A arrecadação funciona para uns e não para outros, sendo os grandes latifundiários do município, ou para diminuir o peso dessa denominação, os fazendeiros do agronegócio, os que não repassam a sua parte. A falta da captação desses recursos impede a cidade do doce de investir no que é mais importante: a criação de oportunidades de trabalho e novos horizontes de existência para a população. O desemprego é um problema crônico de *candyland*.

Lembro-me de um dia estar na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (SEDSGO) para um encontro com uma técnica de serviço social responsável pela capacitação das Equipes técnicas dos serviços de proteção social básica e especial dos municípios goianos. Num momento do encontro falei que o município do doce tinha um elevado índice de desemprego. A capacitadora respondeu secamente que minha análise era pobre. Devolvi a ela a seguinte resposta, que automaticamente brotou do meu peito: “pobre é essa política que até hoje se alicerça em cestas básicas para tentar sanar o problema da fome, sendo que com empregos, as pessoas poderiam se alimentar como nós”.

Ficou um clima estranho, mas achei muito cínica a interrogação dela. Assim, fiquei pensando: profissionais que deveriam problematizar as causas, as raízes desses problemas sociais, falta de emprego, de oportunidades, de abusos nos vínculos empregatícios existentes, nos autoritarismos e violências existentes nas relações familiares, comunitárias e sociais, muitas vezes não conseguem sair de seus vieses para pensar estratégias que vão até essas raízes dos problemas sociais e consigam, não só junto às famílias vulneráveis, mas também a toda sociedade, para que esta assuma sua parte da responsabilidade.

Vivenciei, vivi e ainda vivo angústias diárias na prática de meu ofício como profissional do SUAS na proteção social básica, por não ter força suficiente para bater de frente contra essa tradição conservadora da assistência ainda enraizada nas instituições e na mentalidade dos profissionais ali existentes. É como, para usar uma expressão bem comum em meu dia a dia, “dar murros em pontas de faca”. Gostaria de encher a boca e proferir as belas palavras atribuídas ao imperador romano Júlio César: “vim, vi e venci” aqui na cidade do doce, conseguindo desenvolver junto aos usuários, famílias, grupos e comunidades um trabalho social qualificado, mas não é o caso, porque sinto que “vim, vi e perdi”, pois sou assombrado pelos fantasmas das mazelas sociais dessa cidade, que infelizmente nada tem de doce, mas, sim, de ácido.

Carrego na memória o peso, o fardo das imagens das convivências junto a esse público. Quem realmente se importa com o outro, como é o meu caso, sem falsa modéstia ou demagogia altruísta, para além de um papel social que convoca uma relação de dignidade para com a alteridade, não importando as condições, sofre. Neste ponto lembro-me de um trecho do livro de Kundera (2008), *A insustentável leveza do ser*, no qual o personagem Tomas reflete sobre a vida e as relações com outros com quem nos importamos: “o drama de uma vida sempre pode ser explicado pela metáfora do peso. Dizemos que temos um fardo nos ombros. Carregamos esse fardo, que suportamos ou não, lutamos com ele, perdemos ou ganhamos (p. 73)”. Esse peso, esse fardo, diz respeito sempre à nossa relação com o outro, seja ela com quem nos importamos ou com quem fingimos não nos importar, quando usamos a máscara da indiferença na banalidade da convivência diária com os estranhos-familiares

que nos rondam. Não é esse fardo, o da convivência com o outro, a maior fonte de (in)felicidade humana, brilhantemente sinalizada por Freud (2020) no seu clássico *Mal-estar na Civilização*?

Por mais que a política atual de assistência social se deseje laica baseada nos ideais democráticos e cidadãos, seu espírito sempre terá como fundamento axiológico e epistemológico a solidariedade expressa na seguinte premissa encontrada no livro dito sagrado (a Bíblia), em Matheus 22:34: “amai o próximo como a ti mesmo”. Isso não é religioso no sentido ultraconservador, mas sim um princípio ontológico e axiológico do nosso desenvolvimento enquanto ser humano. Só com esse lema encarnado em nossas mentes, corpos, palavras e ações não apenas funcionalmente, *populisticamente*, mas pessoalmente e coletivamente para conseguir, junto aos vulneráveis, que, diga-se de passagem, também somos, propor uma alternativa comunitária, solidária, de vida digna e saudável a eles, num mundo que cada vez mais individualiza e os responsabiliza por seus destinos.

A política de assistência social por si mesma é apenas um recurso que necessita se articular a um movimento coletivo amplo que questiona o porquê de tanta miséria, desigualdade e violência contra certas camadas da população, contra, no dizer de Michele Perrot (2017), *Os excluídos da história*, e do direito de existir dignamente. Afinal de contas, por sermos, antes, seres vivos, depois humanos, não teríamos todos as mesmas necessidades, do vital ao social? Não é disso que se trata o artigo 6º da Constituição Federal (1988) que fala dos direitos sociais? Para o nosso desenvolvimento integral não devemos, todos, ter acesso a: “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a seguran-

ça, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”? Então, por que ainda impera uma visão míope e um pensar e agir aporofóbicos (aversão à pobreza e miserabilidade) por parte não só do município onde trabalho, mas do Brasil e também do mundo, em relação a algo que todos nós precisamos, necessitamos, ou seja, o acesso às condições imprescindíveis para nosso bem-estar individual e coletivo?

Teve uma madrugada que, aos prantos, enviei um áudio para uma colega de trabalho contando a situação de um pai de família, que ao me ver junto com a assistente social chegando em sua residência logo correu para justificar um raro momento de lazer da família, quando desfrutavam de um churrasquinho e uma cervejinha: - “olha, meu amigo, não é que estou gastando o dinheiro do bolsa família com cerveja, não. Hoje estamos comemorando porque conseguimos alugar essa casa para morar”. Respondi, com o coração doendo, - “não se preocupe com isso meu amigo. Momentos de lazer são importantíssimos para que a família possa fortalecer os seus vínculos. O benefício pertence a vocês e ninguém melhor que a própria família para decidir o que fazer com ele. Não estamos aqui para vigiar, fiscalizar e tampouco punir, mas sim contribuir para que suas vidas melhorem, conforme o desejo de vocês”.

O homem se afastou da equipe e colocou uns pedaços de carne em um pratinho branco sujo e ofereceu aos técnicos. Eu comi um pedaço de carne e minha colega recusou, timidamente, mas aceitou um copo com refrigerante. Como, numa situação dessas, não se lembrar do termo *policia das famílias*, de Donzelot (1980)? Mesmo escutando de vários usuários, durante minhas intervenções, que os ajudei a vencer algum obstáculo ou de colegas

impressionados com meu jeito sério e o modo humano pelo qual trato as pessoas, com muito respeito, ainda assim sofro com a angústia da percepção de que o que eu faço nada mais é do que uma farsa, talvez eu precise de medicamentos ou baixar a bola e entender o grão de areia que sou nesse universo da assistência social.

Todos os dissabores sentidos por mim se devem às diversas contradições existentes entre discursos, práticas e poderes existentes nesse campo, geradoras, pelo menos para mim, de uma tremenda impotência frente ao grande desafio de lidar com existências despedaçadas, em virtude de processos históricos de perpetuação de desigualdades, exclusão promovendo vidas vulnerabilizadas. O município recebe todos os recursos financeiros e técnicos oriundos da União e do Estado, mas quando vemos o dia a dia dos serviços e da gestão dos recursos pela secretaria de assistência social, percebemos o quanto falta competência para o uso racional e efetivo desses recursos para o aprimoramento do SUAS no município. Nós técnicos sempre especulamos o porquê desses recursos não chegarem aos serviços. Recentemente, não estava tendo recurso para comprar um lanche para ofertar às famílias durante oficinas ou ações comunitárias. Sempre alegavam falta de recurso.

Sabemos que a corrupção é um mal que atinge todos os tipos de organizações, privadas ou públicas, assim, não há como não considerar a possibilidade de desvio desses recursos para outros fins. O CRAS do município conta com uma Equipe Volante. A zona rural, as famílias que moram nas extremidades da cidade com difícil acesso ao CRAS e as comunidades tradicionais, quilombolas e cigana, ficaram sem assistência da Equipe volante por quase um ano! E por qual razão? Por falta de um veículo! A verba do recurso

já tinha chegado ao município, a sua utilização para comprar o carro para a EV já tinha sido autorizada pelo Conselho de Assistência Social, mas, pasmem, o veículo não chegou até hoje...

A única atividade realizada junto a essa parte da população nesse período, que era justamente o momento da Covid-19, era a de entregar cestas básicas. Esse evento catastrófico, aliado a um governo de extrema-direita, só contribuiu para o sucateamento da assistência social no Brasil inteiro, inclusive na cidade do doce. O CRAS se tornou um “depósito” de alimentos para a produção de cestas básicas e *kits* alimentação para distribuir para a população. O CRAS focou completamente em distribuir cestas para as muitas famílias que perderam empregos e aquelas já afogadas nas situações de vulnerabilidade. O trabalho aumentou bastante, levando alguns técnicos à exaustão. E ainda assim, paradoxalmente, chegavam até a secretaria da assistência social reclamações, ou tipos de intimidação que sempre são chamadas de “denúncias”, de que o CRAS não estava indo até esse público e levando as cestas, e por incrível que pareça, a gestora de Assistência Social ainda reclamava com a coordenadora e cobrava mais ainda da equipe.

Assim, o campo da assistência social, neste doce município goiano, apresenta uma configuração complexa, onde se verifica numa extremidade uma tremenda desorganização, marcada pela imposição de fazeres sem reflexão, sem planejamento e reprodutores de uma praxe assistencialista tradicional, que, sem remorsos, nem se lembra do *slogan* da “nova” política de assistência, “assistência social: dever do Estado e direito do cidadão”. Noutro extremo, uma falta de interesse do poder público em conhecer as demandas populares a fim de, junto com a secretaria de assistên-

cia social, propor alternativas realmente transformadoras, ao invés dos velhos remédios para uma sociedade interiorana goiana dividida rigidamente entre os poucos que possuem muito (grandes fazendeiros, donos de “cooperativas”, de supermercados e lojas); aqueles que não possuem muita coisa, mas que servem aos interesses da cidade (empregados e servidores, comissionados ou não) da prefeitura, dos pequenos e médios proprietários (empregados nas lojas, supermercados e outros empreendimentos) e os muitos que possuem quase nada ou literalmente nada (os subempregados na informalidade, como os produtores de “pito”, cigarros de palha, as pessoas em situação de rua, os idosos com esquizofrenia vivendo a céu aberto na cidade do doce).

Além dos atores dessa configuração socioeconômica da cidade, temos as famílias que vivem exclusivamente dos benefícios do governo federal, herança do período da pandemia, em que, por meio do auxílio emergencial e depois o Auxílio Brasil, muitas famílias ganhavam R\$ 700,00 para o próprio sustento. Hoje, devido também à falta de oportunidades de trabalho decentes nessa terra adocicada, muitas famílias vivem exclusivamente com o Bolsa Família. Sendo objeto de preconceitos de muitos, inclusive dos profissionais da Assistência Social, que num tom de zombaria comentam “mamadores da teta do estado”; “temos que desmamar esse povo desses benefícios”; “trabalhar que é bom nada, só querem depender de benefícios de governo”, entre outras falas aberrantes daqueles que deveriam cuidar e ajudá-los a compreenderem o porquê de todo esse processo histórico de miserabilidade e o que pode ser feito para tentar mudar esse panorama.

Levando em conta tudo o que eu disse acima, gostaria de concluir este desabafo lembrando um texto de Freud escrito em 1937. No seu texto *Análise terminável e interminável* (Freud, 2018), o psicanalista disse o seguinte: “educar, psicanalisar e governar são ofícios impossíveis” (p. 29). Eu acrescentaria que assistir, enquanto cuidado, proteção social, também é da ordem do (im)possível, pois são vários os fatores envolvidos no assistir que faz com que seu sucesso dependa de uma combinação perfeita! O que não acontece na assistência, pois o que ofertamos só consegue, muito precariamente, diga-se de passagem, atingir o ínfimo das necessidades mais básicas dos usuários. No município onde trabalho, a fome é uma realidade, a falta de empregos é uma realidade, o tratamento da população pelos políticos da cidade é de um descaso quase absoluto. Quando existe alguma pauta sendo promovida pelos políticos, ninguém acredita em sua genuinidade, pois já sabem que é apenas um movimento para fazer aparecer novos personagens para uma futura candidatura, mas ainda assim não conseguem se livrar de um círculo vicioso de pedir a essas novas caras seus favores.

Agora pergunte-me como a política de assistência do município, na verdade diabético, e não mais doce, como antes, combate esses problemas: com cestas básicas e kits de alimentos, fazendo propaganda de subempregos para os usuários, encaminhando-os aos psicólogos para falarem de seus dissabores existenciais, vistos apenas como “preguiça” “falta de vontade” ou “desejo de mamar nas tetas do estado”, ou seja, a velha e boa psicologização, colocado nas costas dos indivíduos e famílias toda a responsabilidade pelas suas condições!

Ou seja, as autoridades, por ignorância histórica, por cinismo ou uma junção dos dois, escamoteiam a conjuntura social e histórica de problemas sociais crônicos que refletem a terrível desigualdade social e econômica de um município goiano, estruturado assimetricamente por meio de inúmeras gerações de péssimas gestões, com tímidos avanços sociais, culturais e, principalmente, econômicos, para jogá-las nas costas daqueles que, segundo um discurso podre usado à exaustão para justificar suas atitudes: só querem o peixe, mas não a vara para pescar, ou melhor, que não querem a enxada para capinar os diversos lotes da cidade. A população parece ser vista como mero objeto, e todas as ações que propusemos, dentro do trabalho social do CRAS, a fim de trazer o protagonismo popular e cidadão capturado pela decadência política da e pela pobreza cultural da cidade, eram barradas, ridicularizadas, dizendo que isso traria conflitos com as autoridades (entenda-se aqui, claramente, a polícia).

Assim, para finalizar, o que sinto é a inexistência de diálogo entre o mundo das políticas e normativas, importantes instrumentos de que devemos nos valer para um trabalho crítico e qualificado frente às zonas insustentáveis de várias situações individuais, familiares e comunitárias fragilizadas corriqueiramente pela presença diária da vulnerabilidade social em suas vidas e o mundo dos discursos e práticas politiqueiras de gestões

municipais “primeiro-damistas”<sup>3</sup> eficazes na reprodução de uma tradição assistencialista, com estilhaços benemerentes e filantrópicos que oferecem aos usuários da “política” mais um cuidado tutelar aprisionando-os na lógica de uma satisfação do imediato, de suas necessidades mais gritantes e de uma condição miserável de mero sobrevivente, e não uma proteção capaz de transformar os patamares de usuários de política em cidadãos efetivos, conscientes e sensíveis quanto aos seus direitos e deveres para com os destinos da cidade.

Enquanto a política da assistência social for apenas um instrumento que reproduz um ideário populista, de intervenções particularizadas e não uma ação política que convoca a população e a sociedade a refletirem sobre seus problemas sociais mais graves, a assistência social é insustentável, pois sua proposta, depois da Constituição Federal de 1988 e da Política Nacional de Assistência Social de 2004, é a de ser uma cultura cidadã transformadora de realidades, e não uma cultura da tutela mantenedora de uma realidade aparentemente natural, em que os vulneráveis devem se contentar com o que têm ou deixar a preguiça de lado e buscar trabalho.

---

3 A fim de conquistar eletores, o prefeito atual de candyland trocou a secretaria de assistência social: tirou a sua esposa, a primeira dama, e colocou uma ex-vereadora e radialista, muito conhecida na cidade, devido a sua experiência em práticas de combate à pobreza da comunidade carente. É uma pessoa que possui muita disposição e desejo genuíno de ajudar as famílias. Até então, a nova secretaria tem demonstrado bastante interesse pela política, dando apoio aos dispositivos para que exerçam suas funções e efetivem seus objetivos. O objetivo da troca pelo prefeito, aparentemente, não foi a melhoria do serviço, mas sim o de mostrar ao povo o quanto a gestão atual se preocupa com as pessoas que necessitam da política de assistência social, a fim de angariar votos para uma possível reeleição.

## Referências

- Constituição da República (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Senado Federal.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Graal.
- Freud, S. (1937/2018). *Análise terminável e interminável*. Companhia das Letras. (Original publicado em 1937)
- Freud, S. (1930/2020). *O mal-estar na civilização*. Autêntica. (Original publicado em 1930).
- Kundera, M. (2008). *A insustentável leveza do ser*. Companhia das Letras.
- Perrot, M. (2017). *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros* (7º ed.). Paz e Terra.

## Marcos Bruno Silva

Sou uma pessoa curiosa acerca da condição humana. Sempre amei filosofia, mas acabei indo para a Psicologia. Nutro sentimentos ambivalentes em relação a essa dita ciência da subjetividade. Ora a amo, devido seu potencial libertador, ora a odeio, devido a seu caráter instrumentalizador do humano. Desde 2015 atuo na minha área de formação, no campo da assistência social. Um lugar cheio de conflitos, disputas e complexidades, pois revela um lado de nossa condição humana mergulhada em vulnerabilidades, riscos e violências. Por outro lado, revela inúmeras potencialidades para a resistência e a transformação de vidas individuais e coletivas. Estar atuando com indivíduos, famílias, grupos e comunidades nesse processo dialético entre vulnerabilidade e potencialidade a fim de conquistar direitos e dignidades me faz sentir ora morto, ora vivo, uma vez que criar junto a eles formas de enfrentamento de toda uma história cristalizada em processos de vulnerabilização que os atravessa não é fácil. Mas penso que isso é o que torna o trabalho tão rico, seja no conhecimento das tragédias quanto na superação delas rumo a uma vida digna e qualificada. Sei das minhas capacidades e limitações, mas sempre lutarei para que Filosofia e Psicologia sejam utilizadas para a transformação social e a emancipação humana de um estado social de sofrimento ético e político crônico proporcionado pelas situações de vulnerabilidade.

E-mail: marcosbruno2786@gmail.com



# O CRAS que queremos: cenários, pelejas e organização da luta política dos trabalhadores

Robélia do Nascimento Lopes



**E**sta história se passa em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, muito embaraçado. De frente para uma barreira e de costas para um rio, quando chovia alagava e não sobrava nada. Protestar? Ninguém podia, pois o emprego era precarizado, mas garantia o pão. Sair dali? Também não! É inviável (re)construir o CRAS, não há imóvel no território que atenda aos critérios da burocracia pública e os números da gestão não podem cair. Nesse cenário tão peculiar, o trabalho é feito com muito esmero e há seis anos mudanças esperam.

Esse CRAS compõe o cenário da Assistência Social da cidade do Recife, município que ostenta números recordes de desigualdade social. Segundo dados do Boletim Desigualdade nas Metrópoles de 2022, a região metropolitana do Recife é a região com maior percentual de pessoas em extrema pobreza de todo Brasil. O estudo também declara que no grande Recife o percentual de pessoas em situação de pobreza superou um terço da população, chegando a ultrapassar mais de 40%.

As mudanças que trabalhadores e usuários esperam estão aliadas ao verbo esperançar. A transferência de uma servidora pública para esse equipamento e a convocação de cinco trabalhadores por intermédio do concurso público em agosto de 2022 trouxe novos ventos para esse moinho. O estranho cenário de uma pequena casa branca, com grade azul, coberta por telhas de cerâmica desgastadas pelo tempo, chama atenção desde a porta de entrada. O estranhamento vai crescendo ao adentrar e ver as paredes tomadas pelo mofo; estruturas de fiação elétrica improvisada e aparen-

tes; todas as janelas gradeadas e uma única porta para entrada e saída do CRAS; bebedouros, geladeiras e outros eletrodomésticos sobrepostos em cadeiras para não serem afetados pelos alagamentos recorrentes; pequenas salas sem acessibilidade para os atendimentos e nenhum espaço amplo para as atividades coletivas.

As pessoas que lá estavam logo contavam para os novos trabalhadores a peleja que é trabalhar nesse lugar. Mostravam fotos e vídeos que ilustravam os dias que ficaram ilhados dentro de um equipamento público também tomado pela água. Relatavam os momentos em que a Defesa Civil interditou as casas que ficam na encosta em frente ao CRAS por risco de deslizamento e logo se interrogavam “se a barreira deslizasse atingiria o CRAS?” “Por onde saíríamos se as janelas são gradeadas e a única porta fica face a face com a encosta?” Contavam, ainda, a inacreditável façanha de ter que conviver com ratos e outros insetos que resistem às dedetizações realizadas pelas empresas contratadas pela prefeitura da cidade do Recife, além da recorrência de adoecimento dos trabalhadores pelas condições insalubres de trabalho. Logo tal realidade ultrapassa o campo da narrativa e passa a ser vivida pelos seis trabalhadores que ali chegaram.

É nítido e notório o descumprimento às normatizações do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, especialmente à Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e prevê espaços destinados para recepção, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias, com adequada iluminação,

ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. O que nos leva a questionar: quais determinações incidem nessa realidade para torná-la tão invisível?

Uma aproximação crítica e reflexiva vai dando sinais para compreensão dessa realidade peculiar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, a população do território em que o CRAS em questão está situado é composta por 67.283 habitantes. Desses, 66,68% se autodeclararam pardos ou pretos, 53,06% são mulheres e 49,16% da população têm entre 25-59 anos, caracterizando o bairro como território de maioria negra, feminina e jovem. Alinhada às características locais, identifica-se que o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras desse equipamento também é composto hegemonicamente por pessoas negras e por mulheres, o que denota ser esse um espaço de resistência mútua e cotidiana.

O Território é classificado como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) em decorrência de seu adensamento populacional, do baixo rendimento dos moradores e do cenário de vulnerabilidades e risco que lhe estrutura. O bairro é caracterizado predominantemente por áreas de barreiras e de difícil acesso, tendo como agravante o risco iminente de deslizamento em diversos pontos de encostas, sobretudo durante os períodos chuvosos, tornando-se um território constantemente monitorado pela Secretaria Executiva de Defesa-Civil (SEDEC/Recife). No ano de 2022, o Estado de Pernambuco vivenciou fenômeno extremo de chuvas, provocando tragédias sociais que vitimaram 129 pessoas sendo 50 no Recife. Nesse contexto, uma localidade situada no território em tela foi a

mais afetada pelo desastre e concentrou o maior número de mortos.

Diante das características apresentadas, o território materializa os fenômenos do racismo estrutural, da feminização da pobreza e da vulnerabilização da população jovem, aspectos relevantes para construção de políticas públicas efetivas que contribuam para a promoção da igualdade social e reparação histórica das opressões vivenciadas pela população negra e pelas mulheres. Na contramão de qualquer medida reparatória, a existência deste CRAS em ambiente de risco e precarizado reitera as condições desumanas a que esses segmentos populacionais foram historicamente lançados e limita o exercício de direitos sociais conquistados.

As águas de março que encerravam o verão anunciavam a chegada do período chuvoso e, com ele, medos e transtornos. As inquietações que emergiram das pelejas cotidianas nesse equipamento público passaram a tomar parte do tempo das reuniões de equipe que se tornaram um espaço estratégico para construção dos caminhos organizativos que a equipe estava determinada a percorrer.

O primeiro passo foi a decisão de tornar pública aquela realidade e de comunicar formalmente aos órgãos de fiscalização e controle as inadequações existentes. Para tanto, em abril/2023 construímos uma Nota Pública dos Trabalhadores, onde narrávamos a realidade e ilustrávamos com fotografias e vídeos. O referido documento foi entregue ao Conselho Regional de Serviço Social 4º Região, ao Conselho Regional de Psicologia-02, ao Conselho Municipal de Assistência Social do Recife, à Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política sobre Dro-

gas-SDSDHJP do Recife, à Promotoria dos Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco, à Câmara de Vereadores do Recife e à Associação dos Trabalhadores da Assistência Social do Recife-ATAS. Foram realizadas, ainda, denúncias via ouvidoria ao Corpo de Bombeiros de Pernambuco e à Defesa Civil do Recife. Após comunicação formal aos órgãos de controle e fiscalização, divulgamos a realidade também via redes sociais.

O segundo passo foi mobilizar outros sujeitos coletivos, mais especificamente usuários e lideranças comunitárias do território. As reuniões ordinárias de equipe seguiram sendo o espaço privilegiado de organização dos trabalhadores e lá foram construídas as estratégias de mobilização e as abordagens metodológicas a serem desenvolvidas. Por se tratar de um ano de Conferência de Assistência Social, logo esse espaço de participação social foi vislumbrado como potencializador da luta política em curso. Com o tema Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos, as Conferências municipais e estaduais de Assistência Social dispararam em todo país o desafio de reconstruir o SUAS após um longo período de desfinanciamento e desmonte. Considerando a dimensão pedagógica do trabalho social com famílias materializado no âmbito dos CRAS, planejou-se a realização de atividades específicas para abordar o tema da Conferência.

As atividades com os usuários e lideranças comunitárias aconteceram em junho/2023 e foram desenvolvidas a partir da metodologia problematizadora de base Freireana, fincada num processo educativo, democrático, dialógico e horizontal ancorado na realidade vivida. Isso posto, as ações foram divididas em dois momentos e norteadas pela pergunta disparadora “Qual

**o CRAS que queremos?**”. O primeiro momento foi viabilizado através de uma roda de diálogo, facilitada pelos educadores sociais do Serviço, que teve como objetivo contextualizar, problematizar e ampliar o conhecimento sobre o CRAS enquanto um serviço socioassistencial tipificado, que compõe a Política de Assistência Social e cuja existência é fruto de lutas populares históricas. A partir da construção efetivada no primeiro momento, procedeu-se a segunda atividade, cujo objetivo foi a construção de um produto onde os diversos sujeitos coletivos pudessem expor seu descontentamento com a realidade vivida e reivindicar o CRAS que se deseja construir. Dessa maneira, foi elaborado um vídeo e entregue ao Conselho Municipal de Assistência Social como fruto dos processos pré-conferenciais. Objetivava-se que esse produto fosse exibido durante a 14º Conferência Municipal de Assistência Social do Recife realizada em julho/2023.

Em paralelo às atividades de mobilização e educação social, nos meses de maio e junho o CRAS em questão recebeu a visita da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, do CRESS-PE, do CMAS-Recife e de membros da Câmara Municipal do Recife. Essas instituições produziram relatórios e notificações que apontam diversas fragilidades estruturais da unidade. Constatou-se a inadequação para o exercício profissional de qualidade e que é necessário reparar urgentemente o CRAS e adequá-lo conforme a legislação.

Em meio à intensa mobilização social que ocorrera nos últimos dois meses, a Secretaria responsável pela gestão municipal da Política de Assistência Social mantinha-se inerte e silenciada. Nenhuma resposta oficial foi emitida e nenhum diálogo foi proposto. No dia 13 de junho de 2023, os trabalhadores do CRAS em

questão e representantes da ATAS foram ao gabinete do Prefeito da cidade do Recife em busca de resposta para a situação publicizada. Reuniram-se com a Assessoria do Executivo municipal e com representantes da Secretaria de Governo do Recife (SEGOV), onde foi entregue toda documentação produzida e ficou pactuada a visita a alguns imóveis no território com potencial para estruturar um CRAS, porém as visitas não lograram êxito.

Em julho/2023, ocorreu a 14º Conferência Municipal da Assistência Social do Recife, que contou com a participação de três trabalhadores do CRAS em tela na condição de delegado. Nesse espaço, foi exibido o vídeo produzido e apresentada uma moção de repúdio pelo silenciamento e inércia dos gestores da Assistência Social do Recife, que seguia sem apresentar respostas oficiais e sem abrir diálogo com os sujeitos coletivos engajados no processo.

Após a Conferência Municipal, o tema passou a compor a pauta da mesa de negociação entre o movimento de trabalhadores e gestores da assistência social. Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores passou a reivindicar a transferência do CRAS em tela para um equipamento público municipal denominado Centro Comunitário da Paz – COMPAZ, em construção no mesmo bairro e previsto para ser inaugurado em dezembro/2023. O COMPANZ é um equipamento da Prefeitura do Recife situado nos territórios de maior vulnerabilidade social que visa a contribuir para a construção de uma cultura de paz, com base na prevenção a violências e na oferta de oportunidades. Para tanto, concentra em sua estrutura diversos serviços das políticas públicas setoriais e dentre eles é previsto o Centro de Referência de Assistência Social. Ocorre que, ignorando toda realidade problematizada, no planejamento da

gestão o CRAS a ser inaugurado no COMPAZ em dezembro/2023 seria um novo equipamento para o território e elevaria o número de CRAS do Recife de 14 para 15. Atualmente, há sinalizações positivas para a transferência da equipe do CRAS para o equipamento que irá compor a estrutura do COMPAZ, porém seguiremos atentos e fortes até o desfecho dessa batalha.

### **Robélia do Nascimento Lopes**

Sou mulher, mãe, negra e Assistente Social. Minha caminhada na Assistência Social começou em 2012, ao assumir um cargo público na Prefeitura da Cidade do Recife. Nunca fui tão desafiada profissionalmente! Acessar a vida e o cotidiano das pessoas e dos territórios despertou toda militância e potencial crítico que poderia desabrochar em mim. Observei que havia um caminho a construir. Passei a trabalhar em um CRAS, mas também a ocupar espaços de militâncias. Representei os trabalhadores no CMAS/Recife e no CEAS/Pernambuco; participei ativamente da fundação do Fórum dos Trabalhadores-FETSUAS/PE e da luta dos trabalhadores do Recife. Atualmente, sigo como trabalhadora do CRAS e nos espaços de militância experienciando os encantos e desencantos desses lugares.

E-mail: robellialopesrnl@gmail.com



# No SUAS? Escuta lá, orienta aqui! O SUAS é...

Felipe Ferreira Pinto



**E**ra um dia qualquer, um desses que já sabemos que sempre se repete. Querendo ou não, ele se repete. Todo ano. Na metrópole do interior de São Paulo e a poucos quilômetros da capital, começamos mais um dia no CREAS.

Estava frio naquela manhã. Conversaríamos com as mulheres recém-chegadas ao PAEFI, mas não havíamos planejado nada em específico; afinal, era o primeiro encontro do grupo. Seria um momento inicial de acolhida e - já que sempre fazíamos acolhimento - não havia o que discutir: era só *escutar* o que elas trariam e depois explicar como o grupo iria acontecer. Essa foi a orientação da colega que na semana anterior relatava os casos.

Eu estava há dois meses no serviço; cheguei na equipe para substituir o psicólogo que havia saído para trabalhar no CAPS AD. Prestei atenção em tudo o que era dito. Queria conhecer melhor aquelas histórias, mas estava no SUAS.

A chuva chega, as mulheres não. O tempo passa e o grupo não acontece. “Menos mal”, disse alguém que conduziria o grupo junto comigo. “É quinta-feira, gente, e amanhã é feriado. E se fizéssemos nossa reunião de equipe hoje?”. Alguns topam, outros não. Sentamos, tentamos: “Fulana, já viu se os casos estão notificados no sistema? Como é mesmo o nome daquela dinâmica que a gente fez na vez passada, lembra? Aquela que fazia as mulheres falarem, me ajuda a lembrar. Quem sabe assim já começamos o grupo com o pessoal falando porque é tão ruim quando elas não falam. A dinâmica é sempre uma boa”.

O grupo era entendido como o espaço para dizer às mulheres que elas tinham direito a ter direitos: era assim que o documento do PAEFI estava organizado no serviço. “Pessoal, retomei o documento para começarmos nossa conversa. Quem escreveu essa proposta? Eu gostei bastante e acho que pode nos ajudar a retomar o que foi planejado”. Chegara há pouco tempo no serviço e havia considerado importante olhar o que já tinha sido feito e registrado. “Lembro que vocês falaram deste documento comigo na primeira semana. Ficou muito bom”. Sento junto aos colegas e, com o documento em mãos, *escuto*: “Amigo, se há um documento que está organizado assim, já temos definido o que precisamos fazer, ou seja, basta dizer, de forma simples, que lá se tem direito a ter direitos. Eu digo que aqui no CREAS é o lugar do direito e que daí o PAEFI já está acontecendo”, pontua um colega sorrindo. E continua: “Gente, é tão bom também quando elas faltam, né? Eu gosto muito deste momento que a gente pode refletir sobre o grupo e o nosso trabalho. Sabe, sinto que não tem muito o que fazer com essa dimensão da violência. É angustiante, mas só o fato de deixá-las falam já é muita coisa. Parece que não, mas *escutando* assim e falando como o serviço funciona a gente já ajuda demais”. A conversa cessa por alguns instantes e alguém sai para buscar o café. Vamos abrindo as embalagens e amassando o papel que cobre a forma de pão de queijo; era o único som que ouvíamos naquele momento. Sentados à mesa, comemos o lanche que seria para o grupo. E continua: “Verdade, faz todo sentido. A gente aqui tá para facilitar essa questão psicológica e emocional. Ver se elas conseguem sair dessa. Eu já disse outras vezes e repito: só de a gente ouvir que ela apanhou ou que não tem rede de apoio, essa mulher já sai daqui

melhor. É muito sofrido quando alguém não *escuta* isso". E outro continua: "As famílias precisam ser orientadas e encaminhadas. Nossa papel aqui não é ficar ouvindo as questões de depressão ou sofrimento, nem dela e nem de outra mulher deste grupo. A Saúde tá aí pra isso. Podemos fazer o encaminhamento e acompanhar se ela foi até lá e orientar que se ela não for, não vamos mais atendê-la aqui. Aqui não *escutamos* ninguém nesse sentido de sofrimento. Ela tem que saber das suas responsabilidades e, por isso, nosso papel aqui no PAEFI é dizer pra ela o que fazer para superar suas vulnerabilidades. *Escutar* não ensina ninguém a mudar de vida. O trabalho aqui é fazer". E continua: "Podemos falar sobre o segundo encontro? Já discutimos bastante como será o primeiro". "Semana que vem é que dia mesmo?".

*Escuta lá*, orienta e ensina aqui. *Escuta lá*, ajuda aqui. *Escuta lá*, carece aqui. *Escuta lá*, autoestima aqui. *Escuta lá*, social aqui?

### **Felipe Ferreira Pinto**

Como psicólogo no SUAS trabalhei no CREAS, Gestão, Vigilância Socioassistencial e Educação Permanente. O caminho de trabalho, encontros e (des)encontros no SUAS me levaram à academia. Hoje, Doutorando em Psicologia e Professor, continuo apostando e defendendo uma Assistência Social que saiba reconhecer o seu valor na construção de um Brasil, mais justo e igualitário.

E-mail: felipeferreirapinto@usp.br



# Rastros do cotidiano: trabalhando por entre a desigualdade racial

Raquel Hack da Rosa

**A** política pública se faz no cotidiano. Por entre as práticas de trabalho, as trabalhadoras e os trabalhadores vão dar materialidade aos pressupostos tão arduamente conquistados em conjunto com outros segmentos da sociedade para, enfim, se transformar em uma política pública formalmente instituída. Das inquietações geradas pelo cotidiano de trabalho nasce este texto.

A distância entre o prescrito, o regido pelas normas e o possível de ser executado é posta em xeque em todas as pontas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), todos os dias. O desafio de acolher na desigualdade social abre para diferentes perspectivas de atuação. O desenho do SUAS é instigante, porque exige para o atendimento integral uma articulação intersetorial. As demandas que nos batem à porta extrapolam o atendimento técnico no SUAS. Entendemos que é justamente esse referencial intersetorial que possibilita a operacionalização de atendimento social que rompe com a lógica individualista e a compreensão da demanda em sua dimensão coletiva. Todavia, a efetivação das práticas enfrenta velhos problemas sociais que antecedem o próprio SUAS, que estruturaram a nossa sociedade desde o período colonial e são atualizados pelo “racismo cotidiano”. Temos desafios históricos, isto é, desafios que se colocam mesmo antes de termos o formato SUAS e permanecem atrelados à produção de desigualdade sociais como o racismo. Pelo SUAS há a sinalização da importância do combate ao racismo. A aposta do SUAS nos convoca ao agir na superação de vulnerabilidades através do SUAS. Mas como consi-

deramos as diferenças para efetivar nessa política pública o acesso equânime?

Desde sua criação, o SUAS tem se pautado no fortalecimento das famílias e vínculos sociais sem, contudo, tecer posicionamento traduzido em metas de ação ou de proposições de ações perante a desigualdade racial tão presente em nossa sociedade, evidenciada pelos índices de vulnerabilidade social em que a população negra está submetida.

Um dia desses, me encontrei com o Sidnei<sup>1</sup>. Nossa encontro se deu no espaço do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Enquanto me despedia de uma usuária na saída de seu atendimento, comecei a ouvir vozes que escalavam em tom e volume, armando uma discussão na recepção do serviço. Ouço a voz de um homem repetindo “*eles não me atendem*”. E colegas de trabalho dizendo “*é simples, é só ir no banco*”. Sidnei já tinha ido ao CRAS recentemente quando a recepcionista consultou no sistema virtual de benefícios e localizou seu direito e valores a receber. Era a mesma recepcionista que o atendia dessa vez. Ele retornou depois de ter ido ao banco Caixa Econômica Federal. Desde o início, a recepcionista começa a sua repetição de instruções cada vez mais alto: “*mas é só ir no banco, isso não é comigo, é com eles*”. Então, outra colega se aproxima e repete a mesma orientação “*vai no banco!*”. Uma técnica se aproxima: “*mas é tão simples!*”. Outra técnica se aproxima, e com o tom mais alto ainda, grita “*no CRAS não tem dinheiro, volta lá e fica até ser atendido*”. Sidnei tenta falar que não o atenderam, que o guarda do banco o mandou vir no CRAS. Ele insiste “*eles não vão me atender*”. Nesse momento, eu,

---

1 O nome é fictício para preservar o direito ao sigilo.

que vinha caminhando pelo corredor, escutando a discussão, me aproximo. O senhor Sidnei já estava cabisbaixo, quase saindo do serviço, e repetia: “*eles não atendem no banco*”; “*vocês não estão entendendo*”. Ouço “*Eu não sou babá, ele que vá no banco*”. Ele respira fundo e olha para baixo. Eu também respiro fundo. Apenas consigo dizer aos colegas de trabalho e aos usuários/usuárias espectadores da cena: “*vocês não entenderam nada porque não estão escutando o que ele está falando*”. O palco se desfaz. Os gestos diminuem, a equipe se dissipa. Restou para mim, a única trabalhadora negra da equipe técnica atender ao usuário. Aquela que tem familiares negros que já foram impedidos de entrar no banco, que já foram confundidos com ladrão pelos seguranças do banco. Restou a mim, que sei o que é ter que quase se despir por inteiro para poder passar pela porta giratória de um banco, enquanto, simultaneamente, passam pela mesma porta giratória outras pessoas sem sequer abrir suas bolsas. A dor da fala “*eles não atendem*” reverberou na dor ancestral em mim.

Re corro a essa cena pois ela faz pensar: como poderíamos preencher essa lacuna? Para nós, seria preenchida pelo pronome pessoal ME: “eles não ME atendem”. Não atendem a MIM. A quem não atenderam? A quais pessoas não atendem?

Outra pergunta nos vem à mente: quem não escuta? Quem são os trabalhadores/trabalhadoras do CRAS? Do SUAS? O que impede essa escuta de conectar-se à lacuna indizível, e, ao mesmo tempo, detectável, a qual Sidnei tenta repetidamente compartilhar?

O racismo se atualiza também pelo silenciamento. Na política pública que se coloca no lugar de resposta à necessidade, necessitamos decolonizar as nossas práticas. Essa urgência é da

sociedade brasileira! Enfrentar a desigualdade social implica reconhecer que vivemos diferentes possibilidades e que há disparidades sociais vinculadas ao racismo, sexismo, entre outras. O SUAS, ao silenciar, está operando em favor de processos de embranquecimento. Pensamos em nossas práticas pautadas no fortalecimento, *esse fortalecimento considera o quê?* O trabalho no SUAS é um trabalho árduo, intenso, que nos coloca no encontro dos tensionamentos que expõem a face da necropolítica. É difícil lidar com a manutenção desse tensionamento, ainda mais em projetos isolados. São as ações donde o empoderamento vinculado à concepção de coletividade, o empoderamento que vem das correntes teóricas do feminismo negro que nos possibilitam responder de outra forma. Nesse empoderamento que não é só direcionado a um/uma usuário/a. Nesse que produz coletivos, há possibilidade de torcer ao desencadeamento de mortes, vazios de escuta, sepultamento de sentidos que são disparados por entre as atividades do trabalho no atendimento à população. Sair do lugar de modelo único de referencial branco eurocêntrico nos parece ser uma necessidade básica para que as/os trabalhadoras/trabalhadores possam ter uma ação integral com usuários e colegas.

A situação de falta constante gerada no ambiente das políticas públicas, seja pela falta de material, pela falta de equipe, falta de telefone... nos coloca, enquanto trabalhadoras/trabalhadores num difícil lugar da “priorização da prioridade”. Em um campo de disputas, muitas vezes, o que compõe nossa agenda não reflete o que a equipe técnica escolheria como prioridade. Fadados a diligências, constrói-se um terreno fértil para a semente do assistencialismo e da necropolítica germinar. E tal, como erva daninha, rouba o

espaço de práticas que constroem empoderamento e corresponsabilização do cuidado com as famílias e a rede intersetorial. Assim, retomemos nosso encontro com Sidnei. A materialização do atendimento passa pelos nossos corpos trabalhadores. Mas pensamos que não poderia ficar nisso, é preciso fazer coletivo. Não poderiam ficar a cargo de trabalhadores negros a responsabilidade pelo letramento racial da equipe! Tecemos esse problema que é de todos, mas que deve ser incômodo para cada um, uma, cada equipe e comunidade. A expressão do racismo visualizada pela desigualdade social precisa ganhar espaço no escopo de nossas atividades socioassistenciais como elemento importante ao enfrentamento das desigualdades, do racismo e da promoção da igualdade social e racial. A desigualdade social brasileira é marcada pela desigualdade racial, fruto da operação do racismo cotidiano em nossa sociedade. Pensemos numa quebra do silenciamento pautada na produção de um coletivo de trabalhadoras/trabalhadores que não se esquivem de fazer ruídos para provocar reorientações de nossas ações e fazeres cotidianos. Tais que pintem no desenho do SUAS uma política pública que efetivamente não esteja atrelada à manutenção dos privilégios da branquitude e do silenciamento de pessoas negras e não brancas.

### **Raquel Hack da Rosa**

Meus primeiros passos no SUAS foram tímidos, durante minha graduação com a realização de algumas oficinas em Porto Alegre/RS vinculadas a um projeto de pesquisa e extensão. De lá pra cá, foram muitas histórias vividas. Houve dias que duraram meses, e semanas que pareceram anos. Momentos ímpares, aprendizados, de leveza e dureza. . . aprendi também pela participação social, representando trabalhadores na conferência nacional da política pública de Assistência Social. Outra entrada foi através do lugar de gestão, gestando uma equipe de CRAS, gestando um Conselho Diretor de OSC, pude intervir de outra forma nessa complexa rede socioassistencial. Atualmente, atuo como psicóloga técnica social de um CRAS situado na grande Porto Alegre, e como pesquisadora da política pública de assistência social em interface com as relações étnico-raciais.

E-mail: [raquel.hrosa@gmail.com](mailto:raquel.hrosa@gmail.com)



# **Possibilidades de desconstruir os efeitos da outremização no CREAS**

**Lidiane Coutinho da Silva**

**R**ememoro meu percurso como psicóloga na política pública de assistência social onde aprendi a olhar as subjetividades para além da perspectiva individualizante; me deparei com subjetividades que ora são subalternizadas e outremizadas e fui percebendo que as possibilidades de existir, falar, não serem invisibilizadas ou invalidadas dessas subjetividades dependem antes de todo o tecido social do que somente propriamente desses sujeitos. Mas nem sempre tive este olhar para as subjetividades e, nesses onze anos em que atuo na política pública de assistência social, me senti perdida quando iniciei no campo das políticas públicas, pois não havia estudado sobre a temática na universidade. Adentrei em um campo com novos saberes com muitas expectativas e medos, porém com vontade de saber (ou construir) o lugar da Psicologia nesse espaço que se constituía.

Meu encontro com as políticas da assistência social iniciou no município de Chapadão do Sul, cidade localizada ao noroeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Lá me aproximei de uma Psicologia tensionada por uma rede complexa, interseccional, com relações de fragilidades, desproteções e direitos humanos, implicando outras práticas em termos de escuta e de cuidado, principalmente no olhar para as fragilidades intrínsecas nas desproteções ou redes complexas de poder, que contribuem para que algumas fragilidades reverberem.

O campo foi me aproximando de novos conhecimentos, como os pensamentos decoloniais, pós-coloniais ou contracolo-

niais, da interseccionalidade como possibilidade de análise. Além de possibilidades de avanço em direção à justiça social e ao resgate dos direitos humanos e sociais.

Fui compreendendo os movimentos interseccionais para atuar na política pública, entendendo que as violências não eram fruto de personalidades e condições do indivíduo, mas questões articuladas entre classe, raça, gênero, dentre outras. A interseccionalidade busca considerar a complexidade das identidades e das desigualdades sociais através de um enfoque integrado. Isso porque, a partir desse ponto de vista, contribui-se para problematizar os temas do racismo, do gênero e classe social.

Os movimentos interseccionais me ajudaram a lançar mão de uma análise que se volta para os modos de subalternização do sujeito na assistência social e nos estimula a ver e ouvir os processos de marginalização social que, devido às desigualdades existentes pela questão social e relações de poder, fazem com que alguém venha a necessitar dos serviços da política de assistência social. Assim, abre-se espaço de fala e de escuta para aquilo que produz as vulnerabilidades.

É importante pensarmos a partir da interseccionalidade visto que se constitui enquanto um instrumento analítico que permite abordar uma gama de questões e problemas sociais mostrando intersecções específicas nas relações de poder que permeiam as desigualdades sociais de raça, gênero, classe, idade, capacidade, sexualidade e nação. Por meio da interseccionalidade vemos como as relações de poder contribuem para o sucesso ou para a marginalização, incentivando, treinando ou coagindo as pessoas

a seguirem os caminhos prescritos, conforme colocam Patricia Collins e Sirma Bilge (2020).

Algumas indagações são parte deste percurso, como, por exemplo: é possível realmente não colonizar ou subalternizar o outro em nossas atuações? Como a marginalização ou invisibilidade dos sujeitos tem sido operada em se tratando de uma política social, de uma política voltada para a diminuição das inequidades sociais? Como as práticas são pensadas como disparadores para possibilidade de rompimento da culpabilização e colonização de famílias e usuários(as) no CREAS? Ainda não tenho respostas para essas questões, mas um caminho possível de subalternizar menos os sujeitos atendidos seria reconhecendo os marcadores sociais que operam para fragilização como classe, raça e gênero. E, ainda, refletir sobre o que traz os sujeitos a necessitarem de assistência especializada e o que contribui para a exposição dos sujeitos às diferentes formas de violência.

As pedras no caminho são diversas, mais em relação às formas de operar nos atendimentos, olhar para a maneira como, por vezes, culpabilizamos os sujeitos e os excluímos; questões importantes de serem problematizadas diariamente em nossa prática profissional enquanto trabalhadores(as) das políticas públicas de assistência social, batalhando sobre as formas de colonialidade e os efeitos em termos de marcadores sociais das desigualdades.

Reconhecendo em quais relações de poder estamos inseridas ou nos inserindo e como podemos, de alguma maneira, problematizar e questionar por que e como a política social de proteção é operacionalizada e de que maneira, muitas vezes, estamos inseridas e mantemos esta realidade de (des)proteção.

Considerando os processos de colonialidade, os marcadores sociais das diferenças e das desigualdades e a vida não de maneira individualizante, mas como não existe o eu sem os outros, nem os outros sem o eu, portanto, somos em razão de uma experiência coletiva.

Como operadores(as) da política, problematizar esses modos de operar que acabam por contribuir com processos de outremização do outro, conforme descreve Toni Morrison (2019), é pertinente. Nesse viés, como coloca a autora, ao pensar o conceito de outremização, trata-se de compreender os processos que colocam o sujeito na posição de estrangeiro, marginalizado, de onde estamos atuando com eles. Os processos de outremização servem para sustentar a relação dominado/dominador, provocando efeitos de dominação e controle.

Os efeitos da outremização são diversos, mas, deliberadamente, percebemos que lançam estratégias para contribuir com a manutenção do racismo e sexism, como por exemplo, que servem para, de modo muitas vezes romantizado, compreender as relações desiguais com base em classe, gênero e raças inferiores x superiores. Toni Morrison refere que “podemos ser suscetíveis a nos distanciarmos e impormos nossa própria imagem aos outros, bem como a nos tornarmos os estrangeiros que talvez abominemos” (Morrison, 2019, p. 55).

A outremização diz respeito à maneira pela qual o discurso colonial produz seus sujeitos. A possibilidade de outremização das famílias e usuárias em situações de violações de direitos pode acontecer, também, quando as compreendemos somente pelas vulnerabilidades e dificuldades em que vivem como efeito da pró-

pria sorte e culpa, categorizando a família ou usuário(a) como desviantes, preguiçosos(as), desmerecendo a singularidade dessas famílias e desmerecendo os conhecimentos culturais e pessoais dos sujeitos e das famílias (Morrison, 2019).

Portanto, ao trabalhar com famílias e usuárias no CREAS, é importante não esperar uma crença, uma cultura, uma língua e/ou costumes, esperando comportamentos estereotipados sobre a família e usuário(a) atendido(a), carregando-os de defeitos, enfim, para torná-los(as) inferiores, vulneráveis, constituindo as ações como não protetivas e violadoras (Morrison, 2019).

Ao olhar as famílias e sujeitos com estereótipos criadas com o desejo de salvar as famílias e reeducá-las dentro de padrões eurocêntricos de cuidado e proteção, podemos levá-los a perderem a autoestima e a se aceitarem como inferiores, renegando os seus valores, as suas tradições culturais.

Conversar sobre os efeitos da outremização com as famílias e usuárias atendidas no CREAS é uma estratégia para repensarmos nossas práticas sobre o campo social que possam romper com a lógica de outremizar ainda mais as famílias e usuárias. Por sua vez, não problematizar a outremização é manter em operação os discursos de dominação de saber e manter uma lógica social de que alguns sabem e outros não, além de pactuar com os privilégios escancaradamente demonstrados nessas atuações que mantêm distinções de raça, classe e gênero (Morrison, 2019). Constata-se esta lógica de outremização do sujeito principalmente nas situações de violência que acontecem nas classes baixas, principalmente entre crianças e mulheres negras. Os sujeitos, além de marginalizados,

são culpabilizados pelas violências sofridas e pelas vulnerabilidades produzidas pelas desigualdades sociais.

Enfim, neste percurso de rememorar minha caminhada na política de assistência social e CREAS, aprendo, desaprendo e aprendo de novo sobre transformar e ser transformada na realidade em que estou e, considerando não uma dimensão intrapsíquica isoladamente, mas aquilo que situa a subjetividade em um campo social, produzindo distintas formas de sofrimento a partir de uma rede complexa de subalternizações e não operando numa lógica outremizadora e subalternizadora dos sujeitos.

## Referências

- Collins, P. H. & Bilge. S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo. [http://www.ser.puc-rio.br/2\\_COLLINS.pdf](http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf)
- Morrison, T. (2019). *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. Companhia das Letras. <https://doceru.com/doc/nv8sv5n>

## Lidiane Coutinho da Silva

Graduei-me psicóloga pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), desde então trabalho na Política Pública de Assistência Social em uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul. Há nove anos em um CREAS, tenho produzido problematizações, inquietações, memórias e afetos. Realizei o Mestrado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) na tentativa de dirimir minhas inquietações, mas outras emergiram. Espero que meus desassossegos provoquem outros profissionais, bem como as próprias famílias atendidas no CREAS, no SUAS, enfim para todos os corpos, subjetividades a olhar para a trama de subalternizações e outremizações produzidas nos encontros e desencontros do cotidiano para além de proteções e desproteções.

E-mail: lidycoutti@hotmail.com



# **Abya Yala, sobre a nossa terra Amazônia**

**Valber Luiz Farias Sampaio**

**Cyntia Santos Rolim**

**Rafaele Habib Souza Aquime**

**A**mazônia. Do noroeste brasileiro à Colômbia. Há sempre algo além dos olhos, do movimento e de um tempo que não se manifesta através do *cronos*. Algo nos seres viventes e de existências diversas. De manifestações culturais e emblemáticas. Entre rios e seus braços, florestas e mares — de águas doces e salgadas. Que colhe o fruto, planta e saboreia de forma sazonal ou permanente, saboreia a vida. Que valoriza a terra, sobreposto à sua estrutura física e concreta, construindo um laço com os antepassados, não se desconectando de sua ancestralidade. É cosmológico, é vida! Quem são tais sujeitos? São reféns de invasões diversas, reféns do racismo cultural e ambiental, galgado na força de resistir — na emancipação do corpo, um corpo-território. É essa tal singularidade que exige de nós, do saber psicológico, pensar a imensidão dos sujeitos, que somos nós. Transcender o calcanhar delicado dos estudos métricos, de um tal tribunal intitulado Ciência. Como medir a força do (r)existir entre as desigualdades, o colonialismo e o coronelismo? Sob o sol escaldante de um território conhecido por possuir duas estações (verão e inverno), as enxadas quentes cavalgam a terra seca, produzindo trajetos para sua alimentação e subsistência, por entre braços de rios correm mínimos barcos — como os de papel, de Guimarães Rosa (2001) — e que transcendem abismos, sobretudo das desigualdades. Estes que transitam o pescado, a agricultura e levam a vida, da escola para a casa, da curandeira para a saúde, das crenças para seus espaços de encontros sagrados e fundamentados na transgeracionalidade.

Não obstante, os conhecimentos transgeracionais são a melhor versão dessa região, de aprendizagens entre os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre tantos outros. Chegam a ser tantas características singulares que é impossível definir!

Ao chegar em tais espaços existenciais, desafiar-se ao conhecimento dos outros — da coletividade — na escuta, no olhar, no afetar-se... Aqui se faz nosso principal objetivo: o *devir*. São as transformações que emergem das micro relações, são espaços criados na simplicidade do contato, é o aspecto ético-político de uma profissão estruturada sobre os registros da singularidade. Quantas vezes não nos acolheram em suas humildes residências — de taipa, do concreto inacabado, as casas suspensas na beira do rio — no fortuito encontro criativo dos garantismos? Recordamo-nos dos afazeres apertados — casa para arrumar, comida no forno a lenha por fazer, roupa no tanque de cimento e filhos/as para trocar — diante de um destinar-se dinâmico, imparável, ouvíamos: “*venha aqui para o giral<sup>1</sup>, não posso parar agora, senhora..., mas estou atenta!*”. Atenção está destinada à compreensão de uma política pública que visa minimizar os danos das desigualdades, sob a égide da dignidade humana. O *giral* é nosso espaço do ‘escoo do sofrimento’, mas também de criação. Para além de técnicas e gestos, compreendemos narrativas de vidas que se materializam sobre a prancheta, mas também se constituem na sensibilidade dos que fazem políticas afetivas, sem desqualificar nossas emoções, como afirma Georges Didi-Huberman (2016). É preciso o toque e a sensibilidade para aquele interior (não apenas do mu-

---

1 Parte externa ou anexa da cozinha de uma residência que se destina à lavagem, geralmente, de louças.

nicípio, mas o de nós mesmos/as!) para criarmos pontes, redes e localizações possíveis, é preciso ser/ter (con)tato. Afinal, como afirma Conceição Evaristo (2017), dizer nenhum irá dar conta de um acontecimento. E, para além do *giral*, há espaços tão significantes e potentes quanto qualquer divã: barcos, rabetas e pirogas. . . Sim, esses pequenos ‘automóveis das águas’ são os reais objetos que movem vidas. Afinal, esperamos o tempo das águas para transitarmos diante das *estações* — o *cronos* aqui é mero figurante frente à preamar e à vazante! Por aqui, canta-se “esse rio é minha rua” (André & Barata, 1978). Porque o cantar é fruto da coletividade, é festejo, é pedido, é resistências aos *maus-olhados*, tais como as destruições configuradas no genocídio e etnocídio histórico de nossos povos. Ter informações histórico-culturais desses sujeitos não é mero detalhe, quando seus apagamentos se enlaçam diante da sobreposição “científica”, marca central da hegemonia de saberes. Mas o que falar desses saberes? O jucá, a folha do algodão, a babosa, o matruz, o barbatimão?! Há dúvidas sobre o que configura a vida dessas pessoas? Quando as configurações de alcance das políticas públicas de saúde não chegam, é diante desses conhecimentos que as vidas em sofrimento são postas. As articulações de saberes geram tais tecnologias que emancipam a vida — produzidas no fundo do quintal; na hortinha suspensa diante das enchentes; nos parapeitos das casas, fazendo delas mais do que uma decoração, mostrando que a vida se faz também nos detalhes. E se essa percepção da Psicologia não alcançar tais detalhes, como produzir direitos?

As visitas não são apenas para saber da vida, sobretudo diante do aspecto investigativo. As visitas servem para conhecer dinâmi-

cas, para além de nossa subjetividade. Os laços constituídos, para além do físico. Não há motivos para os colonialismos, mais do que já colonizados. As dores, de uma vida marcada pela herança deste processo — chamada de desigualdade — favorece as necropolíticas cotidianas. Como escutar tais sofrimentos? Aos ouvidos de quem toca existências diversas? Não há manual, tipificação ou mesmo ensinamento acadêmico que dê conta desses encontros, margeados pelo ar puro, no pulmão do mundo, no coração *por entre os braços*. Num lugar onde, muitas vezes, o que ilumina os caminhos é luz do luar ou o lampião, através da velha querosene, onde a internet não alcança e o celular não se faz presente. As informações (sobretudo sobre garantia de direitos) chegam através da equipe técnica dos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que articula acessos, organiza dados e faz emergir demandas singulares, por entre trilhas de terra batida, rios, mares e na diversidade de expressões existenciais e múltiplas, que jamais deverá negar as potencialidades desses sujeitos — jamais assujeitados! Atuar no SUAS é compreender a necessidade de povos, através de sua agricultura, cosmologia, ancestralidade, coletividade, produção, laços, pertença, prestígios, crenças e costumes de um lugar rico, abraçado pela natureza. E como bem lembrou Ignácio Martin-Baró (1996), o saber mais importante, do ponto de vista do psicológico, jamais será o conhecimento explícito, mas o saber implícito/inconsciente e inserido no cotidiano — ideologicamente naturalizado — que permite a seus povos a manutenção de sua própria existência, sobretudo em uma comum-unidade chamada Amazônia.

Ah, os encontros! Estes são os alicerces do SUAS, encontros entre saberes das expertises acadêmicas, atravessados por saberes

cotidianos, das vidas e suas andanças, ritos, costumes e culturas. Na Amazônia paraense a gente se chama de mano/maná, e reflete o nível de intimidade que se forma celeremente quando começamos a falar do calor, da falta de chuvas, principalmente no verão amazônico, que dura alguns meses do ano. No momento da acolhida, essas familiaridades amazônicas se fazem presentes e possibilitam a abertura para uma escuta qualificada tão falada nas cartilhas da política. Quando a escuta se torna densa, delicada, cercada de narrativas que descrevem violações de direitos, o acompanhamento também vai ganhando contornos peculiares, pois constatamos que os territórios carecem sobremaneira de redes de apoio estatais que operem a proteção social conectada às territorialidades. Mas nesse instante a complexidade se manifesta, há uma luta em fazer valer o papel do estado democrático de direitos quando se busca a política de assistência social em espaço localizado na minha comunidade, *próximo a minha casa*, mas também há as incertezas e inseguranças de quem escuta e do que pode ser construído a partir do que foi dito e não-dito. “*Por isso levo um invisível rio em minhas veias*” (Neruda, 2004), para dessacralizar caminhos fixos e pensar outros cursos, outros mundos possíveis no tom deleuziano, para apostar na afecção do encontro que é temporário e local, mas que se prolonga na potência do agir e na afirmação da diferença como lentes de inconformidades frente aos especialismos. Os especialismos carregam essências, as quais são inertes e certas das suas verdades absolutas tão frágeis em criações. Preferimos as incertezas.

O que nos impulsiona é ser itinerantes, como a sabedoria ribeirinha, que escapa às avaliações psicológicas que possuem formas próprias e dadas. O que nos impulsiona é a trajetória que

ruma pelos corpos heterotópicos dos desvios, dos riscos e vulnerabilidades que determinam modos de vida. O que nos impulsiona são as psicologias sociais móveis, que se transformam cotidianamente em quem faz os espaços como lugares praticados.

Aproximar pelas diferenças, tecidas pelos significados do que é se sentir protegido, das memórias coletivas como forças do discurso emancipador de si e do território, material e imaterial. A linha de chegada do fazer/ser ideal é fictícia, e que tenhamos a única certeza de que a história se faz sendo contada em trajetórias-linhas, desterritorializadas. Eis o desafio de não nos colocarmos como sujeitos *experts*, à lá Gregorio Baremblitt (1992).

## Referências

- André, Paulo & Barata, Ruy (1978). *Esse rio é minha rua* (Álbüm: Nativo, vinil LP, 43:12 min.). Continental.
- Baremblitt, G. (1992). *Compêndio de Análise Institucional*. Rosa dos Ventos.
- Didi-Huberman, Georges (2016). *Que emoção! Que emoção?* Editora 34.
- Evaristo, Conceição (2017). *Histórias de leves enganos e parecenças*. Malê.
- Martin-Baró, Ignácio (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>
- Neruda, Pablo (2004). *O Rio Invisível*. Bertrand Brasil.
- Rosa, João G (2001). Desenredo. In ROSA, João G. *Tutameia – Terceiras estórias* [1967]. Nova Fronteira.

**Valber Luiz Farias Sampaio**

Psicólogo. Docente. Pesquisador. Pai do Théo e da Flor. Fui atravessado pela Psicologia Social ainda na graduação. Uma aula, literalmente uma, marca minha vida acadêmica com a temática da Assistência Social. Os (des)caminhos começam a ganhar contorno na medida em que minha vida profissional me afeta em experiências no CRAS (na equipe volante, pelas ilhas do salgado paraense). CREAS, no auxílio a gestões municipais, assim como no controle social. As especializações em Psicologia Jurídica e em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas de Serviço Social me favorecem para pensar práticas inúmeras, trajetos diversos. Duas gestões no Conselho Regional de Psicologia (CRP 10) me fizeram pensar a prática na/com a Assistência Social na Amazônia. No mestrado e no doutorado produzi saberes relacionados às medidas socioeducativas no meio fechado e no meio aberto, respectivamente.

E-mail: valbersampaio@hotmail.com

**Cyntia Santos Rolim**

A monitoria em Psicologia Social foi o início de meu trajeto. Este, marcado pela necessidade de pensarmos as ações para além da clínica. Como grata surpresa, após formada, fui atuar em um município do nordeste paraense, no CRAS — atuando como técnica e coordenadora, posteriormente — e mais do que isso, abrindo caminhos para outros municípios diante de suas singulares vulnerabilidades e riscos. No que tange aos formalismos acadêmicos, me especializei em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas de Serviço Social, encantando-me ainda mais com estudos realizados no encontro de saberes. Não distante dessa realidade, optei pela realização do mestrado, refletindo a vulnerabilidade de meninas e seus território-corpos frente às diversas formas de violência sexual, sobretudo diante da realidade amazônica — de onde sou, vivo e floresço no âmbito clínico, na pesquisa e na companhia e nos cuidados de Théo e Flor, meus filhos/as.

E-mail: cyntiarolim@yahoo.com.br

**Rafaele Habib Souza Aquime**

Mulher, mãe da Aurora, professora, pesquisadora, amazônica, do norte-nordeste paraense. Trabalhadora do SUAS que fui e atualmente sou pesquisadora. Entre cartilhas e recomendações, também busco me afinar às memórias e infâncias que insistem em não se colocar à margem, mas no centro do debate da proteção social, da garantia dos direitos e da dignidade da pessoa humana nas territorialidades amazônicas. Como conselheira efetiva, em gestão pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP 10) ampliei minhas percepções sobre o fazer psicologia com pluralidade étnica. Exerço a docência na Universidade Federal Rural da Amazônia, campus Tomé-Açu e faço pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Pará, onde também realizei mestrado e doutorado.

E-mail: rafaele.habib@gmail.com

# **Amazônia que se conta pelas suas vozes**

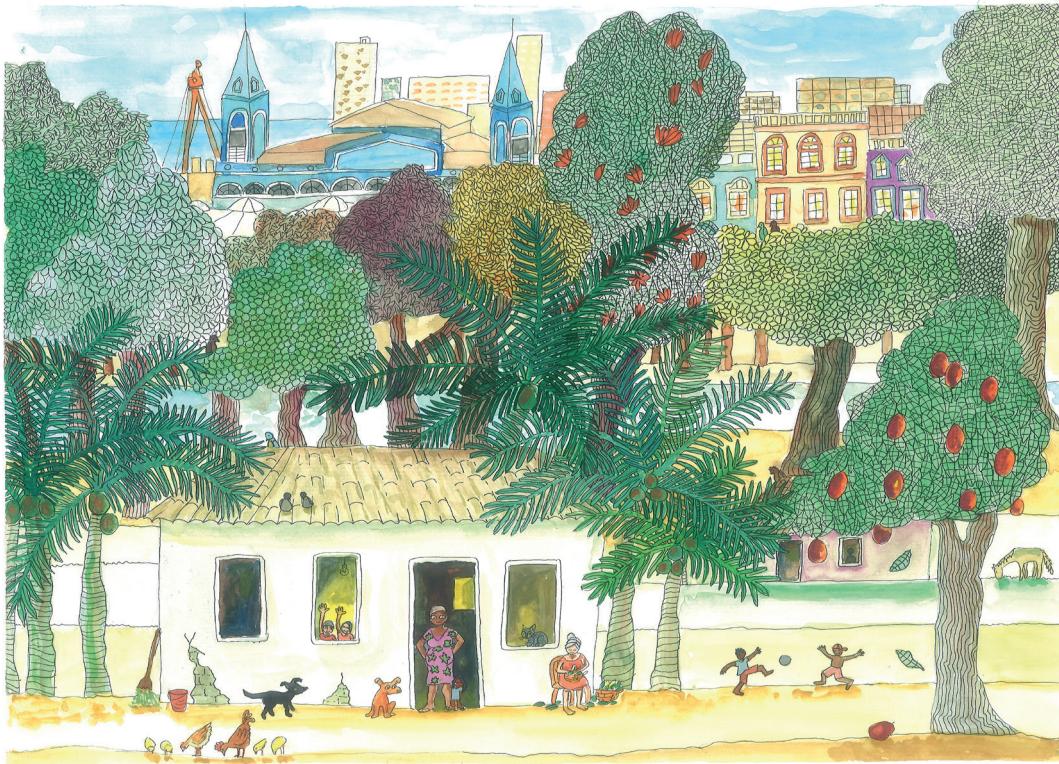
**Flávia Cristina Silveira Lemos**

**Manoel Ribeiro Moraes**

**Leila Cristina da Conceição Santos**

**Mário Tito Barros Almeida**

**Leif Ericksson Nunes Grünewald**



**F**olha espalmada no ar. Veias teias clorofila. Palma da mão do silêncio” (Loureiro, 2017, p. 46). A partilha do bem-viver ecoa pelos cantos, ritos, mitos, águas, florestas, fauna, sociobiodiversidade, barcos, culinária, cheiros, sabores, redes em que nos balançamos e nos embalamos, chuvas, umidade, tradições e modos de vida. Em andanças pelo Ver-o-Peso, após uma aula a respeito da arqueologia das expressões dos processos de valoração amazônicas, no Forte do Presépio, podemos acolher o perfume dos óleos e plantas em meio às travessias pelas bancas da feira, com mulheres que compartilham seus saberes e modos de existências pela economia solidária, que tece ancestralidades, e cuidam com atenção de quem deseja por ali flanar com sensibilidade para se deixar afectar. Em meio a esse percurso, contam-se histórias, narradas em descontinuidade, a respeito da equidade de vozes singulares que fazem ressoar o coletivizar da política como estética e ética do cotidiano em ato, e sob o calor do horário de almoço. A diversidade ganhou expressão, no Forte do Presépio, pelas memórias que lá foram arquivadas e que estão à mostra com paradoxos da política pública e tensões, que revelam a expropriação e o massacre, acrescidos pela museologia, como explicitação na arte de práticas que falam das violências vividas e dos genocídios realizados contra povos da Amazônia. As urnas funerárias na cerâmica marajoara narram os usos, feitos pelos colonizadores, dos valores indígenas pelos lugares da memória como política social. A retirada desses artefatos, em geral, ocorreu de modo ilegal

e muitos vestígios foram vendidos para museus em diversos países e para mercadores do simbólico (Schaan, 2009). Cada peça tinha um sentido e um lugar no local em que se encontrava e na circulação cultural em que estava agenciada como prática, organizada em rituais. A cada peça retirada e vendida, desfizeram-se sítios arqueológicos extremamente importantes e destruíram-se a pluralidade intangível de valores e expressões que nos diziam a respeito de sociedades que tinham uma complexidade de construções, interpretações, afetos e de uma estilística de existência marcada por plurais manifestações de linguagens que foram esfaceladas e destruídas pela avidez lucrativa de quem deseja traficar o simbólico. Pelo mercado que visa lucrar com a estética da barbárie, dizimaram-se simultaneamente corpos, territórios, afetos, valores, florestas, fauna, seres, cheiros, sabores e políticas de existência. Ora, quando se desmonta o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e as políticas de assistência social que manifestam um cuidado com os modos de vida, também se mata a multiplicidade de vozes e subjetividades, mortifica-se a singularidade e estupra-se a Amazônia como se violam corpos de mulheres, crianças, adolescentes e jovens no arquipélago do Marajó/PA (Brum, 2021). “Além de prestar atenção às palavras humanas, os povos originários da Mesoamérica tentam perceber outras palavras não humanas, as do milho, da floresta, da selva e as dos animais selvagens, mas agora também as de milharais abandonados, de terras erodidas, florestas derrubadas e rios contaminados ou secos” (Pavón-Cuéllar, 2022, p. 76). Narrar é contar memórias e curar-se pela narrativa, como elaboração do passado no presente, por meio da partilha de saberes (Gagnebin, 2006, 2013), inclusive do cozinhar, plantar,

colher, coletar, caçar, amar, cantar, defumar e do produzir desenhos geométricos nas cerâmicas e fazer das mesmas morte e vida, como ciclos de um tempo circular. A política social, por meio do SUAS, pode promover a assistência ligada à segurança alimentar associada aos valores amazônicas e ser um dispositivo de enfrentamento e de resistência à indústria alimentícia dos ultraprocessados e aos efeitos desta nos territórios e corpos das populações da Amazônia. Desse modo, a referida assistência torna-se uma ação relevante diante da expansão do agronegócio e de como o latifúndio compromete a biodiversidade e a memória territorial e corporal amazônica (Gonçalves, 2005). O alimento tem história e deixa memórias, além de ser um direito social, pois nutre não apenas o corpo, mas também faz parte de rituais e materializa o sagrado a ser ingerido como ação que expressa valores e crenças (David-Ménard, 2022). Come-se, na Amazônia, mais do que alimento e produz-se mais do que saúde mental e coletiva por meio de processos de mediação de determinantes sociais e econômicos da saúde, na soberania alimentar dos povos amazônicas. Para Eduardo Neves (2022), nos alimentamos de vida, renascemos com a vitalidade dos alimentos, rumo ao bem-viver. Morte e vida, alimentos e território, corpos e espiritualidades andam conjuntamente com as cerâmicas e a política de existência constituídas como valores intangíveis, assim como com a complexidade presente nos efeitos do SUAS na seguridade dos povos da Amazônia. Um alimento tem dimensões animistas nas culturas indígena, quilombola e preta, na Amazônia. Logo, a floresta e os animais são vitais para alimentar almas e construir vínculos sociais, afetivos e comunitários. Portanto, busca-se analisar como o direito social está ligado ao cultural e

opera lógicas de cosmovisões que conversam entre si. “O indígena mesoamericano se considera tão mortal e tão corporal como os demais seres” (Pavón-Cuéllar, 2022, p. 136). O cuidado de si se dá pelo cuidado do(a) outro(a), mediado pelo bem-viver. Alimenta-se alma-corpo-território-floresta-fauna-cerâmica-existência-arte-arqueologia-terra-água-povos tradicionais. Somos antropofagia e renascimento que se tece pelas cosmovisões. O SUAS está caminhando por travessias amazônicas e, se é atacado, o é juntamente com a sociobiodiversidade, tal qual uma mulher é estuprada, como nos ensinou Eliane Brum (2020). Ora, ‘*a vida não é útil*’, afinal, ninguém come dinheiro e o bem-viver está na ancestralidade como futuro (Krenak, 2020).

## Referências

- Brum, Eliane (2020). *Banzeiro Òkòtó*. Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo. Companhia das Letras.
- David-Ménard, Monique (2022). *A vontade das coisas*. O animismo e os objetos. UBU.
- Gagnebin, Jeanne Marie (2006). *Lembrar escrever esquecer*. Rio de Janeiro. Editora 34.
- Gagnebin, Jeanne Marie (2013). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Perspectiva.
- Gonçalves, Carlos Walter P. (2005). *Amazônia. Amazônias*. Contexto.
- Krenak, Aílton (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Loureiro, João de Jesus Paes (2017). *Encantarias da Palavras*. Belém. EdUFPA.
- Neves, Eduardo Góes (2022). *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. UBU.
- Pavón-Cuéllar, David (2022). *Além da Psicologia Indígena*: concepções meso-americanas da subjetividade. São Paulo. Perspectiva.
- Schaan, Denise Pahl (2009). *Cultura Marajoara*. SENAC Nacional.

Autorias em (en)cantarias:

### **Flávia Cristina Silveira Lemos**

Do Cerrado e mineira-paulista-amazônica pela conexão e agência, graduou-se em Psicologia (UNESP), nos entremeios da História e da Literatura, quase soube-se filósofa. Dizia-se que era da Diferença. Então, desistiu de se nomear pela posse e pela filiação. Vestiu, como o arlequim de Serres, Mestre em Psicologia Social (UNESP). Atravessou, com Heródoto, margens em movimentos do Tempo, como Doutora em História Cultural (UNESP). Para não se colar a Cronos, passou pelo processo de Clio e Psyché, fez-se devir no Pós-doutorado em Psicologia Social (UFF). Não parou de fazer banzeiro como docente-pesquisadora-gestora, na Amazônia paraense, com o vigor e a alegria de quem toma guaraná e açaí amazônico para conversar com cosmovisões dos povos tradicionais e tentar interpretar-se pela língua da Polis, ao pisar em territórios de altezade, quando se torna gestora em vários espaços da universidade pública, Conselhos de direitos, Conselho profissional e Comissões de Direitos Humanos, Associações Científicas, até ganhar fôlego e se encantar pela Extensão Universitária e pela arte de viver ética, estética e politicamente.

E-mail: [flaviacslemos@gmail.com](mailto:flaviacslemos@gmail.com)

### **Manoel Ribeiro de Moraes**

Do Norte, nordestino, errante e perambulante, nas fronteiras da Filosofia (UERJ - 1997) com a Teologia (STBSB - 2003), dobrou-se Mestre em Filosofia (UERJ - 2001), desviou-se no Doutorado em Ciências da Religião (UMESP - 2010), perdeu-se encontrando-se no Pós-doutorado em Filosofia (PPGFIL-UERJ, 2011-2015, sob a supervisão do Dr. Luiz Bernardo Leite Araújo), em Ciências Sociais da Religião (CeSóR/EHESS, 2015, sob a orientação do Dr. Michael Löwy) e em Antropologia Cultural (2019, sob a orientação do Dr. Raymundo Heraldo Maués, PPGSA-UFPA). Atualmente, enveredou-se para o judaísmo místico e com as cosmovisões indígenas e quilombolas, no Pós-doutorado em Antropologia da Religião na Amazônia e em Estudos de Religião, sob o enfoque da Teoria Crítica e das Ciências Compreensivas. Atualmente é Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará; lidera o Grupo de Pesquisa, canta na pesquisa Religiões, Culturas e Etnias na Amazônia (UEPA/CNPq). Assumiu que tinha uma vida a ser trilhada como gestor, ao decidir novamente ser coordenador do

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da UEPA. Vida que se faz por rios amazônicos, em etnografias com povos indígenas e quilombolas. Momentos de vitalidade em que se efetua e se agencia na diferença e em mergulhos no Rio Tapajós e trajetos pelo Rio Amazonas em redes e barcos.

E-mail: manoelmoraes@uepa.br

### **Leila Cristina da Conceição Santos Almeida**

Quando “cresceu”, brincou de fazer graduação em Pedagogia, pela Universidade da Amazônia (2003), ampliando o lúdico do pensar na graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (1998). O desvio ocorreu quando se embrenhou pela Especialização em Psicologia Educacional, com ênfase em Psicopedagogia, pela Universidade do Estado do Pará (2011), sambando no bloquinho “pirando, pirada, pirou”, do Mestrado em Psicologia Social, pela Universidade Federal do Pará (2013). Quis vida saudável e educação para este tornar-se Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Pará (2018). Estava servindo, em princípio da mordomia, há muitos anos, concursada na SEDUC/PA. Mateira, contou e narrou os modos de vida como assessora técnica no Conselho Estadual de Educação, atuando como Secretária da Câmara de Educação Superior e como docente, desde 2015, da Universidade da Amazônia (UNAMA) e pesquisadora no grupo Transversalizando da UFPA.

E-mail: leilacsalmeida@gmail.com

### **Mário Tito Barros Almeida**

Quis se alimentar com alegria e se tornou Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, pesquisando sobre segurança alimentar. Tinha visto a vida com as lentes de Josué de Castro, trabalhando no INCRA e virando Mestre em Economia, pela Universidade da Amazônia (2008). Antes, porém, havia atravessado o Atlântico e passado também pelo Cerrado, ao licenciar-se em Filosofia, pela Universidade Católica de Brasília (1999), tornar-se bacharel em Teologia pela Università Pontifícia Salesiana - Roma (Itália) (1993) e ter se graduado em Economia, pela Universidade da Amazônia (1999). Andou anos e anos como docente na UNAMA e, mais recentemente, pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu de Mestrado Profissional em Gestão do Conhecimento.

E-mail: mtito01@gmail.com

### **Leif Ericksson Nunes Grünewald**

Fez bando na graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Espírito Santo, viajando do Oiapoque ao Chuí, ao se tornar Mestre e Doutor em Antropologia Social, pela Universidade Federal Fluminense (área de concentração: Antropologia e Filosofia). Quis aprender sobre rituais de verdade e figuras do sagrado tanto no estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, quanto ao experimentar ser professor visitante no mesmo programa de Pós-graduação, trabalhando ali com a relação entre metafísicas comparativas e pensamento ameríndio. Foi nômade, em 2019, como pesquisador visitante na Escola de Ciências Sociais e Filosofia da University of Kwazulu-Natal (Durban/África do Sul), na área de Metafísica. Realizou estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná e atuou como pesquisador visitante junto à equipe do ERRAPHIS (Eixo LESPHI), no Departamento de Filosofia da Université Toulouse II – Jean Jaurès e no Anthropology Media Lab do University College London. Sua maior errância se deu ao iniciar estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Integra o quadro de especialistas do *Policy Lab*, da Unesco, e é professor efetivo do quadro permanente do DFCS/Universidade do Estado do Pará, integrante do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Filosofia e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, onde também atua como vice-coordenador do Programa.

E-mail: leifgrunewald@gmail.com



# O Príncipe da Chuva: testemunho sobre silêncios periféricos

Ray Carvalho



th, th, th...

Pelo som entrepassado das gotas, respingos de memória corporificam uma nova história, às vezes dispersa, outras condensada, um reflexo da ‘sociedade líquida’ embaçada. O que hei de contar não se passa num tempo longínquo, numa terra distante, com personagens enigmáticas capturadas numa trama heroica, relato a arte do cotidiano que ocorreu na vida de alguém próximo, um amigo. Com meras palavras sobrevivo àqueles que já se foram, deixando registrado o afeto marcado em mim, na construção de um mito da atualidade.

**C**omo de costume, Mirella se levantou de sua cama por volta das 4 horas da madrugada, colocou seus óculos castanhos frouxos, amarrou o cabelo armado e foi em direção à cozinha para passar café enquanto intercalava os cuidados de sua higiene pessoal. Ali também terminou de preparar as marmitas, com um tanto de comida que sobrara das últimas refeições, e com a que acabara de fazer. Deixou um pouco nas panelas para que seu filho tivesse algo para almoçar durante a tarde. Com o café requerendo suas mãos e sua consciência, adentrou a sala da pequena casa em busca de alguns utensílios de costura, no intuito de remendar sua bolsa que, há meses, estava com os dias contados. Cada passo dado cuidadosamente em silêncio, feito com a maestria de uma onça — *expertise* adquirida com perfeição em respeito a Alisson, seu filho. Sem muito estender-se, finalizou os detalhes para sua saída, precisava ater-se ao tempo para encarar a longa viagem que

rotineiramente fazia em direção ao centro da cidade, onde trabalhava como auxiliar de limpeza. Alisson, por sua vez, um jovem beirando os 15 anos, permanecia sobre a cama enrolado nos lençóis, acordava um pouco mais tarde para ir à escola e, sozinho, passava boa parte dos seus dias, até que sua mãe voltasse às dez da noite. Moravam somente os dois na residência, o pai havia partido muito cedo sem dar motivos de seu desaparecimento, havia se perdido entre isqueiros e leite talhado.

Nesse mesmo dia, no retorno para casa, Mirella já no segundo transporte público, com a cabeça escorada sobre a janela gelada e as pálpebras pesadas ameaçando fecharem-se, de súbito, desperta, em alerta, devido às fortes luzes e sirenes que invadem as vidraças do coletivo. São viaturas, produzindo estardalhaço na retirada de uma imersão policial no morro — descobre, pelo áudio de uma vizinha no *whatsapp*, que estavam novamente em busca de drogas e armas. Nada incomum, entendia essa prática coercitiva como um meio covarde de controle, afinal, para ela, a periferia havia se expandido tanto que hoje, do topo do morro, o dono da boca mirava os olhos do rei. No entanto, a sensação de perigo era inevitável, as cores e sombras do *giroflex* a faziam dar uma volta em tempos de chumbo enquanto esperava o engarrafamento, ocasionado pelo bloqueio das ruelas, se dissipar. Chegou em casa, a comida gelada ainda estava nas panelas, denunciando a ausência do filho e, por isso, o silêncio já não era mais bem-vindo. Ligou a televisão para espantar a solidão. Na tela, estampada em retrato das ruas, está a imagem de Alisson, apontado como suposto traficante que, por meio da feliz investida policial, havia sido abatido e morto. Do filho, pouco se sabia até então, como se encontrava

naquela situação, por exemplo, era um mistério. A mãe perplexa com a notícia se quebra, e de dentro da fissura despencava o mundo, levando embora tudo, seu futuro.

\*\*\*

Alisson era irredutível, com desejos necessariamente múltiplos de verdades férteis, diferente e plural, radicalizava conhecimentos locais. Essa era a mensagem que seus familiares pregavam durante seu funeral, prezando por aquilo que destoava da mídia e das redes sociais como sendo a face do crime. Para muitos de seus amigos, aquela celebração nada tinha de despedida, pois quem conseguia formular o luto na imagem de um desconhecido? Buscavam, na morte, resgatar sua potência de vida. Atordoados, queriam mesmo era fazer vibrar as cores da camiseta do seu time de coração vestida no caixão, como se o brandir pudesse apartar do lugar o preto e branco enquadrado nas molduras de concreto. Mirella, mais amofinada que os demais, não aguentou a situação e decidiu ir embora. Durante toda a missa e vigília havia permanecido em silêncio. Foi somente com sua saída que as pessoas ao entorno sentiam que ela tinha algo a dizer, e foi em forma de sapateado que ela os alertou: dessa vez não importava se Alisson fosse acordar, marcharia em busca de respostas.

O registro funerário pouco tinha a dizer, a autópsia pouco tinha a dizer, foi então à delegacia pedir esclarecimentos sobre o relatório do policial, e esse pediu à recepcionista para dizer que não estava. O que se sabia da morte do jovem era somente o resultado de sua consumação, ditos pelo tingimento do sangue feito pelas balas à queima-roupa. A falta de sentimentos dispensou a empatia. O rela-

tório era contraditório, e da mesma ordem do desinfetante, do guarda-chuva ou do item do manifestante, foi o inseticida que o confundia com um traficante. “Inacreditável”, pensou — transparecendo pela primeira vez um pouco da sua raiva. Como poderia haver tão pouco a ser dito sobre alguém, mesmo que este fosse um indigente, ou um “criminoso” como o filho. Não podia acreditar, mas ainda assim, pairava a dúvida. O fato de trabalhar tantas horas no dia fazia com que Mirella tivesse pouco convívio com Alisson, desconhecendo a realidade em que o jovem estava inserido, mas ainda tinha a esperança de que o acordo não dito entre os dois prevalecesse: de que cada um faria sua parte na esperança de dias melhores.

Saindo do local, concluiu: “isso tudo é tão irreal, que recorrer ao inimaginável, seria crível”. Nesse mesmo instante, não muito longe de onde estava, escapando de um matagal, avistou uma cobra, que, talvez por conta do clima quente e úmido, estivesse buscando se resfriar. Amedrontada, percorreu com os olhos o raspar do réptil até que este encontrasse as calçadas, e assim que o primeiro raio de sol bateu em seu couro, fazendo-o atiçar, refletiu nas escamas as cores de um lindo arco-íris. Visão de segundos. Bela, mas assustadora. Logo em seguida, a cobra já havia regressado ao mataréu. Novamente correu os olhos ao redor para indagar se alguém havia compartilhado a mesma percepção, mas ninguém demonstrou nenhum indício de desassossego. Lembrou-se que, em outra ocasião, uma colega de trabalho havia comentado sobre um terreiro muito conhecido na região que utilizava a cobra-arco-íris como símbolo, famosa por produzir, em sua pele, o fenômeno da iridescência. Naquele instante de insolúveis vazios, isso bastou, pois tinha certeza de que era um sinal.

Mirella, resolveu então ir ao encontro da Mãe de Santo responsável por mais da metade das cabeças do morro, Ialorixá Darlei, filha de Oxumaré que, assim como seu pai de cabeça, apresentava irresolutos traços masculinos e femininos em sua fisionomia envelhecida. A senhora, de ar demorado, aceitou acolhê-la e depois de uma breve conversa retira de trás das cortinas no altar de sua casa um jogo de búzios “bença, Oxum”. Sob a luz de velas e cheiro de mar, anunciado pelo tilintar dos sinos, chega a previsão: “minha filha, cê tá disposta a perder a vossa imagem em troca da verdade do seu fio? Então tome ciência, a ferida será muito maior que a mudança”. Após uma pausa, a senhora continua; que se a mulher concordasse em aceitar o dilema, haveria de ceder uma parte de si por hora desconhecida e que ela ajudaria sem cobrar pelos seus serviços. Mesmo nunca tendo engravidado, Darlei tinha muitos filhos e entendia como ninguém a dor da perda de cada um deles. Mirella titubeou inicialmente, não aceitava perder mais nada para provar a inocência de seu filho, na luta contra a estrutura que apaga a experiência periférica, mas cedeu.

Voltou para casa, já estava tarde. Teria de preparar mais uma refeição que seria destinada a outro, como aquelas que produzia de madrugada e que perderam sentido no último dia. Preparou um ànàmò ejò — batata-doce amassada em forma de cobra —, pôs sobre um prato forrado com folhas de taioba e despejou por cima um montante de dinheiro que guardava para emergência — seguia os passos sob direção de Mãe Darlei para fazer uma oferenda a Oxumaré. O trabalho tinha como objetivo a ascensão de uma epifania, encontrar as brechas que haviam sido passadas despercebidas. Foi para a rua em busca de resolução, e durante o ritual,

desabafou, desabou: “arroboboi, Pai! Você tem noção de quanto luto, das lutas que travei comigo mesma e ainda travo. Pai, te peço força, te peço um caminho para a mudança, te peço uma ajuda para ver, para entender o que aconteceu. Porque mesmo o arco-íris que só aparece depois da chuva precisa que levantemos a cabeça e suspendamos a visão para contemplá-lo, senão... de que adiantaria borrar as cores se não for para pintar a alma”. Esperou uma resposta... e por ali ficou por horas banhada pela luz do luar sem nada acontecer.

A manhã seguiu, assim como outras, carregando o desamparo do colo no embalar das insôrias, motivo para amorgadear as horas numa desilusão desenfreada. Mesmo sem o retorno divino, decidiu continuar suas buscas pela verdade. Trabalhava incansavelmente e passava o restante do dia atrás de informações sobre o ocorrido, manifestando-se em todos os espaços que podia com o intuito de elucidar à comunidade onde morava sobre o real perigo que seus jovens corriam cotidianamente, tornando-se sem demora alvo discreto da milícia da região. De tanto correr atrás de sentido nas palavras, já não dormia direito, nem comia, seus pés estavam em carne viva, mesmo assim continuava. Seu objetivo específico era a formulação de documentos que validassem a vida de seu filho, pois os que existiam não bastavam. Faltavam palavras para descrever, as que serviriam para capturar o passado jamais foram inventadas, e as que a família utilizava não poderiam ser ouvidas pelo sistema que nada tinha de legal.

\*\*\*

No caminho à ionosfera, guiado desde a terra pela estrela dourada que cintilava na poça d'água de onde surgiu, um eflúvio é aspirado para dentro de uma nuvem solitária. Capturado pelo alento anil do berço das manhãs, decide fincar morada. Justificava seu exílio por não conseguir mais avançar, tinha vontade de voltar, mesmo assim, sabia que só descansaria se fosse adiante. Assim estava, entre dois extremos, ouvindo os chamados de sua partida, os trovões que de longe o alcançavam. Dentre eles, um se destacava, a fagulha que gritava mais alto que as demais, e por esta, Alisson subindo aos céus, decide ficar. Mesmo longe, podia ver e ouvir nitidamente as lamúrias de sua mãe, e não seriam estas um choro compulsivo, mas todos os empreendimentos exercidos para que sua vida fizesse sentido. Em nenhum momento descansando, colocando a própria vida em perigo — o jovem não conseguia partir, pois sabia que sua mãe pereceria se permanecesse agindo dessa forma. Entretanto, naquelas condições, ele não podia fazer muito mais a respeito, mal havia entendido a sua situação para que pudesse tirar dela algum proveito. Por ali ele ficou. Esperando. Olhando para baixo.

Com o passar das horas a nuvem que habitava diminuiu, logo mais sumiria por completo, o obrigando a zarpar. Foi então que avistou subindo aos céus num ritmo ondulado uma névoa faceira que brincava com o raiar do nascer do dia vindo do horizonte, deixava-se ser atravessada pelo vento, aves e cores. Aproximando-se dele, a névoa diminui sua velocidade, espalha-se pelo ambiente, e por dentro de suas gotas cristalinas surge um arco-íris. O senhor da mudança apareceu. Axé, Oxumaré! Estava ali porque havia sido

chamado e sem exceção respondia aos filhos. A majestade, com olhar amoroso, tinha algo a dizer, uma solução a oferecer, cabia ao garoto decidir se iria aceitar ou então esmaecer. Sabia que o menino queria estabelecer contato com sua mãe, mas nada nessa vida é de graça, o advertiu. O caminho que Alisson trilharia, se optasse continuar, não teria volta, e se este não tivesse êxito, tanto ele quanto sua mãe se perderiam e nunca mais voltariam a se ver. O jovem bastante fragmentado, ainda com muitas dificuldades de juntar os pedaços da sua história, entendeu as consequências, mas não podia ficar de mãos atadas enquanto a mãe desatinadamente encurtava sua vida ao tentar provar a dele: “Senhor, eu aceito o inferno de braços abertos se as pessoas que amo puderem aproveitar a eternidade no paraíso.”

Para quem não sabe, o senhor da riqueza possui muitos meios para abrilhantar as coisas, mas um deles é indubitavelmente o mais rápido: para fazer tudo luzir, bastava agitar sua faca de bronze. E assim o fez (zum...). A pequena nuvem começou a crescer e se tornar uma tormenta nebulosa. A lâmina da faca atravessou o tronco do menino e do corte em seu peito passou a pingar sentimento. O filho choveu. Ao que tudo indicava, aquilo que caísse no mundo dos vivos não mais retornaria, por isso, Alisson haveria de conter seus pingos, sendo preciso para que nada fosse desperdiçado. Contudo, sabia que isso seria quase impossível, pois algo sempre se vai, e com o tempo é esquecido. Nessas gotas uma parte de si se ia também, como uma chuva de verão.

\*\*\*

A mãe estava em casa quando começou a chover, o que dificultava sua saída, mas não a impediria de ir às ruas manifestar-se. Terminava de ajeitar os cartazes com frases de efeito contra a violência policial quando percebeu uma goteira no centro do teto embolorado do quarto, do mofo fluía um líquido manchado de óleo que refratava estrelas no forro de plástico devido à iluminação artificial. Mirella recorreu a um balde para impedir que seu colchão acabasse encharcado e imundo e, por ali, sentada sobre a cama, ficou para ter certeza de que nenhum novo afluente surgisse. Não se surpreendeu com o ocorrido, passara tantos dias longe dos afazeres domésticos que lhe pareceu razoável. Com o corpo esfriando e hipnotizada pelas gotas marcando compassos, o sono começou a surgir na guerreira que há tempos não tirava um bom descanso. Escorou a cabeça no travesseiro e adormeceu.

\*\*\*

Era véspera do Dia dos Pais, mãe e filho compartilham um dos poucos sábados que podem juntos, até que Joca, um dos amigos de Alisson, bate à porta: “e aí, cupincha! As ervas não vão se plantar sozinhas. Bora dá pé.”

A matriarca, assustada com o conteúdo do comentário, indaga o filho: “como assim, moleque”. Este só dá gargalhadas.

“Relaxa, coroa... Nada que um dia a senhora não vá usar. Confia em mim, tá tudo certo”, responde o garoto enquanto era carregado pelo companheiro porta afora.

Alisson fazia chover para respingar nos sonhos de sua mãe, as suas memórias, trazer conforto. Ele a queria bem, queria dizer

que estava tudo bem, que ela podia parar de procurar respostas e pensar mais nela mesma, no seu bem. Mirella, por sua vez, interpretava algo totalmente à parte do recado. Desta lembrança, analisou somente o seu descaso frente ao filho que demonstrava sinais evidentes de envolvimento com o tráfico. Como podia ter deixado isso passar despercebido? Por que não seguiu o rapaz no dia? Não podia acreditar no passado. Inconscientemente, julgou que a distância adquirida com o passar dos anos entre os dois, devido ao seu trabalho, a tinha transformado numa mulher cega. Imersa em lembranças, se afogou em lágrimas. Reviveu dores com o filho, intensificadas pela sua partida, que nunca havia cogitado. A culpa fez com que ela entrasse em estado de alienação. Se só dela dependesse, não mais acordaria. E assim o fez, ficando deitada. Queria continuar por ali, no mundo dos sonhos, onde mesmo em lembranças negativas poderia estar próxima do filho e aproveitar a chance de viver o que lhe fora roubado.

Vendo de cima, o filho acreditou ter acelerado ainda mais o processo de adoecimento da mãe, entendendo seu fracasso inicial, decide não desistir e intensifica sua jornada. Sabia que logo mais, se ela continuasse naquela situação, o tempo se esgotaria. Por isso, continuava a chover, enviando imagens ainda mais fortes do que aquela que havia implantado primeiramente, como as cenas do dia do seu nascimento; do dia que aprendeu a andar; do dia que havia se machucado na escolinha e a mãe fora lhe acolher; mas nada surtia efeito, só reiterou o fim, de que ela faltou nos cuidados do filho. Mirella entrou em estado de abatimento profundo, ainda mais inacessível em razão do seu estado sobrecarregado pelas demandas dos últimos dias. Alisson, aos prantos, continuou a mo-

lhar sem parar, precisava alegrar e dar forças à mãe a todo custo. Se fazia jorrar, insistiu até perder boa parte das suas memórias, até o ponto que só se fazia cair por cair, até secar e sua nuvem sumir.

\*\*\*

Th, th, th...

Com o acúmulo de água, o balde transbordou sobre a cama, embebedando as fronhas e as almofadas de algodão, esvazian- do sobre o corpo os licores matizados impregnados de gordura. Como se já não bastasse, os cabelos úmidos grudados no rosto impediram Mirela de respirar, e num movimento reflexo saltou do leito. Desnorteada, buscou respirar fundo — o cheiro a despertou —, desolada, desmoronou a chorar — as lágrimas tornavam-se ir- risórias no montante oceânico que ilhava sua pele. A circunstância era difícil de engolir, precisou se situar. Olhou ao redor, buscava entender a bagunça que havia acontecido. Enquanto investigava, percebeu que o telhado infiltrado derramara sobre a cama um lí- quido verde-escuro, fazendo do lençol branco um manto de terra por onde raízes surgiam como para fortalecer as folhas entristeci- das de passado, se deu conta que ali estava como uma planta. Tal incidente a fez lembrar do sonho com o filho na véspera do Dia dos Pais. Conscientemente, escanteou a tristeza e deixou que a ira emergisse. Agora, gostaria de prestar contas com Joca, o amigo de Alisson que o havia levado para o mal caminho, e mesmo que não fosse o caso, ela tinha certeza de que este sabia mais do que estava externalizando nos últimos meses.

Liga para a mãe do garoto, uma amiga de infância que man- tinha contato esporadicamente. Ela atende à ligação, e antes que

Mirella pudesse dizer qualquer coisa, a moça transmite suas condolências. Mirella finge dar ouvidos e logo prossegue com seu pedido — tinha certeza de que a ajuda viria, pois é muito custoso negar favores a uma mãe enlutada. Depois do choro contido expõe a indagação que motivou a ligação.

“Então, Valeria. Estou com algumas coisas do Alisson que gostaria de doar pro Joca, sabe dizer onde ele está agora? Gostaria de aproveitar e falar com ele”.

Descobre com êxito a localização do garoto.

Chegando no local, bate com força na porta verde enferrujada na entrada da residência, mas ninguém atende. O parceiro de seu filho, pelo que parecia, não estava ali. Mas Mirela não desiste e continua chamando.

A tromba d'água recente havia feito um lamaçal no morro, e seus rastros de barro pelas ruelas promoviam contrastes de tensão no ar, como se anunciasse o conflito que estava por vir.

Espantado com o barulho, na descida do morro, Joca deslizando sobre os chinelos vermelhos sobe em sua direção.

– Tudo bem, senhora?

– Tudo ótimo, Joca! Como poderia estar melhor?

– Desculpe, senhora. Não tive a intenção...

– Intenção de quê? De passar por cima dos sentimentos de uma mãe, de anos de sacrifício, de sonhos muito maiores que você?

– Eu não estou entendendo. Aconteceu alguma coisa?

– Me diz você, Joca! Por que não me disse que meu filho estava envolvido com o tráfico?

– Espera aí, tia... eu... (disse com a voz embargada).

– Sabia que não podia confiar em você! Como pode levar ele para esse caminho? Você sabia que maconha, independente da quantidade, leva muitos garotos da sua idade embora?

– Maconha?! Mas Alisson não fumava maconha.

– Então que planta era aquela que vocês tanto falavam?

– Dona, da forma que a senhora gritava nas ruas depois da morte do Ale, eu imaginei que já soubesse. Alisson havia sido morto injustamente, a garrafa de inseticida que carregava nas mãos e confundida injustamente com uma arma era prova disso.

– Como assim?

– Espere um segundo.

Joca, vai em direção à porta esverdeada, com o som das chaves batendo no trinco a abre e expõe, no seu interior, um terreno aberto rico em plantas.

Mirella enche os olhos, embasbacada com o tamanho do local, em choque pela falta de conexão, espera que Joca explique o que aquilo tinha a ver com o filho.

– Então, no dia que Alisson foi interceptado pelos *porcos*, ele saia daqui e ia para casa lhe contar suas conquistas. Eu estava com ele, e esse, só se fazia em sorrisos que não podia conter. Este lugar, dona, é produto do sonho de seu filho. Ele queria ser biólogo e aqui ele aprendia o que podia sobre botânica. Mas acima disso, ele queria que seu conhecimento melhorasse a vida das pessoas no morro, queria que suas plantas dessem alimentos de qualidade para melhorar a saúde do povo. A safra composta aqui seria enviada para ajudar nos insumos da escolinha que Alisson estudava e que sofreu uma baixa dos investimentos do Estado nos últimos anos (fala enquanto se ajoelha para pegar um ramo da horta). Na-

quele dia ele havia conquistado a façanha de fazer brotar um tomate, por meio dos esforços operados com um inseticida natural que impedia pragas que ele mesmo criou.

...

– Ele queria ser biólogo?

– Meu menino numa faculdade? Ajudar o morro? Para mim ele sempre foi um Príncipe preocupado com seu povo... Você sabia que dei o nome Alisson a ele porque adoro plantas? A flor de alisso, também chamada de flor-de-mel, como um dia o meu menino viria a ser, doce. O plantio é uma tradição da nossa família, o cultivo para nós é o ato de amar, cuidar. Fico muito feliz de ouvir que ele gostaria de espalhar seu amor pela favela.

\*\*\*

Engana-se quem acha que por meio do depoimento de Joca, Mirella tenha encontrado algum alívio. Desde a morte do filho ela buscava desculpas para fugir da realidade, mesmo seu ativismo era usado como tamponamento das suas dores. Contudo, naquele instante, foi a primeira vez que conseguiu lembrar inteiramente do filho, e com isso, pode enfim se despedir.

O que os dois não sabiam, é que o filho, na tentativa de curar a mãe, soterrou com a chuva o único lugar que afirmava sua potência criadora em vida, sufocou as plantas que a custo tinha feito crescer. O lugar estava às pencas, precisava de atenção, de cuidados. Defrontando a situação, a mãe não queria mais justiça, não acima da sua sanidade, queria sossego, dar tempo para suas feridas cicatrizarem. Via no legado do filho a chance de trabalhar a falta que fez morada nos últimos dias, e ainda, lutar pelos jovens da comunidade. Como

não conseguiu cuidar de Alisson da forma que gostaria e poderia, buscou cuidar da horta deixada por ele. Pelo cuidado, aprendeu sobre ela mesma e não demorou muito até que sua história ficasse conhecida na região: “a cooperativa que conseguiu abastecer metade dos insumos alimentícios da escola São Judas no morro da Cruz” chamou a atenção dos repórteres. Na entrevista impressa nas bancas de jornais, contou a verdade sobre Alisson, sobre sua herança, seu potencial criativo, e pôde, através do carinho, fazer a diferença. A visibilidade que a matéria concedeu para o caso, fez com que um inquérito sobre a ação policial no morro fosse aberto, permitindo que a imagem de Alisson fosse restituída.

E quanto ao filho. Bom... ele foi chuva. Caiu sobre a terra demasiadamente até sua nuvem se extinguir, banhou mares e rios, nutriu as plantas, Alisson ganhou vida.

## Epítáfio

Por que escrevo essa história? Porque gostaria de criar mitos da atualidade ao afirmar a diferença dos povos periféricos, recentralizar a discussão, mas sobretudo, porque entendo que um dos sentidos da palavra é registrar e não somente comunicar, dar vida ao que já se foi, ecoar o silêncio. Essa escrita testemunho fantástica, busca dar sobrevida ao carregar nomes, experiências, afetos dos que já se foram, em especial, a um amigo de infância que foi vítima de violência policial, e fazer lembrança na política da memória, o presente atualizado na narrativa individual do trauma coletivo. Trabalhar a vida pela morte é elaborar o luto numa socie-

dade que mata<sup>1</sup> sem respiro e que abafa suas feridas, é fazer casca e urrar de dor pelo que nos foi arrancado.

“O princípio da chuva” é um aglomerado das sensações que tive, que sou, que compartilho com outros. Ele nos coloca a pensar os corpos que estão sempre apartados, nos extremos, dissonantes. Nos mostra a potência que existe nas frestas, no indizível, dentre mundos. Ele é uma experiência do entre, como a encruzilhada, e só pode ser compreendida em sua multiplicidade. Foi condensando os aprendizados que construí junto ao Apoio Matricial em Socioeducação do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS/UFRGS) que pude elaborar essa escrita. Por isso, agradeço ao Apoio, que me foi encontro, com a arte e com as juventudes, espaço de rupturas nas formas hegemônicas de viver e habitar cidades, criando abismos entre as representações, sopros entre palavras... desejo.

---

1 Segundo denúncia do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, o Brasil foi responsável por cerca de 20,5% dos homicídios notificados em todo o globo em 2020, vítimas em sua maioria jovens. Esses e outros dados apontam para o que estudiosos têm identificado como juvenicídio, termo cunhado por José Manuel Valenzuela Arce que trata não somente da mortalidade, mas da impossibilidade de construção de projetos de vida e futuro.

**Ray Carvalho**

Cotista graduando em Psicologia pela UFRGS e estagiando no projeto de extensão Apoio Matricial em Socioeducação, vinculado ao CIESS. Minha caminhada junto às juventudes beira o familiar das manhãs, uma simpatia por portar no corpo marcas que me colocam em lugares como os do jovem que a justiça se ocupa — aqueles produzidos sobre o signo da criminalidade que nós ‘piás’ pobres, pretos e periféricos decoramos desde pequenos. Acostumado a caminhar pelas bordas, por becos e aberturas invisíveis à geografia da cidade de Porto Alegre, hoje dedico boa parte do meu fazer artístico ao pertencer e ao en-ray-zar-se, promovendo novas formas descentralizadas de viver e habitar cidades.

E-mail: rayoak12@gmail.com

## **Poema Real (música)**

*A chuva sabe a hora certa de cair  
Talvez, com o barulho das gotas  
você consiga relaxar e a dor diminuir*

*th, th, th...*

*Sol lá, frio aqui  
Se tu me faltas dó de mim  
Sei lá, si, dó pra fá  
Sustenta um tom pra recordar em canto*

*A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango  
A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango  
Barco de papel molhado em  
Chuva de pitanga  
Efluvia minuano em  
Direção a Aruanda*

*E se por um acaso retornar  
Voltar a ser criança  
Nessa dança da cadeira sempre sobra um lugar pra tu...*

*A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango  
A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango*

*De quadro em quadro  
Um não-lugar  
Pertenço a mim, vai passar  
Se não me tenho  
Não perco mais  
Pertenço a mim, vai passar*

*A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango  
A vida em marcha ré  
sabor de picolé morango*

*th, th, th...*

*O doido não é a morte  
mas o motivo de morrer  
Muito menos a saudade  
mas a falta em vida que deixa vazios no fim.*

*Ray Carvalho*



# Silêncios e escutas: vibrações, reverberações e capturas na Assistência Social

Fabiana Meijon Fadul



**I**nicio este texto<sup>1</sup> convidando você a se assentar debaixo de uma frondosa árvore. Sabe aquela árvore que fica na pracinha de frente para o CRAS ou para o CREAS? É essa mesmo de que você está se lembrando, aquela que fica bem pertinho da sua unidade, pela qual você passa todos os dias e que a correria do cotidiano no SUAS não tem lhe permitido parar e contemplar. É essa!

É aquela árvore que era pequenina, que brotou da força de uma semente teimosa que furo o concreto lá em outros tempos, por volta do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando o país vivia a efervescência do processo de redemocratização e a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS era promulgada. Quantas primaveras, verões e tenebrosos invernos essa árvore já não viveu desde então? Pois bem, é sob a sombra dessa árvore que me assento junto a você para conversar sobre o que tem me inquietado no SUAS.

Se existe uma inquietude é porque existe o lugar do desconforto, um lugar para um não saber, que abre espaço para que algo seja criado. É instável, eu sei, essa sensação, principalmente porque somos treinados em raciocínios positivistas que nos pedem, constantemente, por certezas e definições. Sustentar uma inquietude desconfortável é uma possibilidade de abertura para o pensamento que coloca sob análise crítica determinadas realidades. E, na política de Assistência Social, isso não é tarefa das mais simples.

---

<sup>1</sup> Essa crônica foi produzida com fragmentos da pesquisa de Doutorado “As famílias e suas vozes: o que querem as famílias da assistência social”.

Não me refiro à crítica pela crítica, mas ao entendimento foucaultiano de que “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (Foucault, 1979, p. 40). Analisar criticamente a assistência social é nos perguntar como as relações de poder institucionais e os discursos de verdade são produzidos, e de forma mais relevante ainda refletir sobre como elas funcionam e quais efeitos esses funcionamentos podem produzir.

Assim, poderia ser possível, talvez, fazermos uma lista enorme com situações que geram inquietações. Aqui debaixo dessa árvore poderíamos conversar sobre a precariedade das condições de trabalho e da remuneração dos trabalhadores do SUAS; sobre o clientelismo e a politicagem que insistem em povoar o cotidiano da gestão pública até hoje; sobre a conjuntura política de desmonte e retrocessos das políticas sociais advindas desde a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que provocou o congelamento dos investimentos na área social. Poderíamos conversar, ainda, sobre a ascensão do discurso ultraconservador que é perigosamente racista, classista e sexista; sobre a polarização política e o conservadorismo crescente da sociedade brasileira, que culminou na eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018; sobre as narrativas negacionistas impostas no trato com a pandemia, as quais ampliaram o caos social e as desproteções na sociedade brasileira; poderíamos conversar sobre uma infinidade de outros assuntos que tocam o campo da Política de Assistência Social.

Poderíamos conversar sobre tudo isso, elaborando discursos com palavras fortes de indignação e de repúdio por horas, tecendo diversas considerações, mas sem os colocarmos no centro desse

debate. Assim, o convite para esse ‘dedo de prosa’ nos invoca a pensarmos sobre como as nossas práticas de trabalho social com famílias no SUAS têm contribuído para a manutenção desse cenário. A serviço de quem temos colocado o nosso corpo e os nossos saberes para operar?

Para tentar caminhar com essas perguntas, compartilho um fragmento de cena de uma observação de cotidiano de um CRAS:

*Era uma tarde quente, o ventilador soprava um vento abafado que fazia tremular um cartaz mal pregado no quadro de avisos do equipamento. Como diz o ditado, “não havia viva alma ali”, exceto talvez por um cachorro caramelô que estava deitado na porta do CRAS... Uma mulher jovem entrou e quebrou o silêncio do ambiente e, ao ser acolhida pela recepção, apresentou suas necessidades, concretas e objetivas, pois tinha perdido o emprego na pandemia e o seguro-desemprego tinha acabado. Quis saber sobre o Cadastro Único e sobre cursos profissionalizantes. Sua fala, muito tímida, chamou a atenção, pois se reconhecia nela uma urgência e uma angústia, não apenas da concretude quanto à solicitação das informações do cadastro que buscava, mas de uma vontade de ser escutada para além do que ela mesma perguntava.*

*A atendente, muito cuidadosa e disponível, fez algumas breves explicações burocráticas e agendou o atendimento técnico para dali a uma semana. Notei que a vontade de falar, nessa mulher, era contida pela burocracia institucional do agendamento. Ela guardou os papéis, recolheu sua angústia, o silêncio se reinstalou, o ventilador voltou a soprar e a zunir um ruído quase imperceptível, mas profundamente irritante, e ela seguiu o seu caminho, muda. Ao sair na rua, se esgueirou de cabeça baixa por uma nesga de sombra que o muro fazia no entorno do equipamento.*

Essa cena foi uma vivência real e produziu um campo de instabilidade profundo em mim, pois a jovem mulher tinha contor-

nos de anestesiamento da vida, de um silêncio e de uma suspensão de sentido que tenho notado há alguns anos na política de assistência social, mas cuja origem não sabia nomear ou explicar até o momento em que essa sensação se tornou um campo de efeitos que me atravessou, com tamanha intensidade, e foi capaz de resumir muito das minhas inquietações no SUAS: o silêncio e seu ensurdecedor barulho.

### **É possível escutar o silêncio?**

Em todo o meu tempo de experiência profissional como trabalhadora do SUAS, considerei essa política como barulhenta! Um barulho inicialmente bom, gostoso de escutar já que onde há vida, há movimento, há som, há energia. O cotidiano do CRAS era puro movimento, pura ação:

*Em uma tarde de quinta-feira, no final de novembro, em meados de 2008, o CRAS estava em pleno movimento, usuários na recepção aguardando o atendimento, telefone tocando, crianças ocupando a área comum do equipamento jogando totó; na sala ao lado acontecia um grupo de famílias, escutava-se vozes animadas dialogando sobre os desafios e as possibilidades da vida compartilhada naquela comunidade. No auditório, uma técnica preparava o espaço e os materiais para uma reunião que aconteceria no início da noite, papel kraft, canetas, pincéis de todas as cores — tudo pronto para a construção da ‘árvore de problemas e soluções’ que seria produzida com a comunidade e a qual utilizariam para orientar o nosso planejamento do próximo ano.*

*Eu havia acabado de chegar de uma visita domiciliar às famílias que moravam em uma parte distante da sede do CRAS, mas que fazia parte do nosso território de abrangência, uma região do território ainda mais vulnerabilizada e com precária infraestrutura, visto*

*que se iniciava ali uma ocupação urbana. Minha tarefa, naquele dia, era fazer a acolhida e cadastrá-las no CRAS.*

*Recordo-me que parei na escada por um instante, escutando aquele burburinho de vozes. Eu era uma jovem psicóloga e estava abraçada à minha prancheta repleta de papéis com anotações e uma infinidade de formulários de encaminhamentos, olhei de forma panorâmica aquela imagem: o CRAS se misturava com a comunidade e comigo e eu conseguia ver e sentir que vida pulsava ali.*

Essa é uma das lembranças mais afetuosas que tenho do começo da minha atividade profissional no SUAS, e confesso que há algum tempo essa sensação vem desaparecendo e dando lugar a um certo esvaziamento que me instiga a tentar explicá-lo. Como é possível sentir o esvaziamento quando, especialmente no contexto da pandemia, os CRAS têm ficado repleto de usuários?

Ultimamente, ao dialogar sobre as práticas no SUAS, com meus pares profissionais, a sensação compartilhada é de as unidades estão lotadas, com filas enormes nas portas e os profissionais esgotados de tanto atendimento. O CRAS como um balcão de informações, essa tem sido a metáfora usada.

Talvez o vazio não esteja diretamente relacionado à presença ou à ausência de pessoas, mas sim à falta de sentido que o campo das práticas de trabalho social com famílias tem passado nos últimos tempos.

Temos atendido cada vez mais usuários, mas será que temos realmente nos conectado com eles? Estamos realmente escutando-os ou somente ouvindo e processando demandas?

Em uma busca rápida no dicionário, encontramos que ouvir é o ato mecânico referente ao sentido da audição; já a escuta é uma

ação que depende da vontade de prestar atenção, de compreender o que é dito, portanto implica reflexão e assimilação do conteúdo vocalizado. Essa assimilação do que é vocalizado passa pelo campo do reconhecimento.

Segundo Judith Butler, “o reconhecimento depende das condições de ser reconhecido e estão igualmente condicionados à inteligibilidade ou ao “esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (Butler, 2015, p. 21).

Quais esquemas de reconhecimento estamos utilizando nas práticas de trabalho social com famílias? Historicamente, no campo da assistência social, temos compreendido pouco como a colonialidade do poder, que se associa ao racismo, a necropolítica e a lógica patriarcal dessa sociedade colonial capitalística têm operado para fazer morrer a existência da diferença, da potência da vida. Pouco se comprehende também sobre as práticas de resistências que as famílias criam em seus cotidianos.

As famílias, e seus *lócus* de vivência e toda a multiplicidade que representam, realmente são tomadas como referência ou são apenas recursos retóricos e normativos que estamos utilizando nas nossas narrativas? Logo, de nada adianta toda essa luz que se joga sobre a família — a centralidade na família contém um excesso de luz que pode cegar e, com isso, fazer emergir a invisibilidade como um não reconhecimento da diferença que é dita e vivida pelas famílias. Tudo isso se traduz em uma incapacidade de escutar essas famílias, especialmente suas lógicas e práticas de resistência diante dos complexos circuitos de desigualdade que vivenciam. Pouco percebemos das diversas possibilidades de ser família, pois sempre buscamos reconhecer-las sobre as réguas colonizadas do ser uma ‘família vulnerável’.

Somos, eu e você, capazes de estabelecer outros encontros e, assim, escutar as famílias para além de simplesmente ouvi-las? Seremos capazes de ver o invisível, escutar o inaudível — nos conectar com outras frequências e sons? Seremos capazes de fazer do nosso encontro com elas — e delas conosco — um campo de efeito de maior potência para a insurgência de micropolíticas ativas?

Neste ponto, podemos nos interrogar se estamos realmente estabelecendo condições de vocalização para as famílias. O que aquela jovem mulher teria a dizer se realmente fosse escutada em sua necessidade de fala naquele momento? Para se estabelecerem as condições para emissão das vozes, é preciso romper com lógicas de escuta que não se afetam pelas diferenças, escutas que só ouvem o que convém.

Ela, talvez, nos contaria o que é ser uma mãe solo, recém-desempregada, que precisa assumir o cuidado com pouquíssima retaguarda social, que sofre ante as incertezas de uma vida não reconhecida pelo Estado. Contaria da angústia de ser mãe de um jovem negro que não sabe se voltará vivo para casa. Contaria sobre a dor de ver sua filha sendo alvo da violência doméstica, assim como ela. Contaria, enfim, sobre as vivências da desigualdade e do seu sofrimento ético-político diante das injustiças sociais que provocam um sentimento de desvalor e subalternidade que a faz se esgueirar pela sombra do muro (Sawaia, 1999).

Acima de tudo, ela nos contaria também sobre como tem criado estratégias de (re)existência ante esse cenário e isso oportunizaria uma infinidade de agenciamentos com as diversas possibilidades de composição de vida que não se resumem ao destino

trágico das estatísticas sobre famílias pobres. Contaria-nos sobre uma (re)existência produzida em uma realidade de desigualdade diferente da minha, que a escuto. Essa potência de vida seria, então, a força motriz para conexões mais potentes e inventivas, nas quais haveria legitimidade e reconhecimento da vocalização das famílias.

Talvez nosso corpo trabalhador e os circuitos de saber poder que tecemos com as famílias se colocasse em uma composição de forças mais insurgentes, que fizessem mais sentido, para elas e para nós mesmos; uma composição de forças na qual o nosso compromisso ético-político se sustentasse menos em palavras e mais em ações, de forma a não maltratar a vida (Paulon & Romagnoli, 2018). Nesse sentido, talvez o silêncio fosse menos presente e o barulho potente da vida se fazendo em (re)existência ecoasse com mais força.

No fim da nossa ‘prosa’, aqui debaixo dessa sombra, acredito que nos perguntamos mais do que respondemos, e está tudo bem não termos respostas. Pensar sobre inquietudes e desassossegos nesse campo de atuação pode dar a falsa sensação de que há uma ‘tranquilidade’ como meta que se deve buscar, mas isso é um engano. O campo de atuação ante o enfrentamento à desigualdade social não é mar calmo. Ele é, e sempre deverá ser, desassossegado por natureza; e dar visibilidade a essas sensações é tarefa urgente de exercício reflexivo no SUAS.

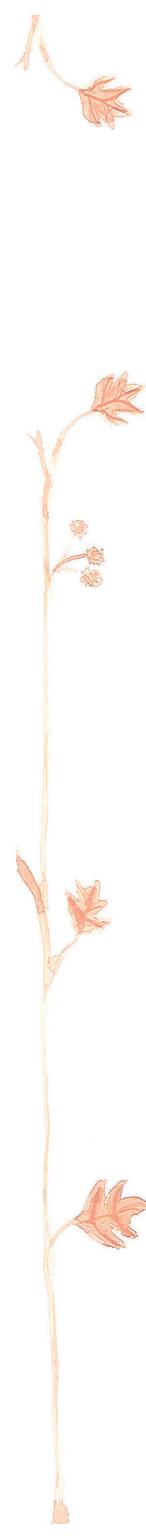
## **Referências**

- Butler, Judith (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* São Paulo. Civilização Brasileira.
- Foucault, Michel (1979). “A governamentalidade”. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro. Graal.
- Paulon, Simone M. & Romagnoli, Roberta (2018). Quando a vulnerabilidade se faz potência. *Interação em Psicologia*, 22(3), 178-187.
- Sawaia, Bader B (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social* (pp. 96-116). São Paulo. Vozes.

### **Fabiana Meijon Fadul**

Psicóloga de formação, inquieta por vocação, que começou a atuar no SUAS em 2008, inicialmente devido às circunstâncias do primeiro emprego e, até hoje, devido à força e à potência dos encontros que se fizeram na minha trajetória. Esses encontros com os diversos corpos que habitam a assistência social me levaram a uma atuação mais direcionada ao campo da gestão, especialmente da gestão metodológica de trabalho social com famílias. A vivência do cotidiano do SUAS me instigou a pesquisar os desafios da prática profissional e, dessa forma, adentrei na vida acadêmica percorrendo os caminhos do mestrado e do doutorado, como uma pesquisadora que teve como seu objeto de pesquisa a sua própria prática de trabalho e, assim, me misturei de forma orgânica com ele. Isso demonstra e corrobora que um dos pressupostos institucionais, o de que não é possível transitar em instituições de forma neutra, é uma máxima. Adoro mediar e facilitar processos de aprendizagem e educação permanente, sempre permeado de boas perguntas, que nem sempre são respondidas, mas que servem de estopim para reflexões críticas e deslocamentos sobre como temos operado nosso saber-poder no campo das práticas de trabalho social com famílias.

E-mail: fabianafadul@hotmail.com



# *Se eu pudesse querer...* Por uma política do devir

Kellen Maria Sodré Machado

**U**m, dois, três, quatro, cinco, seis... seis passos, seis anos. O número é sorteado entre múltiplos de três e cada passo significa um ano de vida somado a sua atual idade. Cada participante deve andar de acordo com o número retirado e falar sobre como pensa a sua vida naquela idade. Assim, o menino caminha em direção à difícil tarefa de imaginar um futuro que lhe parece abstrato demais... os passos largos e firmes de Nícolas não deixam transparecer suas incertezas, mas é através das palavras oscilantes que ele expressa o desejo de uma vida diferente.

*Kellen: Então, Nícolas, você tem 17 anos, com mais 6, são 23. Como será a sua vida com 23 anos?*

*Nícolas: Bah, é um tempão dona, nem sei se vou tá vivo até lá.*

*Kellen: Mas como você imagina a sua vida em uns seis anos?*

*Nícolas: Nem sei, eu vivo pelo hoje, amanhã só Deus sabe...*

*Kellen: E como você quer que ela esteja?*

*Nícolas: Melhor, eu acho. Vou ter um trampo tri, um filho, sair da função.*

Para os jovens que chegam ao sistema socioeducativo, muitas vezes, a experiência com a realidade é de uma crueza tão grande que a ideia de imaginar um futuro possível produz tanto estranhamento quanto ser interpelado sobre seu próprio desejo, como manifesta Ícaro, se resignando a um destino que já lhe parece traçado.

*Kellen: E você, Ícaro, que número tirou?*

*Ícaro: Tirei 9, dona, tô com 16.*

*Kellen: Ande nove passos e nos fale sobre a sua vida com 25 anos.*

*Ícaro: Bah, daí eu vou ser velho.*

*Kellen: Velho com 25?*

*Ícaro: Na correria a gente morre cedo ou é cadeia, ninguém fica velho nessa vida...*

*Kellen: Mas e o teu desejo, qual é?...*

*Ícaro: Querer, a gente quer muita coisa, difícil é chegar lá. Se eu pudesse querer qualquer coisa, queria só ficar de boa.*

E assim seguiu a oficina com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas naquela tarde ensolarada, entre risadas e reflexões... “*dona compra um pepão<sup>1</sup> pra nós*”? O clima descontraído permitia emergir timidamente algumas aspirações. O futuro torna-se muito distante para quem vive a dureza de um presente atravessado pelas marcas da violência cotidiana. Nesse contexto, a vida e a morte se entrelaçam em um limiar muito tênue, em que o sonho é negado e a morte se apresenta em faces diversas. É nos momentos de descontração que os semblantes sérios, endurecidos, dão lugar aos sorrisos que escapam e com eles, as faíscas da vida que pulsa nesses jovens, dos desejos, muitas vezes, sufocados pela brutalidade cotidiana.

Palco para esses singelos, porém, potentes encontros, o pátio da casinha estilo alemão que sedeava o CREAS da cidade, situada na região do Vale dos Sinos, ao sul do Brasil, em nada se assemelhava com a precariedade das residências desses jovens, em vilas com altos índices de violência. O berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul, como é reconhecido o município de São Leopoldo, comemora anualmente sua história, celebrando a chegada dos imigrantes, representados em imagens que contrastam totalmente com os corpos que acessam os serviços da assistência social, os corpos que estão às margens da cidade, nas periferias, corpos negros em sua maioria, que não representam a cultura local e que não são representados ou celebrados de nenhuma forma. Assim, se perpetuam as marcas da exclusão, se inscrevendo nas biografias

---

<sup>1</sup> Refrigerante em garrafa de 3,3 litros.

destes jovens, que ao não se perceberem pertencentes, também, não se permitem desejantes — “*se eu pudesse querer qualquer coisa*” —, afinal, sonhar é privilégio, ser sonhado, também.

Em certa ocasião, buscando aprimorar o acompanhamento aos jovens, passamos a noticiar seus movimentos em nossos relatórios periódicos ao Juizado da Infância e Juventude: retomou a frequência escolar, iniciou um trabalho, desenvolveu bom relacionamento no local de prestação de serviço a comunidade, vai fazer o Enem<sup>2</sup> etc. Contudo, após algum tempo, recebemos o retorno de que tais informações eram irrelevantes, “*o que preciso saber é se cumpriu ou não cumpriu*”, nos disse a juíza responsável, ou seja, saber quantas horas permaneceu em atividade ou quantos atendimentos recebeu é mais importante do que saber da vida do jovem e de suas perspectivas. Se fosse o contrário, provavelmente Ícaro não teria recebido uma regressão de medida para internação<sup>3</sup>, logo após ter iniciado um trabalho, com o qual iria colaborar com o sustento familiar, interrompendo, assim, não só seus projetos, mas o lampejo de esperança que aquela oportunidade lhe acendia.

Por aqui, esse tem sido o cenário dos caminhos sinuosos em que, entre passos firmes e resistentes, tropeços e rasteiras, anda a nossa política de assistência social, sobretudo no que se refere à socioeducação. Embora o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) e todos os esforços dos serviços de execução de medidas socioeducativas representem avanços significativos, muito ainda precisa ser feito no sentido da real garantia de direitos e de condi-

---

2 Exame Nacional do Ensino Médio.

3 O jovem recebeu regressão de sua medida depois de ter seu processo revisado, devido a interpretação de que o delito praticado era compatível com a medida de internação.

ções de vida digna, que permitam a construção de projetos de vida e, mais ainda, que permitam pensar essas vidas como dignas de serem vividas e investidas pelo Estado e pela sociedade.

No entanto, o que vivenciamos nos últimos anos foi a reafirmação massiva da ‘política de morte’ que incide sobre a população jovem residente nas periferias, através da escolha, em 2018, de um projeto de governo que carregava as bandeiras do encarceramento, das ações ostensivas de segurança e da redução da maioridade penal. A intensa exploração midiática da participação de adolescentes em delitos graves, aliada à política de guerra às drogas, intensificou a demanda da população por segurança, personificando nos adolescentes do sistema socioeducativo a figura do inimigo ameaçador. Os discursos punitivos e conservadores que se disseminaram atuam impossibilitando uma reflexão mais complexa da violência, segue-se, assim, trabalhando em uma política pública que reforça a lógica da individualização, direcionando suas intervenções unicamente ao adolescente e a sua família.

Sabemos, contudo, que se trata de um sistema seletivo, aos moldes do sistema prisional, no qual o sujeito encarcerado, em sua maioria, é pobre e negro, reforçando a herança escravocrata e colonialista da sociedade em que vivemos. Sociedade esta que não tem medido esforços para a manutenção dos privilégios das classes dominantes e da branquitude, como nos aponta Maria Aparecida Bento (2022). O que temos como resultado disso é o genocídio da juventude que se estende a todas as pontas do país e dissipa não somente as vidas dos jovens, mas também seus sonhos e devires (Mbembe, 2017).

“Você já parou pra ouvir o sonho do menino”? A pergunta é da poeta Luz Ribeiro (2016) e nos ajuda a pensar o trabalho na assistência social e os caminhos que precisamos trilhar. Será que es-

tamos atentos ao desejo das famílias? Será possível caminhar para a construção de uma política capaz de criar condições de possibilidade para o resgate do sonho? Como sustentar o lugar do devir quando a realidade o recusa? Construir novos e outros sentidos para a nossa atuação, andar na contramão das práticas individualizantes e punitivas, resistir aos retrocessos que se apresentam, parecem apontar algumas direções possíveis e necessárias. A estrada é longa, entre caminhos e descaminhos, seguimos andando, com a esperança de que conseguiremos um dia construir uma política capaz de transcender as paredes dos serviços de assistência e fazer eco na sociedade. Ainda que nossos passos não sejam sempre lineares, mantemos a fé na nossa caminhada, nas apostas que fazemos nas vidas que encontramos, nos nossos aprendizados, nos nossos desejos, pois, como dizem por aí, ela não costuma falhar<sup>4</sup>.

## Referências

- Bento, Maria Aparecida (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Ribeiro, Luz (2016). *Menimelimetros*. Mundar TV. <https://www.youtube.com/watch?v=09KDfTVPAeE>
- Mbembe, Achille (2017). *Políticas de Inimizade*. Lisboa. Antígona.

## Kellen Maria Sodré Machado

Sou psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). A partir dos encontros com as políticas para as juventudes, através das experiências de trabalho em serviços de execução de medidas socioeducativas em meio aberto, Casa das Juventudes e no Programa de Proteção para Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), passei a buscar compreender essa realidade de forma mais ampla, pesquisando sobre necropolítica, resistências, discursos de ódio e produção de sensibilidades.

E-mail: kellensodremchd@gmail.com

---

4 Referência a música Andar com Fé, de Gilberto Gil.



# Revolução de uma gestora padrão

Carolina Monte Lague

**N**uma manhã de 2021, acordei para iniciar mais uma jornada de trabalho, o frio já começava a dar sinais de sua chegada, o que para uma potiguar/gaúcha não é o melhor dos cenários. Entre ficar mais alguns minutos na cama, levantar, escovar os dentes e me arrumar, minha mente foi remoendo algumas preocupações que oscilavam entre uma possível reforma no meu apartamento e os meus novos/velhos rumos profissionais. Tirando algumas variações, nada muito diferente da rotina de uma mulher branca de classe média. Para esta escrita fazer sentido, vou tentar me ater a algumas dessas variações, mas com grandes doses inevitáveis de padronização.

Até agora, os leitores já sabem que sou uma mulher branca de classe média e que também me autointitulo potiguar/gaúcha. Talvez essa seja a primeira variação, algo que pode garantir uma posição diferenciada, que fuja de um certo lugar comum e que possa prender aquele que passa os olhos por esta escrita. Além disso, devo dizer que sou psicóloga e que trabalho há mais de 10 anos na política de Assistência Social, em Porto Alegre. Sou servidora pública da Prefeitura e tenho na FASC, a Fundação de Assistência Social e Cidadania, o meu lugar de sustento (ou fundação) financeiro e, em parte, intelectual. A questão do sustento não vem sem muitos conflitos, realizações, lições, acertos e, devo admitir, muitos erros. Talvez esses mesmos erros, alguns sabidos e outros escondidos de mim mesma, no fim, possibilitaram que eu tratasse a política de Assistência Social e seus trabalhadores (me incluo nesse grupo,

obviamente) desde um lugar de respeito bastante realista e, não posso negar, com pitadas de críticas que considero urgentes. Meu deslumbramento e gozo por acreditar fazer o bem e lidar com o horror da exclusão social à brasileira, depois de um certo tempo, deu lugar a uma revelação tão óbvia quanto estrategicamente ignorada, a de que a Assistência Social, embora feita em sua maioria por mulheres, tem trabalhadoras e gestoras que possuem a cor e a classe social bastante distintas do público que, costumeiramente, é o “alvo” da política. Ora, isso já sabemos, diriam os caros leitores. E eu respondo que saber podemos até saber, mas querer enxergar já é uma outra história...

De qualquer maneira, voltarei àquela manhã de 2021 em que acordei pensando ora na reforma do meu apartamento financiado, ora em possíveis novos/velhos rumos profissionais. Concentrarei-me neste último pensamento e deixarei a discussão da reforma para outro espaço mais apropriado. Naquele dia eu estava prestes a iniciar uma nova função em um lugar já conhecido: a coordenação da equipe de Supervisão. Por seis anos fui supervisora técnica de diversas equipes e unidades de atendimento e nas regiões mais variadas da cidade. Vivenciei o acolhimento institucional de crianças e adolescentes desde a zona sul de Porto Alegre, passando pelas vilas Glória e Cruzeiro, até o centro da cidade. Acompanhei as equipes de abordagem de rua na Lomba do Pinheiro. Discuti os casos e o cotidiano de trabalho com psicólogos e assistentes sociais do CREAS e do CRAS do bairro Partenon. Vivi, assim, a lógica do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, numa posição privilegiada, considerando a circulação por vários lugares, regiões e equipes; de manhã, participando de discussões sobre os critérios

para os benefícios eventuais e, à tarde, refletindo sobre os efeitos de um acolhimento institucional para uma mãe e seus filhos. Um supervisor, por não fazer parte da equipe da ponta, por vezes assume esse lugar de estranhamento, de indagação, mas também representa uma gestão que, no fim do dia, luta para não sucumbir à burocracia que reproduz mais falhas do que desconstrução. Um lugar entre o trabalhador “na ponta” e o gestor “no meio”. Nessa função, pude ver se acentuar uma sensação, que depois passou a ser uma certeza, e que acomete quem acredita em uma mudança social pela via do trabalho: a impossibilidade de promover essa mudança enquanto agente do Estado. Encontramos pequenas brechas, apenas, para que portas e janelas não se abram. As portas e janelas abertas não fazem parte da política de Assistência Social. Elas fazem parte de outro mundo. O resto são brechas. E nas brechas que nós estamos. Pode parecer uma visão pessimista e de desvalorização do nosso trabalho. Não posso dizer que não seja. Entretanto, tendo a acreditar que, com isso em vista, temos mais chances de seguirmos atentos e questionadores e não deslumbrados frente a uma suposta abnegação ou generosidade do nosso lado.

Voltando à minha história, após alguns anos como supervisora, fui convidada a sair do “entre”, dessa espécie de corda bamba entre atendimento na ponta e gestão, e passei a ser coordenadora da equipe de Supervisão, uma gestora padrão, com algumas tentativas de fuga de um lugar comum. No início, com aquela ingenuidade somada à seriedade e ao desejo genuínos de quem está prestes a viver uma experiência pela primeira vez, comecei a traçar planos de sucesso, rompimento de paradigmas, tinha em mente os caminhos que não queria seguir e aqueles que acreditava serem

melhores para a política pública. Rememorando esse tempo, que não faz tanto tempo assim, devo admitir, a certo contragosto apesar do anticlímax da revelação, que muitos daqueles planos ainda se mantêm, mas há elementos que me fizeram reconhecer a arrogância desse lugar de saber (sobre o outro).

Enquanto ia reconhecendo e relembrando as contradições encontradas no caminho, fui descobrindo um jeito de coordenar, de lidar com os efeitos das demandas políticas por trás do cargo, das limitações materiais e de recursos humanos, sobretudo no que diz respeito à política de Assistência Social, e da burocracia estratégica nos processos de trabalho. No pacote, ainda fui taxada de boazinha demais e intolerante demais, fui acusada de falar muito baixo e de falar demais. Tudo isso talvez seja próprio de quem assume lugares com uma certa visibilidade, aliado ao fato de que a coordenação tem seus elementos de solidão e de desconfiança. Há também de se reconhecer as parcerias necessárias e as discordâncias naturais. Os bons conselhos, as decepções, o mal-entendido e os diálogos fazem parte desse pacote. De qualquer maneira, apesar dos encontros e desencontros em se fazer gestão, havia um desconforto persistente, que hoje consigo minimamente nomear: o de que a política na esfera institucional é praticada e dirigida, na maior parte das vezes, por um grupo muito restrito de pessoas que não faz a menor ideia do que é precisar dessa mesma política. Falamos, discutimos e produzimos conhecimento e práticas de trabalho como se estivéssemos autorizados a isso, como se fosse uma ordem natural das coisas, como se fossemos os tradutores oficiais dos desejos e necessidades de quem acessa a política. Há de se considerar que as possibilidades de ser esse tradutor natural crescem

à medida que as chances vão sendo concedidas no desenrolar de uma jornada individual.

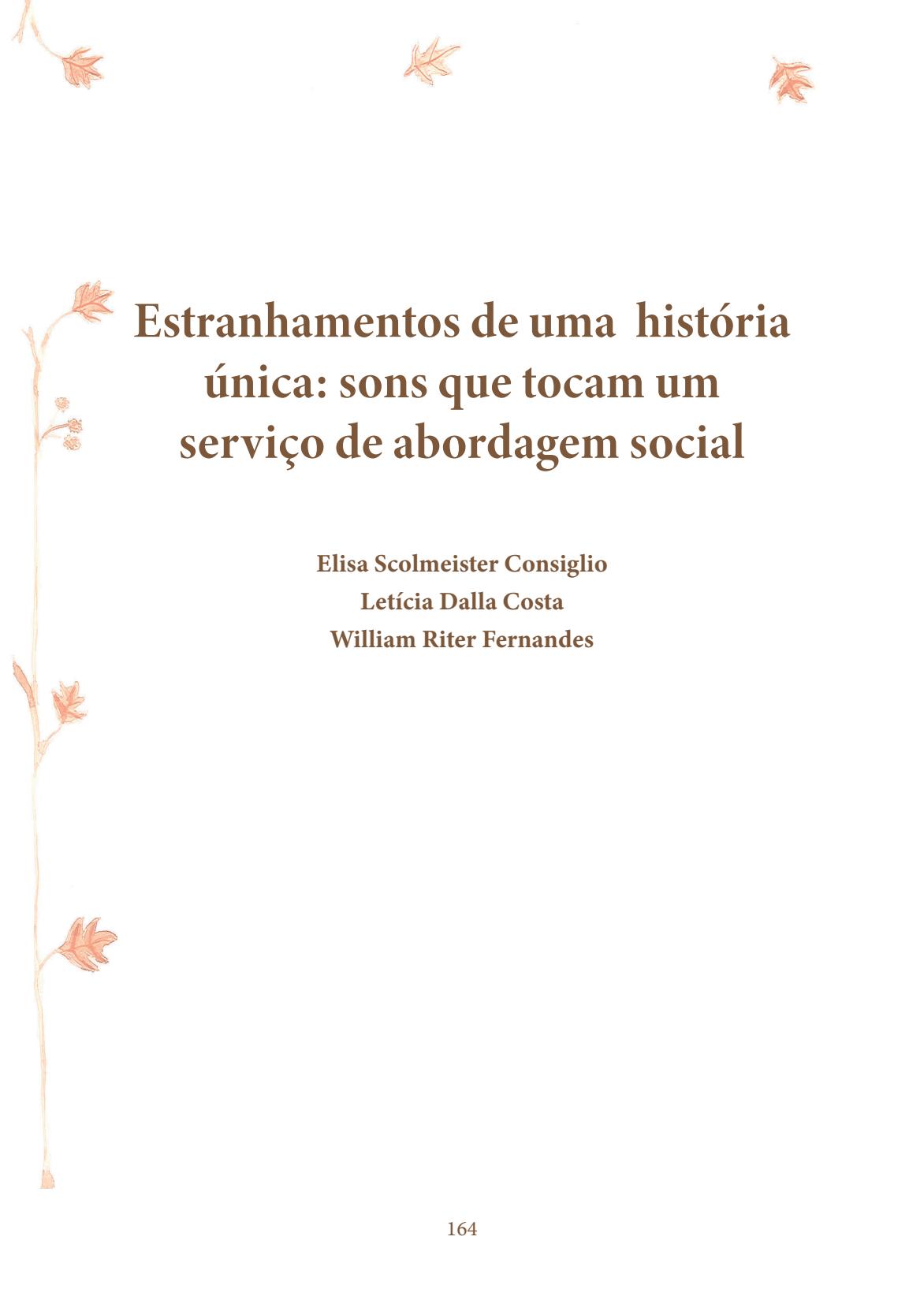
Devo admitir, para meu desassossego, que chegamos em um ponto desta escrita em que extrapolei os limites da crítica e do pessimismo, mas assumir uma certa impaciência com a “ordem natural das coisas”, na qual me encontro inserida, pode ser aquilo de mais revolucionário que eu possa fazer ao ser gestora da política. Vejam bem, não estou aqui desmerecendo todos esses anos de trabalho dedicado e implicado, afinal, como alguém da classe trabalhadora, também tenho algo a falar, como nordestina (e vivendo no Sul do Brasil) sei identificar os elementos nocivos do preconceito, como mulher entendo o que é estar em posição de desvalia. De modo geral, nos afetamos e nos impactamos com o trabalho e com as pessoas que atendemos, mas há elementos, tal qual uma estrangeira em um lugar que não me pertence, que vão trazer reais limitações na forma de ver este mundo no qual adentro por algumas horas do meu dia. Na gestão isso ganha elementos ainda mais problemáticos, pois indicamos caminhos baseados em algumas evidências, mas não na experiência de vida ativa nesses lugares. Isso não significa que não devemos ocupar esses lugares. Isso significa que não devemos ser os “únicos” a ocupá-los. Uma política feita por observadores, mesmo que ativos e atentos aos absurdos das desigualdades sociais, faz dessa política algo distante daqueles que procura atender. Ser afetado e estar em uma posição social que possibilita ser ouvido é algo que fazemos há muitos anos, com méritos e conquistas inegáveis. De fato, entendo que isso constitui um compromisso civilizatório. Mas ceder este espaço para outros autores e construtores de si mesmos na política de Assistência So-

cial, suportando as variações e a fuga do padrão que acreditamos ser o melhor, é o que pode nos fazer avançar e desbravar novas possibilidades e, quem sabe, fazer as brechas, no mínimo, maiores e mais iluminadas. Pensando bem, talvez por isso que meus pensamentos, em 2021, também incluísem uma reforma.

Por fim, o que posso dizer é que acordei em uma noite fria e chuvosa de 2023 e, ao escrever estas linhas, me dei conta de que outros narradores precisavam contar essas histórias.

Me chamo **Carolina Monte Lague**, nasci em Canoas/RS, fui criada em Natal e fui me tornar adulta em Porto Alegre. Há 17 anos me formei em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, imaginando fazer exatamente o que faço hoje. No entanto não se enganem, viver o sonho, do ponto de vista literal, não é tão idílico quanto parece. Sou trabalhadora da Assistência Social há 13 anos e 5 meses (e contando). Trabalhei em um CREAS na “inauguração do SUAS”, em Porto Alegre, fui supervisora técnica dos serviços das Proteções de Básica, de Média e de Alta complexidades e atualmente estou na gestão da política, como coordenadora desta mesma equipe de supervisão. E assim, vou me equilibrando entre meus sonhos (im)possíveis e a maturidade necessária, no encontro de brechas em algumas rachaduras encontradas no caminho.

E-mail: carolinamonla31@gmail.com



# **Estranhamentos de uma história única: sons que tocam um serviço de abordagem social**

**Elisa Scolmeister Consiglio**

**Letícia Dalla Costa**

**William Riter Fernandes**

## **Que som é esse?**

**E**ste texto surge da participação de uma das autoras no evento “Ciclo de debates contemporâneos da PNAS”, que reuniu trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de todas as regiões do Brasil. Se, por um lado, o evento suscitou a sensação de que as histórias cotidianas encontravam eco e acolhimento nas vivências de outros trabalhadores, por outro, tal autora foi tomada pela ideia de que o que atravessava aquele coletivo era, sobretudo, a exaustão, as violências e o desmantelamento da política.

Essa ideia é respaldada por se tratar de um trabalho direcionado a pessoas com direitos violados ou na iminência de viver tais violações em função de cenários de vulnerabilidade social (PNAS, 2004). Como pano de fundo, situamos o momento pós-golpe vivido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, desde 2016, que culminou na redução dos investimentos na política de Assistência Social e, por conseguinte, na precarização dos espaços de trabalho<sup>1</sup>.

É verdade que o cotidiano de trabalho pode ser desafiador. Especificamente em nosso fazer, trata-se do Serviço de Abordagem Social, dispositivo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Em nossa cidade, Porto Alegre/RS, o serviço é executado por equipes especializadas, incluindo a AI-

<sup>1</sup> Medidas como o Teto de Gastos (PEC 241), congelaram e reordenaram parte de investimentos em diversas políticas públicas, incluindo de Assistência Social, culminando na diminuição de repasses em até 70%. Isso significou uma redução de verbas de R\$ 3 bilhões, em 2019, para R\$ 910 milhões no ano de 2021, conforme noticiado no Congresso em Foco (2021).

CAS<sup>2</sup>, licitadas através de chamamento público para a Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura, tendo em vista a grande quantidade de pessoas em situação de rua no município. Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, em 2023, registram 5.788 pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

Afirmamos, assim, que a expressão de pessoas em situação de rua neste município é significativa. Considerando essa condição, o Serviço de Abordagem Social se destina ao atendimento de indivíduos de todas as faixas etárias em situação de rua e ao combate da exploração do trabalho infantil em espaços públicos. Visa-se, por meio do mapeamento de territórios, de processos de vinculação e escuta qualificada, identificar demandas e, junto aos sujeitos atendidos, construir Planos Individuais de Atendimento para a superação da situação de rua e para criar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2013).

---

2 A Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS) se trata de uma organização da sociedade civil que existe desde 1994, mantida pelas Congregações religiosas das Irmãs da Divina Providência, Imaculado Coração de Maria e Irmãos La Salle. Tem como missão promover o desenvolvimento integral e a autonomia do sujeito, possibilitando a transformação social. Esta instituição possui uma parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), na execução de serviços da política de Assistência Social. Fundada em 31 de janeiro de 1994, a Associação Casa Menina de Rua (ACMR) foi o primeiro nome da Instituição, que já nasceu com uma importante missão: “Promover o desenvolvimento integral e autonomia do sujeito, possibilitando a transformação social”. Pensada e organizada por oito Congregações Religiosas e a Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, o papel da então ACMR era o atendimento a adolescentes que viviam em situação de rua, expostas à violência, abuso e exploração sexual, oferecendo a elas, ações de caráter formativo, buscando manter esses preceitos até os dias de hoje.

Contudo, após o evento, surgiu um estranhamento. Sim: o trabalho é complexo (ou de Média Complexidade, como o SUAS o tipificou, em 2009), o público atendido sofre violências de diversas ordens, a gestão executiva dos recursos do SUAS não estava favorável ao seu desenvolvimento e as condições de trabalho se fragilizaram. Mas algo seguia pulsando e permitindo a sustentação inventiva e afetiva dessas práticas. Parecia injusto não dar visibilidade a elas e ser engolida pelos perigos de uma história única, como diz Chimamanda Adiche, em 2019.

Chimamanda conta que cresceu em uma família de classe média na Nigéria, em meio a narrativas em que pessoas pobres eram contadas apenas como seres desprovidos (tanto de recursos materiais, quanto distantes de quaisquer outras potencialidades, enfim, à espera da compaixão alheia). Tamanha foi sua surpresa ao se deparar, em uma visita aos familiares de um menino que trabalhava em sua casa, com os cestos que faziam artesanalmente, além de seus belos desenhos. Percebeu, assim, que ali havia um processo ativo de criação em curso, para além da narrativa trágica que os circundava. Ainda neste escrito, Chimamanda diz que o poder pode ser definido como a propagação de uma história contada sobre alguém enquanto sua história definitiva. O que torna difícil, consequentemente, o reconhecimento de nossa humanidade em comum, quando o que se salienta é, sobretudo, a diferença e a pequenez do outro.

Parece-nos sedutor que nosso encontro com pessoas em situação de rua, de existências infames e minúsculas, destinadas a passar sem deixar rastros, como diria Michel Foucault (2003), produza narrativas duras. Advertidas, então, do perigo do exercício do poder por meio do empobrecimento e da cristalização de suas histórias,

decidimos trazer aqui outras cenas que permeiam o dia-a-dia do Serviço Especializado em Abordagem Social. Essas cenas têm fundo musical, são embaladas pela música popular brasileira e enlaçadas em um coletivo de usuários e trabalhadores desse serviço.

### **Da cena que atravessa a travessia para outras cenas**

Uma cena corriqueira na equipe de Abordagem Social são os atendimentos particularizados — seja na rua ou na sede do serviço —, que visam escutar aqueles que acompanhamos, suas demandas e perspectivas. No entanto, se compreendemos que a situação de rua envolve uma conjuntura que ultrapassa motivações individuais, mas envolve o racismo estrutural, o machismo, os efeitos do capitalismo nas desigualdades sociais coletivas, por que a construção de novas perspectivas se daria apenas a partir de escutas individuais? Além disso, já diriam os Titãs, “a gente não quer só comida / a gente quer diversão e arte”. Entendemos que as histórias únicas nos levam a focar na construção de alternativas que deem conta de urgências, como acessar espaços protegidos para dormir e se alimentar. Nessa via, parece secundário ou, até mesmo, artigo de luxo elencar a arte como um recurso a ser acessado pela população em situação de rua. Mas se, como diz Eduardo Galeano (2005), a arte nos ajuda a olhar o mundo, nos empresta sentidos para compreender nossas paisagens de vida, ela não seria um dispositivo fundamental para inspirar a criação de novas perspectivas?

Desses questionamentos, identificamos a necessidade de coletivizar nossas intervenções, além de contemplar o acesso à cultura (e não somente às políticas de saúde e educação, por exemplo) nos planos individuais de atendimento. Como resposta da Coor-

denação da instituição às avaliações da equipe sobre seu processo de trabalho, tivemos a oportunidade de realizar uma travessia que vai das cenas comuns do cotidiano em atendimentos particularizados a uma Oficina de música, contando com um oficineiro profissionalizado na área, contratado a partir de uma parceria entre a AICAS e Kóinos<sup>3</sup>.

No que se refere à organização do grupo, decidimos convidar casos que nos desafiavam significativamente no desenvolvimento de seus Planos Individuais de Acompanhamento, pois consideramos que uma nova modalidade de atendimento poderia trazer movimento às histórias únicas dos “sujeitos que não aderem ao acompanhamento”. Atualmente, as oficinas acontecem semanalmente, com a mediação do oficineiro e de dois trabalhadores do serviço e se chama Superando a ‘Situação de Rua’: contando histórias através da música. O repertório e a função exercida é de escolha dos participantes.

### ***Deixa que eu afino esse violão: o saber se movimenta***

Para iniciar os encontros da Oficina, é necessário deixar os instrumentos musicais prontos para o uso. Uma fala tradicional enunciada pelos usuários nesse momento é o sonoro: “*deixa que eu afino esse violão?*”. As histórias minúsculas transbordam os contornos que um dia lhes destinamos. Elas escancaram que o saber circula: o oficineiro não detém a técnica musical, tampouco a equipe de Abordagem protagoniza a Assistência Social. Essa composição se

---

<sup>3</sup> O Instituto Koinós é uma associação civil sem fins econômicos, fundada em 21 de junho de 2022, em Porto Alegre, constituindo conexões e redes que conferiam ênfase à dimensão social, articulando-a nos âmbitos da educação, cultura, assistência, trabalho e meio ambiente, sempre buscando incentivar e fortalecer movimentos e redes populares voltadas para a proteção e efetivação de direitos, criação de oportunidades e redução das desigualdades.

dá através dos encontros com as diferenças, que afetam e produzem ressonâncias nos envolvidos — incluindo a escrita deste texto.

Mas o conhecimento dos participantes não se restringe a afinar violões. Na convivência a partir da Oficina, nos apresentaram saberes complexos sobre musicalidade: notas, repertórios, a biografia de artistas e suas composições. E nesse ritmo, suas histórias se tornam ainda maiores: nos contaram (quase todos os membros) já ter vivenciado profissionalmente um percurso pela música, de forma que, conforme seus relatos, a Oficina promoveu uma nova conexão.

Em meio ao cenário permeado pela violência que é sofrida na rua e, não raro, perpetrada pelas falas de usuários, percebemos-nos trabalhadores em uma posição defensiva. Sentimo-nos “agarrados” ao nosso saber técnico como a um escudo. O espaço da Oficina tem se mostrado um ensaio que permite desarmar: há uma outra conexão possível que perpassa os trabalhadores, nos desterritorializamos do lugar de quem acredita que sabe e habitamos novas formas de estar no mundo (Deleuze & Guattari, 2007). Lembramos, enquanto trabalhadores, que é não só possível quanto necessário habitar a posição de aprendizes, de quem pode não saber todas as respostas mesmo em meio a situações trágicas e arriscadas. Ao abrirmos mão do escudo, criamos condições para a escuta tanto daqueles que atendemos quanto de nossos colegas de equipe para novas composições.

### **É assim que a banda toca: ensaio sobre (en)caminhar um cuidado**

A segunda cena se refere a um momento entre músicas na Oficina. Entre o fim de uma canção e a preparação para outra, ouvimos diálogos entre os usuários sobre o acesso ao cuidado em saúde mental:

— *Bah, meu, tu já foi no CAPS?*

— *Ah, já fui lá, mas não adianta nada, precisei internar no hospital várias vezes... Ah, eu prefiro quando o cara se isola. É difícil conseguir parar vendo os outros usar.*

— *Mas eu nem quero parar total, queria só dar uma diminuída...*

— *É, tem uma parte que é do cara também, que não adianta CAPS nenhum se o cara não decidiu se cuidar. Mas claro que os CAPS fazem diferença, né, cada um tem um estilo e tal, eu tenho o meu preferido!*

— *Pode crê, os que têm atividade são massa, mas o cara ficar só parado não dá. Mas chega lá no da vilinha, não tem que marcar hora, é só chegar.*

Na construção dos Planos Individuais de Atendimento, há atenção às formas de sofrimento psíquico e, frente a isso, a articulação com a rede de saúde mental. Por vezes, tomamos a garantia do direito à saúde mental como algo quase mecânico. Isto é, como se bastasse ser encaminhado a um serviço, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para garantir o acesso à saúde. Nessa lógica, quando não há continuidade na busca pelo tratamento, é comum tomarmos como “falta de adesão do usuário”.

O diálogo presenciado nesta cena nos aponta como é que a banda toca: é necessário caminhar junto, e não só encaminhar. A produção de articulações com a rede de saúde mental envolve delicadezas: não só as equipes precisam enxergar sentido nesta oferta, usuários devem se sentir acolhidos no serviço de referência, receber propostas de atendimento que contemplem suas singularidades, além de manter regularidade no acompanhamento — tanto por sua implicação no próprio cuidado, quanto para que haja garantia de condições para tal implicação, como a oferta de meios para o deslocamento até o local, por exemplo.

Seguindo a cena, chama-nos atenção o quanto a produção de cuidado não se dá apenas em espaços formais que referenciamos a isso, como um CAPS. As divisões de competências e tarefas entre as políticas públicas é necessária para a organização e distribuição de seus recursos e fazeres, mas não encontra uma correspondência em tal divisão (entre saúde mental e assistência social, por exemplo), dentro dos sujeitos. Por uma via, quando recuamos da posição de interrogar e prescrever modos de vida, possibilitamos o compartilhamento de experiências e a coletivização da vida, como nos adoecimentos mencionados na cena. Por outra, em uma posição de escuta ativa, conseguimos ter pistas de como qualificar nossas construções com a população atendida, atentando-nos às suas preferências — que não são luxo, são parte de sua história! — e, assim, criar modos de caminhar juntos para a garantir direitos.

### **Não posso ficar nem mais um minuto com você**

A trilha sonora das últimas cenas é a música escolhida pelos participantes como aquela que representa o grupo: *Trem das Onze*, de Adoniran Barbosa. É curioso o motivo que a letra desta canção traz para justificar a necessidade de ir embora: “tenho minha casa pra morar”. É verdade que algumas dessas pessoas já estão em espaços alternativos à rua, articulados em seus Planos de Atendimento. Todavia, *Trem das Onze* nos lembra que, mesmo aos que fazem da rua moradia, as políticas públicas não resumem seus prazeres e momentos de aprendizado. Isto é, nossos caminhos ou encaminhamentos não representam toda chance de produzir vida que pulsa desses sujeitos, mas as ampliam.

Após a execução de *Trem das Onze*, dois amigos e companheiros da rua trouxeram o quanto a música convida a espontaneidade: “*Temos o repertório musical, mas a parte mais legal é fugir dele!*”. Também temos orientações tipificadas para a execução do Serviço de Abordagem Social, mas o que ainda podemos criar com ele? Como escutar as fugas dos usuários sem seguir por um caminho de representantes da ordem, ainda que tenhamos responsabilidades na sustentação dos espaços conjuntos? Ou, ainda, como criar modos para que os trabalhadores possam fugir da captura pela maquinaria dos protocolos diários?

Se o momento de contar histórias através da música traz pulsação à equipe, encorajamo-nos a ouvir o que os usuários têm a dizer sobre ele. Estabelecemos um momento mensal de avaliação do espaço e nos perguntávamos se os demais participantes achariam essa avaliação uma mera formalidade. Fomos, mais uma vez, surpreendidos com a potência envolvida no modo como ocupam o lugar de avaliadores.

No último mês, o coletivo estava com uma energia de cooperação e empolgação pelo retorno de um usuário à Oficina. Ele estava afastado por conta de um episódio de muito sofrimento, o que demandou um período de cuidado intensivo em um CAPS. Em sua avaliação, falou do quanto se sente imerso em seus problemas individuais, mas entende sua presença no grupo como uma forma de respeito aos companheiros da rua. Disse que, ao se encontrar com a música, se conecta com o coletivo e se desliga, por instantes, de suas preocupações.

Em um dos últimos encontros, na execução de *Trem das Onze*, um trabalhador incentiva que cada participante improvise um “solo”

instrumental ao final das estrofes. Diante dos arranjos inesperados, um dos usuários riu e disse que “*sempre dá ladainha com essa música...*”. Ao que respondemos que, às vezes, a ladainha é boa, criativa e que, juntos, podemos dar conta dela e nos divertir! Diversão não precisa ser sinônimo de descaso, falta de compromisso ou ausência de rigor ético em nossas práticas. Ela pode ser um elemento que pluraliza as histórias únicas e trágicas dos serviços que trabalham com graves violações de direitos, como a abordagem social. A experiência de entonar juntos uma canção, quando trabalhadores e usuários têm pontos de partida diversos, pode ser o que propicia um bem viver comum - que começa em uma Oficina de música, mas se propaga enquanto direção de trabalho em um atendimento individualizado. Se eles combinaram de nos matar, como disse Conceição Evaristo (2016), ‘*a gente combinamos de não morrer!*’

## Referências

- Adiche, N. C. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Congresso em Foco (2021). Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2007). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo. Editora 34.
- Evaristo, C. (2016). *Olhos D'Água*. Fundação Biblioteca Nacional.
- Galeano, E. (2005). *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre. LPM pocket, 2005.
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber* (pp. 203- 222). Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social. SUAS e População em Situação de Rua*. Autor. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Perguntas\\_Servico\\_AbordagemSocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf)

Ministério da Saúde (2023). *Sistema de Informação para a Atenção Básica em Saúde (SISAB SUS)*. Autor. [passarepassa.org/monitor](http://passarepassa.org/monitor)

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004)

### **Elisa Scolmeister Consiglio**

A caminhada no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social iniciou na graduação em Psicologia, na PUCRS, em que pude atuar no Primeira Infância Melhor (PIM), no bairro Restinga/Poa/RS. Lá vinculei-me com o território e com a escuta psi, para além das quatro paredes do consultório. Já formada, realize uma pós-graduação em Trabalho Social com Famílias e Comunidades e atuei no Acolhimento Institucional para adultos. A partir de trocas realizadas com colegas da pós-graduação, fiquei interessada em conhecer o trabalho com população em situação de rua. Há três anos atuo com este público, colocando em prática as diferentes escutas possíveis.

E-mail: elisascolmeisterconsiglio@gmail.com

### **Letícia Dalla Costa**

Sou psicóloga e mestra em Psicologia pela UFSM. Cheguei em Porto Alegre por meio da Residência Multiprofissional em Saúde, que realize no Grupo Hospitalar Conceição. O início do percurso na Assistência Social foi trabalhando com Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, no interior do Rio Grande do Sul. Hoje trabalho numa equipe especializada em Abordagem Social em Porto Alegre. Não sei o destino dessa jornada, mas levo a psicanálise, as artes e os bons encontros em minha caixa de ferramentas.

E-mail: leticiadallacosta2@gmail.com

**William Riter Fernandes**

Desde a adolescência fui tocado pela cultura popular, fazendo parte de coletivos que promoviam música, poesia e expressões artísticas como um todo. A partir da formação em Teatro do Oprimido, aproximei-me da educação popular, cursando Pedagogia e, há seis anos, atuo na política de assistência social. Nesse período, fiz parte da escrita do ebook “Tecer, Lutar e Escovar: enfrentamento às piores formas de trabalho infantil”, de forma que pude dialogar sobre o processo sócio-histórico que envolve a exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de rua e sobre-vivência. Atualmente sou acadêmico do curso de Serviço Social (UFRGS) e técnico social numa equipe de abordagem social em Porto Alegre.

E-mail: williamritterf21@gmail.com



# Ruir das paredes, levante dos sonhos...

Patrícia dos Passos



**Q**uanta coisa se passava naqueles corredores, entre aquelas paredes, um pouco sujas, e através daquelas janelas, que ora nos deixavam enxergar e ora nos escondiam o mundo. Era uma casa? Era um abrigo? O que era aquele local? Não sei, até hoje não encontrei resposta para tal pergunta. Todas nós estávamos lá, todas sentiam algo e, mesmo que não possa falar por cada uma, imagino que tivéssemos alguns pontos em comum. Os pontos. Eles iam do sofrimento, passavam pela alegria, até o que chamamos de criação. Alegria deveria fazer parte da vida, não? Acho que todas nós fazíamos essa pergunta e queríamos uma resposta. Essa resposta viria? Surgiria? Não sei, não sabemos...

A casa, a violência, quanta coisa, quantas feridas, quantas verdades... Onde andava a alegria? Na busca por essa resposta, aquela casa não poderia mais ser apenas abrigo, ela precisava ser uma casa. Como? Nenhuma de nós tinha tal resposta. As paredes ruíam, as verdades também. Que bom, pois verdades e paredes, apesar de distantes, se parecem muito. Isso seria bom para todas nós? As possibilidades e o levante dos sonhos estavam rodeando aquele lugar, aquelas mulheres, todas nós!

Naquelas salas, reuniões, quanta coisa, quanto caso, gente. Mulher, uma única mulher, ela deve, ela precisa ser aquela única e possível mulher. Universal, quantas cartilhas e manuais. Não pensar através deles produziria o esquecimento do que seria uma mulher? Que bom a perda dos parâmetros, não? Dizem que alguns esquecimentos podem virar sonhos e criação. Mulher — o

que se produziria ao apagar esse significado? Espaço para outros? Era preciso abrir as janelas. Mas quanto cansaço ao abrir as janelas daquela casa, elas já eram antigas, um pouco enferrujadas e acostumadas a estarem no mesmo lugar. Ultrapassar o cansaço e abri-las era preciso.

Começar a limpar as janelas, começar a olhar, enxergar juntas o que tem aí. O que se vê quando se olha por elas? Elas não eram as mesmas, nenhuma de nós era igual, éramos muitas e tão diferentes, mas a violência havia atravessado a nós todas, a cada uma, de jeitos tão diferentes, apagando algo do nosso mundo. Então, conseguiríamos abrir aquelas janelas em conjunto? Não seria melhor do que criar respostas naquelas reuniões? Imagino que sim. Então vamos lá, mulheres, quando vocês olham para essas janelas, o que vocês veem?

Naqueles grupos havia encontro, havia algo de possibilidade, de criação. Ele dava conta de tudo? Certamente não, mas aquele espaço possibilitava que, cada uma, com suas diferentes linhas, se conectasse com a linha que passava por todas, a da violência. Mas esses encontros não eram para uma fixação, eles eram a possibilidade de esquecimento desse ponto inicial e do encontro com todos os outros... quantos outros... quantas coisas elas eram, além da violência... quantas coisas poderiam ser? O que elas enxergavam naquelas janelas? Enxergar em conjunto parecia trazer maior possibilidade de se ver o mundo...

Era reunião, muita coisa, muitos guias, quanta norma... Produção de saúde se fazia apenas em reunião? Pois lá estavam os corredores, o pátio, os grupos, o refeitório... a saúde também não se produzia por ali? Em troca, elas imaginavam e desejavam novos

ares para suas vidas, produziam brechas, essas pequenas rupturas com o que estava tão estabelecido. Eram pequenos encontros com o novo, encontros que só eram possíveis se produzidos em conjunto, em composição. E por que a composição era tão importante? Pois os fechamentos capturavam constantemente quem passava por aquela casa, era difícil escapar e encontrar um rumo às aberturas, os corredores traziam essa sensação de não haver espaço suficiente para se imaginar outras coisas. Não era fácil...

Quantas perguntas pairavam por lá... Como percorrer caminhos sem desejar alcançar uma resposta final? Como acompanhar processos sem esperar alcançar uma verdade ou conclusão? Não, não se desejava o vazio, queríamos os questionamentos, produções-com, devir, possibilidades de alegria, queríamos tanto encontros alegres... Afinal não era essa a pergunta inicial?

Quanta seriedade em Girassol, quase não falava, e apesar de seus 23 anos ela tinha o rosto enrijecido, expressando certa dureza. Sem familiares, chegou questionando os sentidos e os porquês de seu encaminhamento. Desnorteada, parecia não entender o que estava fazendo lá, nem o que era aquele local. Parecia que sua vontade era de estar longe. Como tantas outras mulheres, estava abatida, despenteada, com marcas roxas pelo corpo. Um olho inchado, com um corte na parte de cima da pálpebra. Ela expressava tristeza e raiva, mesmo estando em silêncio. Tristeza e raiva não estavam sendo expressas apenas por ela, as crianças também traziam essas marcas.

Discutiam seu caso. Quatro filhas/os, sem banheiro, muitas vezes sem comida. O tráfico também ocupava seu território e, desde o primeiro resumo sobre a história da família, ela foi dada como

usuária de drogas, mesmo que por ela tais palavras nunca tenham sido ditas. Naqueles corredores, paredes e estruturas, tantas mulheres parecidas com Girassol — negra, periférica, mulher em situação de violência, abandonada pela família, abandonada pelo Estado. Afinal, o que isso nos dizia? Aqueles corpos eram mulheres e eram compostos por tantas outras coisas. Alegria. Autonomia. Criação. Vida. Desejos. Ideias... Sim, estamos falando de situações de violência, mas não é preciso desqualificá-las para buscarmos vida. Sim, com aquelas mulheres e naquele local havia vida, muita vida!

Escutamos e, logo depois, a sensação era de não restar muitas opções, os manuais pareciam sempre nos direcionar ao fracasso, à repetição ou, pelo menos, a uma história um tanto pronta sobre a vida daquelas mulheres. E tinha mais, sempre tinha. Crianças, filhas agressivas, 4 anos de identidade. Que mundo torna tal coisa possível? Deveria ser esse mundo que maltrata, que já havia instalado tantas marcas em seus corpos de apenas 4 anos. De repente, os gritos de Flor, e de tantas outras, eram formas de liberar a tristeza, que acompanhava aquelas famílias, e de reclamar a brutalidade desse mundo. Quanta tendência em ocupar lugares, aquelas práticas realizadas sempre pareciam ter de ocupar um lugar, que loucura! Esse lugar parecia ser sempre o mesmo — o de verdade. O que ele tirava dos outros modos? O que dizia não ser de verdade? Há quanto tempo essa fabricação atravessa nossas ideias? Aqueles gritos e aquela tristeza não eram o todo, haveria de se encontrar o resto. Nos corredores e salas, nós também escutávamos o riso.

Os caminhos universais pareciam não fazer muito sentido, todas elas eram muito diferentes, mas, sim, em algum momento, todas as mulheres encontravam algo em comum, porém o comum

nunca é universal, ele sempre difere. O olho roxo, o amor, o ódio, a dificuldade com as crianças ou o desejo — apesar de tudo — de viver. Naqueles grupos, sempre havia escuta, e a diferença nunca fora impedimento. Girassol estava quieta, mas Margarida, que naquele dia chorava, também já havia ficado em silêncio. Já havia xingado algumas vezes, reclamava muito. Os grupos também são espaço para cuspir as queixas desse mundo, poder xingar e esbravejar um pouco, aquele espaço que passava por tanto sempre encontrava seu ritmo para solturas que possibilitariam alegrias, e muitas vezes elas passavam e necessitavam de xingamentos e da raiva para chegar lá.

Qual seria o papel daquela gente e daquela casa? Qual seria? Os ajustes para os moldes esperados sobre as mulheres pairavam por lá. Havia busca de recolocar coisas em um lugar esperado? E o que seria colocar as coisas no “lugar”? Práticas? Ideias? Essas armadilhas andavam por lá, querendo fisgar alguém pelo cobiçado lugar das respostas e dos ajustes, esse lugar parecia confortável. Se confortável, será que dele sairiam possibilidades de outros modos de vida? O que é saúde? Imposição. Lugar de verdade. Saberes. Universal. Dever... Pausa. Escapemos! Encontros. Composição. Conjunto. Pluralidade. Diferença... De onde tiramos saúde? Sim, o controle, uma dessas novas formas de controle, de regulamentação da vida, ainda que em sua própria garantia, e que está nos diferentes meios e sempre tenta nos deixar sem espaço e saída.

Então, como estar naquela casa? Tínhamos que seguir algumas normas e alguns manuais em espaços como aquele, mas não encontramos apenas desânimo. Lá também existiam processos de criação, de singularidades, de vida, de alegrias, de afeto, de so-

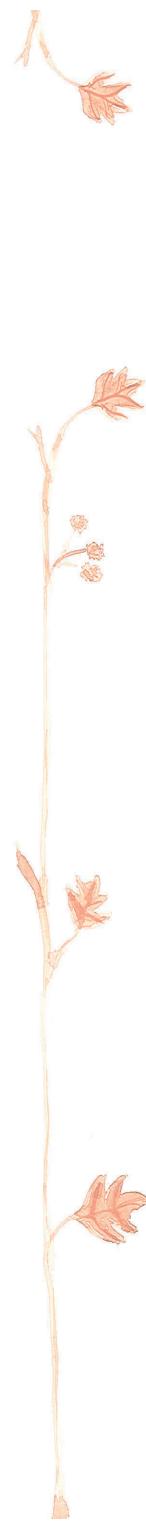
nhos, de imaginação e desejo de vida, por outras vidas. Sim, imaginar algo para além do esperado, olhar para as janelas!

A contar desse tempo, parecia não haver resposta, não a qui-seram ter! Parecia ser o estado de um encontro mais alegre, e parecia ser bom. De fato, há coisas boas que não precisam de respostas, mas de encontros. Havia outros caminhos, e parecia que nesses caminhos também havia sensibilidade e pluralidades! A violência já não era o guia central, naquele lugar, agora havia potencialida-des, encontros mais afetivos, ufa! Parece que havia trabalho e esse era em conjunto. Sim, todas aquelas mulheres agora enxergavam, sonhavam e conseguiam ver para além daquelas janelas. Era essa a busca para aquela casa, não?

### **Patrícia dos Passos**

Antes mesmo do encontro com a Psicologia ou com as teorias, as questões de gênero já me acompanhavam, atravessavam meu corpo em di-versos sentidos. Não à toa esse mesmo corpo me leva a lugares para tra-balhar com mulheridades e pensar a Psicologia a partir da diferença. Na cooperativa de catadoras, na casa-abrigo ou na clínica, esse corpo segue afetado por ser psicóloga, mas também mulher, e pelo modo como esses marcadores possibilitam pensar a psicologia por outros caminhos. No mestrado, alguns novos encontros me possibilitaram abrir ainda mais caminhos e pensar cada vez mais a partir de outros e novos olhares. Imaginar possibilidades e diferenças é o que passa pela psicologia, vida e escrita.

E-mail: [passos.patricia@hotmail.com](mailto:passos.patricia@hotmail.com)



# **Implicações e intervenções nos modos de vidas no acolhimento institucional**

**Fabiane Asquidamini**

**A**s implicações de nossas intervenções no campo do social comumente me fazem refletir sobre o modo como o nosso ‘saber fazer’, dentro da assistência social, é demarcado pelas intervenções que produzem marcas nas vidas de sujeitos e suas famílias.

Quando penso em deixar marcas na vida de pessoas, lembro das sutilezas, da capacidade de emocionar-se, da delicadeza de olhos que se enchem d’água ao recordar-se, de conversas regadas a chimarrão, de histórias contadas só pelo desejo de partilhar. No entanto, essas lembranças e esses afetos são diferentes no campo do fazer profissional, essas marcas são mais duras, têm outra habilidade de me afetar.

Quero partilhar uma destas histórias que tem essa habilidade de me afetar e produzir desassossegos e muitos questionamentos.

Vou contar um pouco da história de Dona Irene, uma mulher indígena que mora em uma vila periférica de Porto Alegre, mãe de três meninos (18, 14 e 12 anos), analfabeta, mulher sofrida na pele, na curvatura do corpo, com uma timidez de quem fala de uma maneira singular e enxerga o mundo com outras lentes.

Irene tem olhos brilhantes, uma voz baixa de quem pede permissão para falar, um afeto e um amor gigante por seus meninos, se alegra ao falar deles. Neste atendimento, contudo, sua fala e seus olhos estão carregados de preocupação e perguntas, porque não comprehende que lugar é este para onde querem levar seus dois filhos menores.

Irene não consegue impor limites disciplinares e educar seus filhos, sua casa é muito precária, seu marido teve um AVC, tem dificuldade para falar e faz uso abusivo de álcool, seu filho mais velho faz “bico” no tráfico e não respeita Dona Irene. Seus outros dois meninos estão sempre pela rua, são infrequentes na escola, mas são assíduos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), relatos de acompanhamentos técnicos dos profissionais das políticas de assistência, educação e saúde. “Dona Irene não faz a vida dos meninos”, “ninguém faz a vida destes meninos”, são falas proferidas por diferentes profissionais desta rede de atendimento.

A rede intersetorial pensa que a melhor intervenção é o serviço de acolhimento institucional, pois lá terão todos os direitos básicos garantidos: alimentação, educação, saúde, ou seja, terão o que comer e onde dormir. Além disso, Dona Irene poderá visitá-los e, nesse tempo, se organizar.

No entanto, a orientadora educacional e as professoras da escola não sabem ao certo o que é um acolhimento institucional, como funciona e o que se opera quando da retirada dos dois meninos da sua casa, da sua família. Ainda assim, afirmam que deve ser um bom lugar. A saúde não se envolve muito, mas demarca a posição de que algo deve ser feito, pois essa mãe não tem condições nem de se cuidar, e os meninos irão seguir o caminho do mais velho.

Os profissionais da política de assistência social têm mais elementos, pois atendem a família há mais tempo, fazem visita domiciliar, seus filhos são atendidos no SCFV, eles recebem Bolsa Família. Entretanto, a avaliação é a de que a situação pouco evoluiu nesses anos e também se posicionam pelo acolhimento institucional.

Irene não faz ideia do que é o serviço de acolhimento, não entende por que não pode deixar seus filhos “soltos pela rua”, não comprehende por que ficar longe de seus filhos, se ela os ama, se faz tudo por eles. Ela está preocupada porque não sabe ler, não sabe pegar o ônibus para ir à Porto Alegre (assim, se refere ao centro da cidade); diz que não poderá visitá-los todos os dias, pois trabalha e não tem dinheiro para a passagem. Dona Irene não comprehende a intervenção que foi pensada, discutida e encaminhada pela rede de atendimento. A situação de vida da Irene é a vida de muitas famílias brasileiras.

Trago essa história não para pensar a intervenção, mas para refletir sobre suas implicações. São as implicações que me desassossegam, que me afetam e que me colocam algumas questões que quero socializar com vocês.

Para garantir direitos a crianças e adolescentes, o Estado oferece um Serviço que distancia, que retira, que quebra vínculos, que os separa da sua família e da sua comunidade. O tipo de proteção que o Estado oferta para crianças e adolescentes protege quem? Quais são os benefícios que traz para a vida das crianças? O que, ao longo dos anos, essa proteção oportunizou?

Temos muitos estudos sobre o Serviço de Acolhimento Institucional, e seus resultados e análises não deixam dúvidas sobre a produção de outras violações de direitos. Em um outro momento do meu trabalho, em uma formação continuada com equipes de instituições de acolhimento, ouvi a seguinte afirmação: “o acolhimento adoece”. Adoece crianças e adolescentes, adoece profissionais.

Se viola direitos, se causa danos para crianças, adolescentes e suas famílias, se adoece, qual é o lugar da proteção? Há situações que

precisam de uma proteção, que vão necessitar da intervenção dos serviços, mas não conseguimos pensar um outro modelo de serviço?

Retirar crianças e adolescentes das suas famílias é uma ação recorrente e praticada há anos no Brasil. Por vezes, são as primeiras intervenções de uma rede de políticas públicas. Os profissionais que fazem os atendimentos, nem sempre tem condições, prática e/ou disponibilidade para pensar os atendimentos. As intervenções, quando feitas em rede, nem sempre são problematizadas, não se discute o que delas vai decorrer, que soluções elas podem promover ou se promovem, de fato, alguma mudança que venha a acrescentar uma vida melhor, uma relação fortalecida, de cuidado e proteção. Que implicações essas intervenções têm, na vida das Donas Irenes, Marias, Anas, Claudetes, mães e avós? Que implicações têm na vida de crianças e adolescentes?

A realidade da vida cotidiana nas periferias tem dinâmicas que fogem aos ideais burgueses daquilo que chamamos de proteção, cuidado e de acesso e garantia a direitos. A vida de meninos e meninas das periferias das grandes cidades acessa direitos mínimos de um estado mínimo (tudo minúsculo, como dita o neoliberalismo).

Como pensar o direito da Dona Irene de ser mãe e de conviver com os filhos? Quais condições são possíveis, reais e que facilitariam essa convivência? Por que se pensa em retirar os meninos e não se pensa em promover condições para que essa família possa conviver e ter melhores condições de vida? Por que, sobre a mulher pobre, cai o rótulo de que não sabe cuidar, proteger e exercer a sua maternidade? É necessário pensar que, para além de garantir os direitos básicos, para se ter uma vida com potência, é preciso intervenções de lazer, cultura, convivência, mobilidade

urbana, condições para se estar na vida com possibilidades e oportunidades de viver.

Como nós escutamos as Donas Irenes? Como nós escutamos os meninos e as meninas? O que, daquilo que eles e elas nos dizem, levamos em conta nas nossas intervenções?

A intervenção de acolhimento, pelo ECA, deve ser uma ação excepcional e breve, porém não é o que se registra no Brasil. A tutela do Estado garante o acesso ao básico, porém de maneira diminutiva da vida e das suas inúmeras possibilidades. O que produz um acolhimento institucional? Como uma família se modifica? Quais oportunidades cessam depois de uma intervenção dessas?

Então, fico a pensar que necessitamos rediscutir o que entendemos por proteção. Vamos duvidar desse tipo de proteção! Precisamos começar a pensar que é necessário e urgente um outro modelo de serviço que seja diferente e bem distinto do que temos hoje. Porque não conseguimos pensar em algo que não sequestre crianças e adolescentes de suas vidas, convivências, comunidades, experiências, amigos e família.

Podemos pensar uma outra forma, que possa produzir mais proteção, melhores oportunidades e condições de uma vida que acontece muito além de um atendimento, de uma política e de suas intervenções. É preciso pensar formas que ampliem ações de políticas públicas, oportunidades e espaços com potências de vida.

A vida na sua potência e nas suas contradições precisa ter oportunidade de acesso, de beleza e de condições para mudar aquilo que já está escrito, pelas condições sociais que se tornam condicionantes de uma vida com poucas alternativas e oportunidades.

Quando falamos em acolhimento, podemos pensar mais em uma postura ética, numa troca e um compartilhamento de saberes, angústias, criatividades e modos de gastar a vida de formas diversas, diferentes e únicas. Então, acolher poderia ser aconchego, responsabilidade e possibilidade de vida com futuro e vida comunitária.

O desafio está em pensarmos em outras possibilidades para situações que necessitam de intervenções e serviços de políticas públicas. É preciso, portanto, pensar as implicações das nossas intervenções e questionar se elas são, de fato, o melhor caminho; pensar esses caminhos com os sujeitos que sofreram a intervenção e suas implicações. É preciso possibilitar que essas famílias, mães, avós entendam o que, de fato, é um acolhimento institucional, e como, na vida cotidiana, impacta, muda e marca a vida dessas famílias.

### **Fabiane Asquidamini**

Filha de agricultores sem terra, militante de grupos de jovens; trabalhei durante o tempo da minha graduação na ONG *Trilha Cidadã*. O meu fazer profissional me proporcionou viajar e trabalhar em diferentes espaços e Estados. Concluí o mestrado em Saúde Coletiva, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - São Leopoldo/RS), e fui morar em Brasília, para trabalhar no Departamento de Atenção Básica — MS (2013 e 2014). Retornei para o RS e tive a oportunidade de trabalhar no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Coordeno projetos de formação continuada na Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial (ABEFI-NH), na cidade de Novo Hamburgo/RS. Sou uma aquariana que ama a liberdade, curiosa com os processos que vivemos; pesquisadora da socioeducação e, atualmente, no serviço de acolhimento institucional, pensando por que punimos para educar e “acolhemos” para garantir direitos.

E-mail: fasquidamini@gmail.com

# *Rememorar...*

## acolhimento institucional

Amanda Cappellari  
Lilian Rodrigues da Cruz



**S**ó o vento sabe a resposta”... Este é o título do livro (Simmel, 1976) que fazia os pensamentos voarem em indagações: será que o vento sabe a resposta? Mistério. A capa mostrava folhas de plátanos secas em movimento. Concomitantemente aos pensamentos, o vento Minuano arrastava folhas, areia, cabelos, roupas no varal e devaneios... O vento forte, frio e seco, que sopra no Rio Grande do Sul é conhecido como Minuano, que em tupi-guarani significa “Vento do Sul”. Esse frio do inverno congela os ossos ou “frio de renguear cusco”, como se diz por essas bandas, é mais comum depois de um período chuvoso. O vento leva a instabilidade em poucos dias, dando espaço para o sol voltar a brilhar e, com ele, a possibilidade de secar o que está encharcado e lavar o que está sujo: roupas, calçados e, quando há enchentes, as casas e calçadas. Vento Minuano que tudo arrasta, menos a esperança.

Blusões, moletons, calças de lã, camisetas, meias, polainas, mantas e abrigos disputam o espaço no pequeno varal da instituição de acolhimento. Quem está focado em logo dar cabo do gigantesco cesto com roupas para lavar nem percebe a beleza do mosaico que forma, pois só pensa que as crianças precisam de roupas limpas. O vento forte faz as roupas bailarem no varal, uma coreografia espontânea e dissonante emerge, efeito da diversidade de tamanhos e cores que anuncia também as andanças, pertencimentos, contextos e vivências de quem as usa. Se pudessem falar, quantas histórias contariam.

Mas depois de tanta chuva, as crianças também querem ir para o pátio, não se importam com o frio, então, convencem as *tias* que irão ajudá-las a lavar os carrinhos dos bebês, tarefa que essas já iniciaram, afinal, é preciso aproveitar o vento seco.

Ingredientes: carrinhos, mangueira aberta, sabão, escovinha, disposição, farra e chimarrão. Até rimou. Sim, disputa pela mangueira, cabo de guerra com mangueira, gritos de euforia, choro de quem não tem vez com a mangueira, mediação de adulto. “Sai daí que tu vai cair”. “Não pode só ficar com a mangueira, precisa escovar também”. “Pera aí que vou te ajudar”. “Eu brincava de mangueira na casa da minha vó”. “Duca, ela tá me molhando também”. “Logo vamos terminar com isso”. “Me dá um chima depois, Lizi”. “Não levanta a água senão vai molhar a roupa, faz assim baixinho, Tiago”.

As crianças acordam, fazem a higiene, aquelas em idade escolar e/ou com atendimentos especializados (psicoterapia, fisioterapia, consultas médicas nas mais variadas áreas) são encaminhadas, as menores brincam, ouvem música ou estórias, assistem TV, recebendo os cuidados de acordo com suas necessidades. Há um lanche no meio da manhã e na hora do almoço todas se reúnem. O turno da tarde, em geral, repete a rotina da manhã. E à noite, após o jantar, as crianças ainda brincam um pouco até fazerem a higiene para dormir. Nos finais de semana, o cardápio é diferenciado e a rotina é mais flexibilizada, organizando-se algumas atividades externas. Essa é a rotina de forma estática. Evidentemente, a “confusão” é grande: várias crianças em um mesmo espaço físico, disputando brinquedos e a atenção dos adultos, estes com variadas subjetividades e diferentes concepções de educação... crianças com os bracinhos estendidos ao alto e os pedidos de “me pega no colo, tia”.

No entanto, narrar a rotina estática não deixa ver o pulsar da vida... “— Lizi, ai, meu deus do céu, corre aqui pra cozinha! A geladeira parou de funcionar. Descongelou toda a comida! Será que vai estragar?”. Junto de Liziane, que acelera o passo, crianças correm curiosas e povoam a cozinha olhando para a água que escorre da porta da geladeira. “Luan, não pisa na água, tá sujando tudo!”. Alguém aproveita a confusão e leva um pacote de bolachas para o quarto. O cardápio do almoço mudou, pois era preciso usar a carne que estava no freezer. Ao retornar da escola, Tiago entra na cozinha com um estojo enfiado no bolso traseiro: “deixa que eu sei arrumar geladeiras, tia!”. Mas magicamente, naquele momento, a máquina de fazer frio já congelava novamente.

Na manhã seguinte, no horário do almoço, o mesmo alvoroco. A geladeira não está funcionando. Em torno da mesa, as crianças estão agitadas. “Mas, tia Pri, como o gelo se forma ali?”, “porque a comida estraga?”, “e se tiver um fantasma dentro da geladeira?” “ai, eu tenho medo de fantasmas!”. Na escola, quando Camila deve fazer um desenho livre, pinta uma grande geladeira com crianças e adultos em volta. Engraçado, mais comum seria imaginar uma fogueira no centro da ciranda.

No terceiro dia de enigma, antes da visita técnica chegar, Pri entra na cozinha para preparar o chimarrão. Da soleira da porta, silenciosa, observa a geladeira aberta e Camila, na pontinha dos pés, apertando um pequenino botão branco... A serelepe não devia saber, na primeira vez que acionou a função degelo, que estava a derreter aquele bloco maciço de frio, mas logo entendeu os efeitos: uma geladeira que não produz gelo aquece toda uma casa de acolhimento. Nunca haviam sapateado tanto por aquela cozinha,

nunca antes tinham produzido tantas teorias mágico-científicas sobre a corrente de Minuano que a geladeira sabia fazer.

Permeando a rotina diária, palpita uma série de acontecimentos que revelam a vida em uma instituição, com suas surpresas, dilemas, retrocessos, sentimento de euforia ou tristeza. São muitas imagens, registros e instantes vividos que podem fazer a diferença na vida de cada criança. Inúmeras cenas podem ser pinçadas, descortinando a convivência das crianças e seus adultos cuidadores.

Para enxergar a sutileza da vida que extrapola o cotidiano estético, o movimento precisa ser o de apertar os olhos com delicadeza, trazendo as cenas para mais perto da retina. Não se trata de romantizar com belos sorrisos realidades endurecidas e precárias, mas insistir, através de gestos serelepes e bagunceiros, que a vida pode ser mais.

No processo de rememoração, descrito por Walter Benjamin (2018), despertar está entre a vigília e o sono. É nesse relampejo que iremos pousar. Atiçar uma memória aerada, feito chocolate que derrete na boca, com espaços para sopros de vida. Rememorar para sentir uma vez mais o que foi, mas que já não é exatamente o que era. Reimaginar, colocando um bocadinho de poética e de possíveis nas lacunas da lembrança, usando a ficção como impulso de criação para estremecer o passado e, especialmente, inventar um porvir mais interessante.

Talvez o vento não saiba a resposta, nem a chuva, nem o mar... tampouco eu ou você. Troquemos o título do livro para “só o vento traz perguntas” ou “rememorações ao vento” ou “rememorar...” ou...

## **Referências**

- Benjamin, W. (2018). *Passagens*. Belo Horizonte. UFMG.
- Simmel, Johannes Mario (1976). *Só o vento sabe a resposta*. Rio de Janeiro.  
Nova Fronteira.

### **Amanda Cappellari**

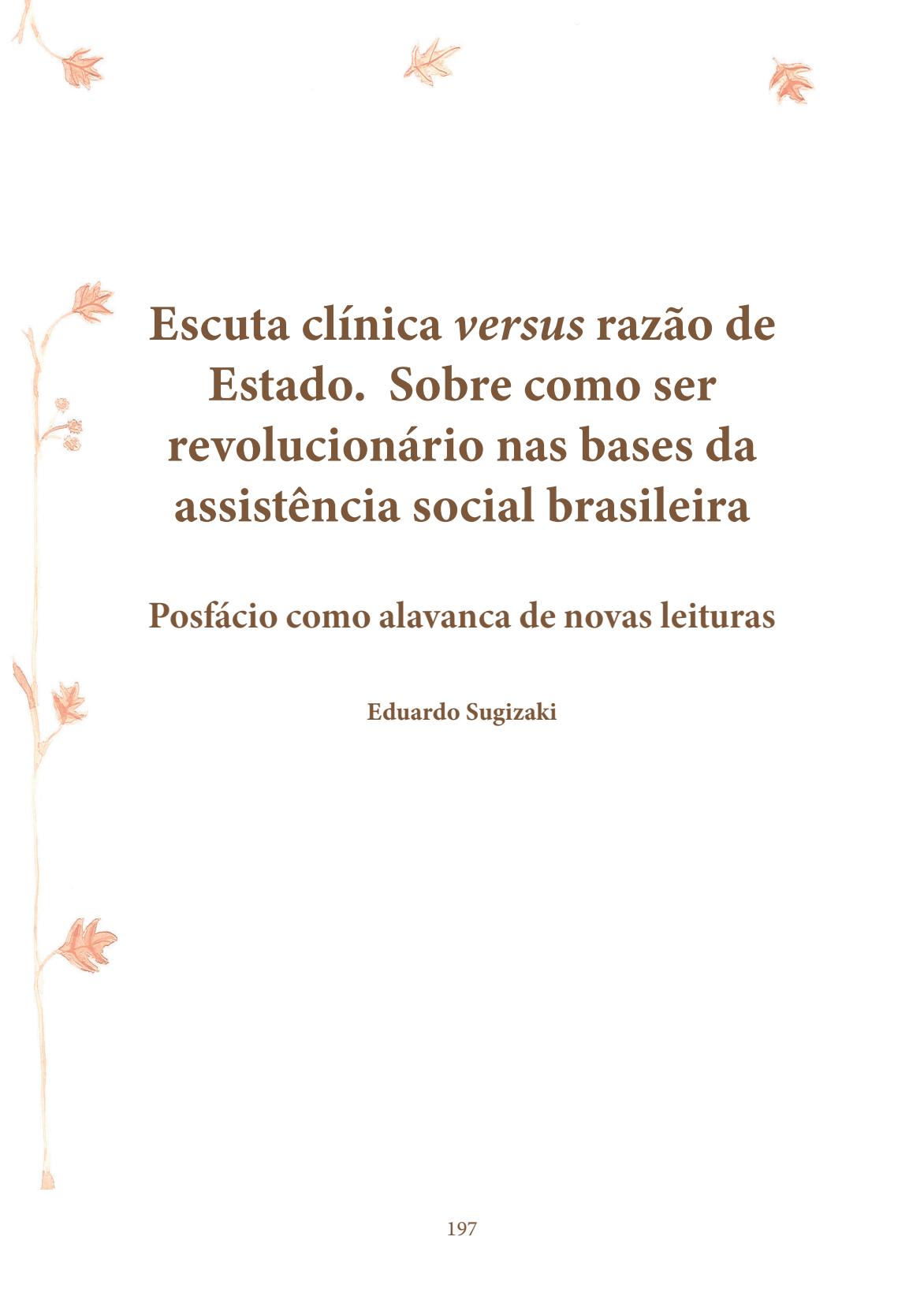
Psicóloga, aprendiz de psicanalista, mestra e doutoranda em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Realizou pesquisas no campo do acolhimento e desligamento institucional e atuou em uma consultoria realizada em Porto Alegre sobre o enfrentamento às piores formas de trabalho infantil — tráfico de drogas e exploração sexual (FASC/IGES). Tem interesse pelas sutilezas e pequenices do viver.

E-mail: amanda.cappellari@gmail.com

### **Lilian Rodrigues da Cruz**

Foi no acolhimento institucional, como estagiária nas Aldeias SOS, que tudo começou. Ou antes, quando escolhi lá estar. O desassossego se instaurou no Instituto Central de Menores, atualmente, FASE. Fui dispensada; o psicólogo disse que eu *não tinha perfil* para trabalhar com adolescentes “de perfil agravado”. Outro desafio foi trabalhar com meninos e meninas de rua em um abrigo municipal, por apenas 6 meses e as memórias permanecem, *eita gurizada* potente aquela que fazia *hip hop*. Ah, tudo isso antes da assistência social ser uma política. Vivência transformadora foi como gestora na SOS Casas de Acolhida, entidade não governamental que abriga crianças que foram afastadas da família por motivo de “negligência dos pais”; esse e outros motivos de acolhimento me levaram a problematizar a infância e as políticas públicas no doutorado. Depois disso, meu campo se constituiu a partir da docência, supervisão de estágios e orientação de pós-graduação. *Bah*, por algumas expressões, já sabem que sou do sul do país, Porto Alegre/RS.

E-mail: lilian.rodrigues.cruz@gmail.com



# **Escuta clínica *versus* razão de Estado. Sobre como ser revolucionário nas bases da assistência social brasileira**

## **Posfácio como alavanca de novas leituras**

**Eduardo Sugizaki**

**S**ão muito inquietadoras as perguntas a que chegamos, depois de ler os textos deste livro: depoimentos, testemunhos e experiências na execução e gestão das políticas públicas de assistência social nestes 20 anos de construção nacional.

A Camila (de Minas Gerais e da Bahia), narrando sua experiência como estudante estagiária em Psicologia, agente na base municipal da assistência, desde antes do começo da implantação do SUAS, e finalmente professora universitária na pesquisa e na formação de psicólogas que poderão atuar na assistência social, põe problemas que permitem ligar as pontas do presente livro. Afinal, ele é fruto de um encontro de escuta de agentes de base, o primeiro ‘Ciclo de Debates Contemporâneos na Política Pública de Assistência Social’, promovido pelo GEPS e apoiado pelo Grupo de Pesquisa La Folie.

Camila se queixa que, como estagiária, não havia sido de fato preparada para a ação profissional e para os caminhos a que foi levada pelo cuidado de si e do outro: “Aos poucos, fui entendendo que os conhecimentos adquiridos pela formação deveriam ser reinventados e que pouco servia uma identificação com a ‘questão social’ se não houvesse uma reflexão sobre o emaranhado que ela representava”. Mas que emaranhado seria esse? A própria Camila dá um panorama: “Existem cadeias políticas, econômicas, históricas e estruturais - complexas a perder de vista”.

Justamente o alcance do que ela está dizendo afeta todos os papéis ou funções sociais do seu relato: de agentes de base da po-

lítica até formadores de formadores. Mas a sua perspectiva é bastante crítica. Ela diz que é apenas uma esperança que a “psicologia brasileira [esteja] se transformando e seu compromisso social já [seja] notório no campo das políticas públicas”. Enquanto isso não muda, ela denuncia: profissionais estão a se converter em “vítimas dos vícios de uma formação . . . ainda muito ligada ao sofrimento individual e ao atendimento clínico”.

Sem empurrar para os outros a responsabilidade, Camila nos propõe: “Precisamos nos reinventar”. Todos nós e em todas as funções sociais ligadas ao desafio da desigualdade social. Mas é muito evidente que ela chega a esse patamar de visão geral justamente porque foi passando do nível da execução das políticas públicas de assistência social para o de pensadora, pesquisadora e formadora de agentes de execução dessas políticas.

Parece possível pensar que a Camila esteve carreando para o centro da reflexão o problemado “quem” das políticas públicas nisso que ela chama de emaranhado das cadeias políticas, econômicas, históricas e estruturais. Quem vê, quem escuta, quem define, quem executa, quem forma para as políticas públicas de assistência social?

Sim, na verdade, essa pergunta pelo “quem da política?” atravessa todos os textos, com diferentes intensidades. Podemos ir cerzindo isso, na sequência. Mas antes, disso, talvez seja possível colocar, ao lado do problema do “quem da política?”, o problema de o que fazer na política, seja na base executiva, seja em espaços de gestão. Eis aí outro problema que atravessa todos os textos deste livro, mas a Carolina (de Natal e de Porto Alegre), justamente por refletir sobre sua ação na execução direta quanto na gestão, expli-

cita algo que parece ser um desejo que atravessa todos os textos. Não se quer fazer por fazer, não se quer fazer de qualquer maneira. Há uma grande insatisfação com o fazer, o comezinho, no sentido da repetição mecânica do mesmo comando. A Carolina formula a pergunta: o que se pode fazer “de mais revolucionário . . . ao ser gestora da política? [de assistência social]”. Mas esse é também o caminho decisivo sobre o qual pisam todas as escrituras deste livro, como revolucionar a execução e a gestão das políticas sociais?

O pensamento gira. Entre a questão de “quem” são os sujeitos nas políticas sociais até o que é possível fazer de revolucionário. Mas, afinal, quem pode fazer a revolução? Dada a importância do problema do “quem”, vamos ficar um pouco ainda nesse assunto. Há uma percepção quase gritante que atravessa os textos deste livro sobre uma diferença fundamental entre quem está escrevendo aqui e que é executor e gestor das políticas e quem, na base, é atendido, assistido etc., pelas políticas.

É em relação a essa diferença entre esses dois “quem” que se perfilam a maior parte do que esteve se chamando de desassossegos, mas me parece que seria bastante leal usar a palavra “angústias”. O problema é que os agentes de execução e gestão dessas políticas são sujeitos múltiplos e isso é experimentado e vivido como como divisão. Foi a Carolina que explicitou de maneira mais aguda que a contradição inscrita nessa condição do agente: “Nessa função, pude ver se acentuar uma sensação, que depois passou a ser uma certeza, e que acomete quem acredita em uma mudança social pela via do trabalho: a impossibilidade de promover isso enquanto agente do Estado”. Vamos listar a multiplicidade só para relembrar. Mas este agente do Estado é um assalariado do Estado

em vias de perdas de direitos. Ele nem sempre é um funcionário público, mas continua investido da responsabilidade – quase da pena – de ser agente do Estado. Mas este agente não é qualquer agente. Ele não é general, nem juiz, nem deputado, nem senador. Ele é justamente aquela categoria que, segundo a análise de Bourdieu (1998), é a mais visada pelo desmantelamento neoliberal: “o trabalho de todas as categorias de trabalhadores sociais”. O Marcos (de Goiás) foi o mais claro sobre isso, ao trazer a fala de uma colega da política: “somos os chapeiros, os peões, os limpadores, somos o que eles querem que sejamos: a ralé do serviço público, pois lidamos com pobreza, vagabundagem, e ninguém de fato quer saber disso”.

Se nós levamos adiante a reflexão sobre esse problema desde o ponto de vista da análise social quanto da análise da subjetividade, logo percebemos que a condição de trabalhador da política de assistência social, que o investe da condição de agente do Estado, implanta nele a possibilidade de mudar de lado. Ou seja, na ponta, o agente da execução da medida pode virar o lado do “quem” e fazer-se, em face do estado, ‘fratello’ dos assistidos.

Uma situação narrada neste livro mostra o potencial revolucionário dessa mudança de lugar do sujeito. O texto da Robélia é uma realização deste “dar-se as mãos” a que a Camila anunciou como uma necessidade. Lá no Pernambuco, agentes de base da política estão dando as mãos à vizinhança toda do CRAS, a população atendida, por causa da unidade de interesses de ambas partes. Vão à luta juntos. Vão reivindicar aos poderes do Estado pela salvação da vida do povo e da vida das agentes de assistência social. Está todo mundo literalmente em risco de morte. Morte provoca-

da pelas enchentes do rio, que atacam as condições de moradia do povo, mas também o local de trabalho das agentes da assistência, a sede do CRAS. Então, a pergunta a Carolina sobre como ser o mais revolucionário possível, recebe uma resposta bem prática. É um exemplo tático. Produziram-se vídeos, visitaram as cátedras das autoridades onde se sentam os atuais representantes do velho coronelismo brasileiro. O texto da Robélia oferece subsídios para a pergunta da Carolina: para agir de maneira revolucionária na execução e na gestão das políticas assistenciais é preciso agir para além do manual, dos prontuários e da totalidade das ações executivas. É preciso mobilizar o povo para lutar por seus interesses, pôr o povo na rua pelos seus interesses imediatos. Mas isso ocorre quando os dois “quem”, agentes de base e povo, se identificam contra o Estado, aparelho do capital (Althusser, 1974).

Essa percepção nos permite voltar à provocação da Camila sobre “cadeias políticas, econômicas, históricas e estruturais - complexas a perder de vista”. Podemos aprofundar um pouquinho esse problema da dualidade dos agentes de base da execução das políticas públicas, particularmente interessante quando psicólogas porque elas estão tensionadas, como disse a Camila, pela formação na clínica, enquanto a genealogia da formação das assistentes sociais nos leva mais proximamente à origem da medicina social. De qualquer forma, as psicólogas estão atuando na política de assistência social e, por isso, sua subjetividade e sua identidade política e social é geneologicamente atravessada pela clínica e pela medicina social simultaneamente. Vamos apresentar essas duas vias do saber médico porque isso nos permite refletir sobre o problema do “quem” desse agente do estado que estamos discutindo.

Já faz um bom tempo que sabemos, fincar os pés na realidade, ou seja, o saber do real, é constitutivo do nosso modo de resolver nossos problemas. Para nós, o ver e o ouvir as queixas e as dores são o ponto de arranque do nosso modo de fazer a clínica. O nascimento da clínica ocorreu quando, no final do século XVIII, o olhar médico se deteve sobre o corpo dos feridos de guerra, ouviu suas queixas, sistematizou a relação entre essas e a localização das lesões dos tecidos e dos órgãos e organizou a intervenção sobre o patológico na esteira do olhar e do ouvir clínicos (Canguilhem, 2002; Foucault, 1998). A história da clínica psicopatológica é mais complexa e enviesada, mas seu ponto nascimento no interior do campo médico está ligado e é uma decorrência do nascimento da clínica: clinicar é, em primeiro lugar e acima de tudo, ouvir a queixa do sujeito que sofre a dor (Sugizaki, 2005).

Essa questão fundamental da escuta do outro atravessa muitos escritos deste livro. Mas, vale destacar que, na forma literária de uma fina ironia, a narrativa de Felipe (de São Paulo), permite ver toda a contradição envolvida no cruzamento do escutar clínico e do ver do agente do Estado. O texto deles apresenta a viva tensão entre as duas maneiras de escutar, lá na base da execução das políticas de assistência social. Mas há que destacar também o depoimento da Fabiane (do Rio Grande do Sul) sobre a Dona Irene, mulher indígena de quem foi retirado o direito de criar os seus dois filhos menores (postos em Acolhimento Institucional) porque o primeiro teve que ganhar a vida como vendedor na ponta do tráfico. O texto mostra toda a contradição entre ser aquela que escuta a queixa dos pobres e, simultaneamente, aquela que executa sobre os pobres (e sobre a mulher pobre, nesse caso) o poder e o saber

do Estado. Como a Fabiane é assistente social e não psicóloga, o texto ilustra bem como não é necessariamente apenas a formação clínica que impõe a divisão da subjetividade do agente, mas é antes o lugar social da sua tarefa. É um problema de quem ele é ao cumprir um encargo, que acaba por expor o estreito parentesco entre Psicologia Social e Assistência Social, em termos de genealógicos. A divisão, a contradição, a ambiguidade da situação desse agente também é muito marcante na própria gestação dessa escuta-denúncia trazida pela Fabiane.

Antes de passarmos a uma rápida exposição do nascimento da medicina social como genealogia do agente do Estado, é bom ainda mostrar que uma escuta das dores do povo, no sentido largo de uma clínica social esteve nascendo no período revolucionário muito pouco tempo depois do nascimento da clínica médica e fazendo parte dessa transformação na ordem dos saberes de que nascemos nós e nossa modernidade (Foucault, 1992). Refiro-me à escuta popular promovida pelo processo de construção da Constituinte, na Revolução Francesa. Os Cadernos de Queixas (*Cahier de doléances*) foram uma forma de escuta dos estados (extratos sociais estanques) que não haviam, até então, participado da política. Assim também a Revolução Russa foi autenticamente revolucionária quando deu todo o poder aos *soviетes*, os órgãos de base da escuta e gestão da ditadura dos interesses dos operários sobre os interesses dos até então monopolizadores da propriedade privada, do Estado e do Direito. (Deleuze & Guattari, 1980).

A essa forma de ver e de escutar que se faz em benefício do queixoso, daquele que sofre, opõe-se o ver e o saber da razão de Estado. Mas esse modo de ver e saber nasceu dois séculos antes da

Clínica sob o nome de estatística articulado a um modo médico de conhecer a geografia do território para organizar o seu domínio por parte de órgãos especializados do Estado. Tratou-se da polícia médica (*medizinischen Polizey*) como disciplina do cameralismo alemão (Small, 2001). A invenção desse saber, a assunção dele por parte do Estado, a sua distribuição no território do soberano, a construção de sua rede de escritórios, nada disso se processou sem esse novo tipo social de pessoas, os letrados à serviço da construção da burocracia estatal. Esse novo tipo social, os agentes do Estado, os agentes da polícia médica e os agentes da polícia sanitária (Rosen, 1980). A função da medicina de Estado ou medicina social ou polícia médica era, e a nossa saúde pública ainda o é (Sigerist, 1943), zelar pela vida do rebanho humano em benefício do poder do soberano em sua concorrência com os Estados em concorrência no acúmulo de capitais para suas burguesias nacionais. (Foucault, 1994). Toda essa política da vida humana não se podia e não se pode fazer sem os agentes de base, os agentes do Estado.

No nosso caso, país continuamente submetido a renovados processos de acumulação primitiva em benefício da acumulação do capital agora globalizado, acumulação na forma de contínuas e diversas formas extorsões de nossas riquezas, o nosso agente do Estado, na base da política de assistência social, como já sugerido acima, pode atravessar a barreira do “quem” e tornar-se o outro da polícia e da política: o governado, o assistido, o pobre, o sem teto, o sem terra.

Aquela frase muito conhecida de Deleuze e Guattari (1980) que parece dizer isso que os agentes de base da política do SUAS

experimentam, e que este livro mostra de uma maneira ímpar: “Há muitas paixões em uma paixão, e toda sorte de voz em uma voz, todo um rumor, glossolalia” (p. 97).

Mas a maior parte dos textos querem ecoar os interesses vitais do povo, conflitando com a função do agente de coletor do saber de estado (estatística) para gerir a vida do seu rebanho humano, seja para fazer viver ou deixar morrer (a biopolítica, conforme Foucault, 2000), seja para fazer morrer (a necropolítica, conforme Mbembe, 2016)<sup>1</sup>. Então, pelas vozes desse livro, é possível escutar os rumores, a glossolalia dos horrores de nossos rincões malditos. Tudo se passa como se Friedrich Engels (2008) percorresse novamente os baixios alagados e escondidos por detrás das grandes construções, onde os operários chafurdavam em pântanos.

Do ponto de vista de uma fenomenologia da subjetividade, a contradição entre esses dois atravessamentos (o trabalhador despossuído dos meios de produção; o agente do Estado) no mesmo sujeito aparece descrita de uma maneira muito intensa no depoimento do Marcos (de Goiás). Quando ele diz que se sente uma farsa, está mostrando o que ocorre quando entra em operação o que os teólogos chamaram durante séculos de uma consciência sensível ou o que hoje se poderia chamar de estado de subjetividade em que as vozes interiores logram reconhecer-se no plano da consciência de si como mergulhadas numa contradição insolúvel.

O problema é o que fazer na ‘ilha da contradição’. A Camila aponta um caminho importante, dar as mãos em rede. Mas isso

1 Três dos textos fazem referência direta ao conceito de necropolítica: Kellen; Raquel (ambas do Rio Grande do Sul); Valber com Cyntia e Rafaële (do Amazonas).

ainda não resolve o problema: dar as mãos em rede para puxar a corrente em que direção?

É na própria estrutura relacional que se desenham as possibilidades e os limites. Essas oferecem estritamente duas direções possíveis. Pode-se tomar pura e simplesmente a direção do Estado. Isso significa realizar, na docilidade, a conformidade dos regulamentos, normas e leis da função do serviço público, com sua própria teleologia. A favor dessa direção encontra-se disponível o brilhante caminho do ‘sujeito empreendedor de si’, tão avançadamente bem desenvolvido pelos teóricos da economia política neoliberal, como faz ver a crítica de Dardot e Laval (2016).

É a existência efetiva dessa via de ação que morde a contradição de uma maneira transversal por vários dos textos deste livro. O do Felipe é o que chega aos pícaros da denúncia disso, com um gênero de texto que entendi irônico com a escravidão do funcionário público (uso de propósito aqui a expressão ‘funcionário’ no lugar de ‘servidor’), ou daquele que por via de terceirização cumpre os seus papéis, em relação aos protocolos, aos formulários, aos dados que se necessita arrancar dos assistidos para compor justamente o saber do Estado.

Dizia que é a própria estrutura social que desenha apenas duas possibilidades para esse setor social dos prestadores dos serviços públicos de base. Se a primeira possibilidade é abraçar a via do Estado, a segunda possibilidade é abraçar a via dos assistidos. Todo o texto da Elisa, com a Letícia e Willian (de Porto Alegre) mergulha nesse caminho, com uma deliciosa narrativa de como uma oficina de música é uma linha de fuga dos agentes com os moradores de rua, pondo em cena o ridículo dos prontuários, protocolos, defini-

ções das funções dos sujeitos (quem sabe e ensina; quem não sabe e obedece) com a moralidade burguesa correspondente.

Mas aqui, há uma nova tensão. Essa via poderia ser falseada, enquanto caminho da compaixão. Essa via, o Marcos (de Goiás) apontou bem, é a da caridade da primeira dama. Isso aí é a via que todos os textos ou dão por superada ou optam pela necessidade de superação. É justamente isso que está no coração da diferença de modelos entre os vinte anos da implantação da nova política de assistência social e a era anterior. Os textos opõem explicita ou implicitamente o assistencialismo e a construção coletiva dos direitos sociais. A unanimidade pela rejeição do assistencialismo, entretanto, livra o sujeito das políticas sociais da opção pelo Estado? Não. Aqui estamos diante de um momento bastante delicado do problema porque este é um momento em construção, não está claro e é exatamente o campo de batalha do presente.

O ‘estado de direito’ é uma falácia. A história do Brasil mostra bem, como também a dos outros estados da América Latina e do Caribe. O estado de direito só existe como a farsa dos períodos de tolerância da participação social na superfície. Períodos de um suposto estado de direito vêm se intercalando com períodos de golpes de estado em cascata na nossa região e pelo mundo a fora. Ambos os estados, o democrático formal e o de regimes autoritários, mostram-se políticas favoráveis aos interesses imperialistas e desfavoráveis aos interesses dos povos nacionais.

Só existe um caminho alternativo à via do Estado: é a via revolucionária. Daí, voltamos à pergunta da Carolina (de Natal e Porto Alegre): o que se pode fazer “de mais revolucionário”, na execução e gestão da política de assistência social? A resposta foi

apontada por todos os textos deste livro, ao menos de maneira implícita: abraçar os interesses dos debaixo porque estes interesses são coincidentes com os interesses desta classe letrada que está a serviço da última camada social da pirâmide de despossessão descendente. Pirâmide armada pela propriedade privada dos meios de produção. Na Clínica, o interesse do agente de saúde se identifica com o interesse do doente. Na *medizinischen Polizey*, o Estado força o agente de saúde a se identificar com o interesse do Estado.

O interesse do nosso Estado Nacional, entretanto, não é autóctone. A razão de Estado do nosso país não é brasileira, ela é servil, e as forças armadas de nosso país têm garantido isso. A Camila dizia: “Existem cadeias políticas, econômicas, históricas e estruturais - complexas a perder de vista”. Pois essas cadeias somem de vista porque são mancomunadas conspirativamente. As políticas sociais do nosso país não são definidas por exatamente por nós. Essas políticas, tanto quanto ao seu conteúdo, extensão e limites, incluindo os limites econômicos, são definidos no Fundo Monetário Internacional, no Banco Mundial e em outros espaços onde se determina a política de juros do serviço da dívida externa e o lugar do país no sistema internacional de comércio. Atualmente, nem a política de juros do Banco Central do Brasil está sob alçada de poder de nomeação do Presidente eleito do país. Quem define, então, o principal quesito na receita da alavancagem do desenvolvimento econômico e das taxas de emprego e desemprego? Isso é definido no Brasil? Não, são as políticas mundiais e globais que definem o que sobra para políticas nacionais de industrialização, educação, saúde e assistência.

O foco de construção das políticas neoliberais é um de consenso do capitalismo mundial, ou melhor, do conglomerado dos

interesses orquestrados de acumulação de capital em âmbito global. Se o orçamento das políticas de assistência social é definido em consensos políticos além e acima dos estados nacionais, a formação necessária para enfrentar o emaranhado (aquele apontado pela Camila) responde pelo nome de imperialismo (Mirhan, 2022).

Ora, se o imperialismo capitalista impõe uma política de morte a populações inteiras (Mbembe, 2016) e dá migalhas para a assistência social, a ação mais revolucionária em termos estratégicos é a que busca de por abaixo o imperialismo capitalista e a exigir que o povo seja ouvido sobre suas necessidades urgentes. As políticas nacionalistas de desenvolvimento e integração econômica são as que mais se afinam com políticas fortes de geração de emprego, de educação, de saúde e de promoção social. Mas elas só podem existir se se levantam contra as barreiras ao desenvolvimento nacional e a exploração predatória impostas pelo imperialismo globalizado (Harvey, 2004 e 2014; Sweezy, 1970).

Talvez nós pudéssemos nos dar as mãos. Dar nossas mãos ao desespero da solidão inquieta pela qual o Marcos (de Goiás) narra seu sentir-se como uma farsa, no seu agir na execução da política de assistência. Talvez nós pudéssemos dizer-lhe que a farsa não é o sujeito de execução de base da política de assistência social. A farsa é a própria política de assistência, na medida em que ela é regulada como dispositivo de contenção da possível explosão da fúria revolucionária popular.

Se o ‘Golpe de 2016’, como aponta o texto da Elisa com Letícia e Willian, deflagra o processo de sucateamento do SUAS como está sendo denunciado também pelos autores que se debruçam sobre sua história de duas décadas (Campello & Fleury, 2021;

Emanoel, 2018; Monnerat & Gama, 2018), é porque o desmonte responde a uma nova crise do capitalismo globalizado. A crise pode ser terminal, se nossa Clínica se fizer eco e servir o povo, na sua reconquista do poder de curar-se.

## Referências

- Althusser, Louis (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (Notas para uma investigação). Presença; Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1998). *L'essence du néolibéralisme. Le Monde diplomatique*. 1998. <https://legio-victrix.blogspot.com/2012/03/essencia-do-neoliberalismo.html?spref=bl>
- Campello, T. & Fleury, S. (2021). Debate (online). In E. Bardanachvili (Org.), *Desmonte do Sistema de Assistência Social: ‘ajuda’ ou direitos?* Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ. <https://cee.fiocruz.br/?q=Desmonte-do-Sistema-de-Assistencia-Social-ajuda-ou-direitos>
- Canguilhem, G. (2002). *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Capitalisme et schizophrénie*. Mille plateaux. De Minuit.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Boitempo.
- Emanoel, M. R. S. M. (2018). Política nacional de assistência social e conservadorismo: da concepção ao risco do desmonte. *Revista de Políticas Públicas* (UFM), 22(2), 864-881.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Boitempo.
- Foucault, M. (1992). *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro. Martins Fontes.
- Foucault, M. (1994). La naissance de la médecine sociale. In *Dits et écrits* (vol. III, pp. 207-228). Paris. Gallimard.
- Foucault, M. (1998). *Nascimento da clínica* (5a. ed.). Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. Martins fontes.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo. Loyola.
- Harvey, D. (2014). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo. Loyola.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151.
- Mirhan, L. (2022). *A atualidade da luta anti-imperialista*. Campinas. Apparte.

- Monnerat, G. L. & Gama, A. S. (2018). Desafios atuais à institucionalização da política de assistência social como política pública. In: *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Universidade Federal do Espírito Santo. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23464>
- Rosen, G. (1980). *Da polícia médica à medicina social*. Ensaios sobre a história da assistência médica. São Paulo. Graal.
- Sigerist, H. E. (1943). *Civilization and Disease*. Cornell University Press; Humphrey Milford; Oxford University Press.
- Small, A. (2001). *The Cameralists. The pioneers of german social polity*. Batoche Books.
- Sweezy, P. (1970). O futuro do capitalismo. In: D. Cooper (Org.), *La dialética de la liberación* (pp. 97-112). México. Siglo XXI.
- Sugizaki, E. (2005). Nascimento da clínica, da psicanálise e da etologia. *Fragmentos de Cultura*, 15(6), 1049-1066.

### Eduardo Sugizaki

Sou neto de imigrantes japoneses pelo lado paterno e de um imigrante espanhol com uma descendente de imigrantes italianos. Meus avós radicaram-se no interior de São Paulo como lavradores sem-terra. Foi a venda de pequenos lotes pela Companhia Inglesa de Terras do Norte do Paraná que permitiu que eles migrassem e comprassem chácaras vizinhas naquela que era a fronteira agrícola de então. Minha mãe foi aprender a ler já na época em que eu estava alfabetizado. Meu pai foi mecânico de caminhão durante toda a sua vida e eu vi as linhas pretas da graxa que não deixou suas mãos, mesmo ali quando unidas antes de seu enterro. Ele tinha apenas 56 anos, e a falência dos órgãos internos foi consequência retardada de um tétano em acidente de trabalho. Toda a minha vida pode ser resumida pelo esforço de aprender ler cada vez melhor as muitas linguagens do mundo e isso tem me feito migrar continuamente nos territórios do saber de maneira que a palavra ‘desdisciplinar-se’ exprime o meu modo de vida. Creio que seja por isso que a escuta das diferentes experiências humanas me retém, como a companhia das pessoas deste livro. Tenho gostado muito de conviver com quem, como eu, é apaixonado pelo povo brasileiro, rico em humanidade em sua pobreza de tudo. Tenho dificuldade de explicar porque gosto tanto de ver e de estar nos barracos simples do meu povo, sobretudo na zona rural. Ali vejo verdade, beleza e poesia. Acho que seja porque ali não há exploração do trabalho alheio.

E-mail: eduardosugizaki@gmail.com

ISBN 978-65-88473-32-0



9 786588 473320

A standard linear barcode representing the ISBN number 978-65-88473-32-0.

ABRAPSO EDITORA